

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS



Caderno de Resumos

XX Jornada de Iniciação
Científica

Pibic| Fundaj | CNPq

3 e 4 de Outubro de 2024



Ministério da
Educação



FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Márcia Angela da Silva Aguiar
Presidência

Wilson Fusco
Diretoria de Pesquisas Sociais

Túlio Augusto Velho Barreto de Araujo
Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte

Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches
Diretoria de Formação Profissional e Inovação

Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira
Coordenação do Programa de Iniciação Científica

Allan R. Monteiro
Cristiano Felipe Borba do Nascimento
Cristine Vieira do Bonfim
Darcilene Claudio Gomes
Juceli Bengert Lima
Suiany Carvalho Padilha Viviane
Viviane Toraci Alonso
Comitê Institucional do PIBIC/Fundaj

Elisa Duarte Nascimento
Auxiliar administrativa do Programa de Iniciação Científica

XX Jornada de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco (03 e 04 de novembro de 2024, Recife, Pernambuco, Brasil).

Caderno de Resumos da XX Jornada de Iniciação Científica. Recife, FUNDAJ, 2024

104 p.

ISSN: 2447-4975

Sumário

Apresentação.....	1
Programação da XX Jornada de Iniciação Científica.....	2
Pibic Ensino Médio.....	8
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio.....	9
Viviane Toraci ¹	9
Pibic Graduação Resumos.....	12
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM PERNAMBUCO: legislações, práticas pedagógicas e fundamentos teóricos no novo currículo para o ensino médio.....	13
Anne Vitória Leite Xaves ¹ ; Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo ²	13
EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS POR RAÇA/COR EM PERNAMBUCO.....	17
Igor Nunes de Menezes e Sousa ¹ ; Isabel Pessoa de Arruda Raposo ²	17
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DA LITERATURA.....	20
Lais Vitoria Alves Paulino da Silva ¹ ; Cibele Maria Lima Rodrigues ²	20
AS RELAÇÕES ENTRE PESQUISADORES E MILITANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESQUISA-AÇÃO: Contribuições para pensar.....	24
Raphaely Elza Maria da Silva Lima ¹ ; Maurício Antunes Tavares(a) ²	24
ANÁLISE DA DIMENSÃO RELATIVA ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE EM INSTRUMENTOS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	28
Nara Ferreira de Araújo ¹ ; Patrícia Maria Uchôa Simões ²	28
TENDÊNCIAS DO ENSINO SUPERIOR NO NORDESTE: INDICADORES E METAS.....	33
Carolina Melo Corrêa Lima ¹ ; Darcilene Cláudio Gomes ²	33
VALORIZAÇÃO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA: Análise de políticas salariais para professores da educação básica.....	38
Camilla Vitor Casado ¹ ; Verônica Fernandes Soares ²	38
COMPLEXIDADE E SISTEMAS DINÂMICOS COMPLEXOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: Uma proposta do estado da arte e aplicações.....	42
Marcos Vinicius Santos de Almeida ¹ ; Marcos Antonio Ramos Pereira de Lucena ²	42
CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO: Análise das metas 3 e 6 do Plano Nacional de Educação (PNE).....	48
Débora de Freitas Cândida da Silva ¹ ; Ana de Fátima P. de Sousa Abranches ²	48
INICIATIVAS DE INOVAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: Ponderações a partir de uma revisão de literatura.....	52
Ana Luísa Campos Porpino ¹ ; Carolina Beltrão de Medeiros ²	52
ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS E GESTÃO ESCOLAR: Análise da aplicação de recursos do fnde em municípios do alto sertão do pajeú.....	57
João Henrique Belém de Amorim ¹ ; Cátia Wanderley Lubambo ²	57
OS CENTROS COMUNITÁRIOS DA PAZ (COMPAZ) COMO LÓCUS DE ESTUDO EM PERNAMBUCO: Reflexões a partir de uma revisão de literatura.....	61
Maria Luísa Audet Guerra ¹ ; Diogo Henrique Helal ²	61
INOVAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICA PÚBLICA: Um panorama das moedas sociais em municípios brasileiros.....	65

Jamilly Vitoria Santos Monteiro da Silva ¹ ; Carolina Beltrão de Medeiros ²	65
A POLÍTICA DOS CORPOS: Um estudo dos limites da vida na legislação brasileira.....	70
Fernanda Barreto de Moraes Pinheiro Rêgo ¹ ; Alexandre Zarias ²	70
NORMATIZAÇÃO DO CORPO: Um estudo dos dados legislativos brasileiros sobre a regulação do corpo humano (1946 - 2022)	74
José Victor de Oliveira Lima ¹ ; Alexandre Zarias ²	74
AValiação DOS IMPACTOS DA OBRA ‘DIVA’ DE JULIANA NOTARI: Uma análise sociológica da repercussão na imprensa e nas redes sociais.....	78
Maria Eduarda Rodrigues ¹ ; Alexandre Zarias ²	78
INTERSEÇÕES ENTRE CORPO, ARTE E POLÍTICA: Uma análise de discurso de vídeo-artes.....	82
Maria Sávvia Giuseppe Moreira Nascimento ¹ ; Alexandre Zarias ²	82
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MUNICÍPIOS COSTEIROS DO NORDESTE BRASILEIRO: Uma análise de governança.....	86
Wesley Vinicius da Silva Vieira Santiago ¹ ; Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira ²	86
O PAPEL DOS MANGUEZAIS NOS MUNICÍPIOS COSTEIROS DE ITAMARACÁ E BARREIROS, DIANTE DO CENÁRIO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	92
Adrienny Daniely Gomes da Silva ¹ ; Edneida Rabêlo Cavalcanti ²	92
CENÁRIO RECENTE DA MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA UNIÃO EUROPEIA.....	96
Lara Pirro Gomes da Silva ¹ ; Wilson Fusco ²	96
CENÁRIO RECENTE DA MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA A UNIÃO EUROPEIA.....	100
Jessica Camilla Delfino Barbosa ¹ ; Wilson Fusco ²	100
IMPACTO DA PANDEMIA PELA COVID-19 NOS PADRÕES ESPACIAIS E TEMPORAIS DA MORTALIDADE INFANTIL EM PERNAMBUCO.....	104
Matheus Vinicius Santos da Paz ¹ ; Cristine Vieira do Bonfim ²	104

Apresentação

A FUNDAJ realizou em 2024 a XX Jornada de Iniciação Científica, comemorando 20 anos de formação de jovens pesquisadores em nossa instituição. A Jornada é um evento que congrega os bolsistas de iniciação científica, voluntários e orientadores da instituição. Ela se constitui como importante fórum de debates sobre os estudos e as pesquisas desenvolvidos no período 2023-2024. Atualmente, participamos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e recebemos 12 bolsas para estudantes de graduação e 7 bolsas para estudantes do ensino médio, além de nossas(os) bolsistas voluntários (PIVID). Juntam-se ainda as(os) bolsistas da FACEPE e CNPq de projetos individuais de nossas(os) pesquisadoras(es) e suas redes de pesquisa. Com o PIBIC, a FUNDAJ abre suas portas e compartilha o conhecimento produzido por suas pesquisadoras e seus pesquisadores com as(os) jovens estudantes de instituições públicas e privadas localizadas em Pernambuco e contribui, assim, para a formação de uma nova geração de pesquisadores.

Este caderno reúne os resumos produzidos pelas(os) bolsistas e orientadores dos Programas de Iniciação Científica da FUNDAJ. Boa leitura!

Coordenação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica
Fundação Joaquim Nabuco

Programação da XX Jornada de Iniciação Científica

03 de Outubro de 2024

8h - Café da Manhã

8h15 - Mesa de Abertura

8h30 - Comemoração 20 anos PIBIC Fundaj

9h - Apresentação PIBIC Ensino Médio

Zero a Z: Relações Intergeracionais com as Tecnologias Digitais

Bolsistas (estudantes da EREM Prof. Cândido Duarte): Joana Beatriz dos Santos Lima, Luiz Vinícius de Lima Santos, Maria Eduarda de Mascena Queiroz Silva, Maria Luiza Rodrigues de Araújo e Silva, Nycole Karoline Gomes dos Santos, Pedro Henrique Pereira de Albuquerque e Rodrigo Moura Acioli.

Orientadores: Allan Monteiro, Darcilene Gomes, Edneida Cavalcanti, Juceli Bengert, Túlio Velho Barreto e Viviane Toraci.

9h30 às 12h - Apresentação de Relatórios PIBIC Graduação

Avaliação da/na Educação Infantil no Contexto Pós Pandemia de Covid-19: análise da dimensão relativa às condições de trabalho docente em instrumentos e indicadores

Bolsista: Nara Ferreira de Araújo

Orientadora: Patrícia Maria Uchôa Simões

Evolução das desigualdades educacionais por raça/cor em Pernambuco: 2007 a 2021

Bolsista: Igor Nunes de Menezes e Sousa

Orientadora: Isabel Pessoa de Arruda Raposo

As relações entre pesquisadores e militantes de movimentos sociais na pesquisa-ação: contribuições para pensar

Bolsista: Raphaely Elza Maria da Silva Lima

Orientador: Maurício Antunes

O papel dos manguezais nos municípios Costeiros diante das mudanças climáticas

Bolsista: Adrienny Daniel G. da Silva

Orientadora: Edneida Rabêlo Cavalcanti

Unidades de conservação em Municípios Costeiros do Nordeste Brasileiro: uma análise de governança

Bolsista: Wesley Vinicius da Silva Vieira Santiago

Orientadora: Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa

14h às 17h - Apresentação de Relatórios PIBIC Graduação

Normatização do corpo: um estudo dos dados legislativos brasileiros sobre a regulação do corpo humano (1946-2022)

Bolsista: José Victor de Oliveira Lima

Orientador: Alexandre Zarias

Avaliação dos projetos de lei sobre a cirurgia de redesignação sexual no Brasil

Bolsista: Fernanda B. de Moraes Pinheiro Rego

Orientador: Alexandre Zarias

Avaliação dos impactos da obra 'Diva' de Juliana Notari: uma análise sociológica da repercussão na imprensa e nas redes sociais

Bolsista: Maria Eduarda Rodrigues

Orientador: Alexandre Zarias

Interseções entre corpo, arte e política: uma análise crítica da literatura existente

Bolsista: Maria Sávia Giuseppe Moreira Nascimento

Orientador: Alexandre Zarias

Normatização do corpo: um estudo dos dados legislativos brasileiros sobre a regulação do corpo humano (1946-2022)

Bolsista: José Victor de Oliveira Lima

Orientador: Alexandre Zarias

Avaliação dos projetos de lei sobre a cirurgia de redesignação sexual no Brasil

Bolsista: Fernanda B. de Moraes Pinheiro Rego

Orientador: Alexandre Zarias

Avaliação dos impactos da obra 'Diva' de Juliana Notari: uma análise sociológica da repercussão na imprensa e nas redes sociais

Bolsista: Maria Eduarda Rodrigues

Orientador: Alexandre Zarias

Interseções entre corpo, arte e política: uma análise crítica da literatura existente

Bolsista: Maria Sávia Giuseppe Moreira Nascimento

Orientador: Alexandre Zarias

Valorização docente na América Latina: análise de políticas salariais para professores da Educação Básica

Bolsista: Camilla Vitor Casado

Orientadora: Verônica Soares Fernandes

Políticas de assistência estudantil: uma análise da literatura

Bolsista: Laís Vitória Alves Paulino da Silva

Orientadora: Cibele Maria Lima Rodrigues

4 de Outubro de 2024

8h às 12h - Apresentação de Relatórios PIBIC Graduação

Complexidade e Sistemas Dinâmicos Complexos nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: uma proposta do estado da arte e aplicações

Bolsista: Marcos Vinicius Santos de Almeida

Orientador: Marcos Lucena Ramos Pereira de Lucena

O Cenário da Educação em Pernambuco: Análise das metas 3 e 6 do PNE no Contexto da Educação do Ensino Médio em Pernambuco

Bolsista: Débora de Freitas Cândida da Silva

Orientadora: Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches

Educação para as Relações Étnico-Raciais em Pernambuco: Legislações, Práticas Pedagógicas e Fundamentos Teóricos no Novo Currículo para o Ensino Médio

Bolsista: Anne Vitória Leite Xaves

Orientador: Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo

Arranjos político-institucionais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE na esfera da Educação: reflexões a partir de uma revisão de literatura e de dados de execução em Municípios de Pernambuco

Bolsista: João Henrique Belém de Amorim

Orientadora: Cátia Wanderley Lubambo

Tendências do Ensino Superior no Nordeste: indicadores e metas

Bolsista: Carolina Melo Corrêa Lima

Orientadora: Darcilene Claudio Gomes

Os Centros Comunitários da Paz (COMPAZ) como lócus de estudo em Pernambuco: reflexões a partir de uma revisão de literatura

Bolsista: Maria Luísa Audet Guerra

Orientador: Diogo Henrique Helal

14h às 17h - Apresentação de Relatórios PIBIC Graduação

Cenário recente da migração de brasileiros para a União Europeia

Bolsista: Jéssica Camilla Delfino Barbosa

Orientador: Wilson Fusco

Cenário recente da migração de brasileiros para a União Europeia

Bolsista: Lara Pirro Gomes da Silva

Orientador: Wilson Fusco

Inovação Social em Política Pública: um panorama das moedas sociais em municípios brasileiros

Bolsista: Jamilly Vitória Santos Monteiro da Silva

Orientadora: Carolina Beltrão de Medeiros

Iniciativas de Inovação Social e Políticas Públicas em Educação: ponderações a partir de uma revisão de literatura

Bolsista: Ana Luísa Campos Porpino

Orientadora: Carolina Beltrão de Medeiros

Impacto da Pandemia Pela COVID-19 nos Padrões Espaciais e Temporais da Mortalidade Infantil em Pernambuco

Bolsista: Matheus Vinicius Santos da Paz

Orientadora: Cristine Vieira do Bonfim

Pibic Ensino Médico

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio

Viviane Toraci¹

¹**Pesquisadora da Cecim-Dipes; e-mail: viviane.toraci@fundaj.gov.br**

A Fundação Joaquim Nabuco mantém desde 2017 o PIBIC-EM, com oferta de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de iniciação científica para o ensino médio. O programa recebe o nome de Sociolab Fundaj. O modelo de trabalho desenvolvido na Fundaj é inovador. A cada edição, bolsistas e orientadores realizam um trabalho coletivo, com tema de interesse dos jovens participantes da pesquisa. De forma conjunta, em reuniões semanais, todos dialogam sobre preocupações que estão em nossos cotidianos, num movimento de estranhamento dos hábitos e desnaturalização das respostas. Já foram temas de pesquisa nestes sete anos questões ligadas às desigualdades sociais, participação política, diversidade, relações intergeracionais com as Tecnologias Digitais.

O Sociolab Fundaj tem como objetivo contribuir para o letramento científico dos estudantes do ensino médio. Para isso, vivenciamos todas as etapas de uma pesquisa científica: definição de tema, problema de pesquisa, construção de hipóteses, acesso e escolha das metodologias de pesquisa das Ciências Sociais (quantitativas e qualitativas), construção do instrumento de pesquisa, aplicação em campo, construção de banco de dados, análise dos resultados, divulgação científica. É um ano intenso para todos os participantes.

Todo o processo vivenciado pelas equipes do Sociolab Fundaj a cada edição foi registrado com a construção de sites. Eles estão reunidos no portal <https://sociolabfundaj.wixsite.com/meusite>. Além de produzir um relatório disponível publicamente, os sites têm a função de proporcionar atividades de comunicação científica e letramento digital para os bolsistas, os quais participam da construção de todo o material. Nesta atividade, contamos com a parceria do multiHlab - Laboratório Multiusuários em Humanidades – equipamento do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional na Fundação Joaquim Nabuco – que conta com os recursos tecnológicos e equipe técnica para produção multimodal.

A equipe 2023-2024 do Sociolab Fundaj participou da 20ª JOIC Fundaj apresentando a pesquisa “Zero a Z: a relação intergeracional com as Tecnologias Digitais”. Nesta edição, atuaram como orientadores Viviane Toraci (coordenadora), Darcilene Gomes, Allan Monteiro, Juceli Bergent Lima, Túlio Velho Barreto e Edneida Rabêlo Cavalcanti E como bolsistas os estudantes da EREM Prof. Cândido Duarte: Joana Beatriz dos Santos Lima, Luiz Vinícius de Lima Santos, Maria Eduarda de Mascena Queiroz Silva, Maria Luiza Rodrigues de Araújo e Silva, Nycole Karoline Gomes dos Santos, Pedro Henrique Pereira de Albuquerque, Rodrigo Moura Acioli.

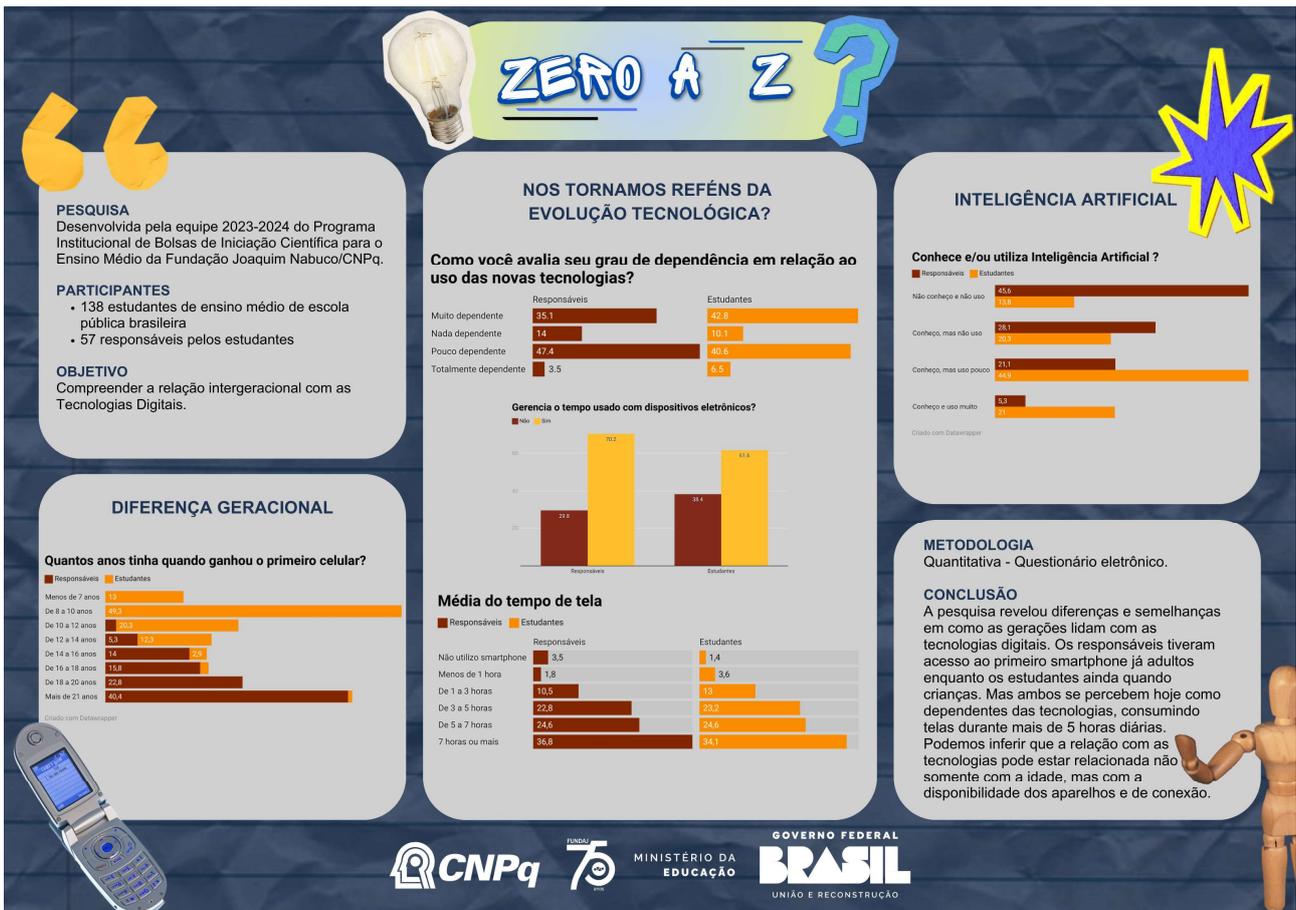
A pesquisa teve como objetivo identificar as similaridades e diferenças dos usos e relações com as Tecnologias Digitais da Geração Z (nascidos entre 1995 e 2010, ou seja, os bolsistas) e de seus responsáveis, integrantes de gerações anteriores (assim como os orientadores). Como instrumento de pesquisa, foi criado e aplicado um questionário eletrônico, o qual foi respondido por 138 estudantes de ensino médio da EREM Prof. Cândido Duarte e 57 responsáveis. Após configuração e limpeza do banco de dados, a equipe discutiu a análise dos dados e gerou produtos de comunicação de resultados.

Todas as atividades desenvolvidas pela 7ª edição do PIBIC-EM CNPq/Fundaj podem ser conferidas no site da edição disponível em <https://pibic7ed.wixsite.com/pibic-em-7ed>. Além do site, a equipe produziu uma temporada de podcast no Canal Sociolab Fundaj no Spotify. Com o título “PodZero a Z: a geração Z conversa com você”, a temporada é composta por três episódios: 1. Questionamentos e ideias iniciais; 2. Gerações e Tecnologias Digitais; 3. Relação intergeracional com as tecnologias. O link para o podcast também está disponível no site.

Para exposição pública dos resultados da pesquisa, os bolsistas estiveram presente na 20ª JOIC Fundaj, na Flicand (Feira de Linguagens Cândido Duarte 2024) e no 9º epePE (Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco, realizado na UFPE). Nos três locais, foi montada uma instalação artística composta por equipamentos antigos e novos de Tecnologias da Informação e Comunicação, remetendo a memórias afetivas com os objetos e as relações com as tecnologias. Também, um pôster científico com apresentação de resultados em gráficos. Os bolsistas explicaram ao público o trabalho realizado e dialogaram sobre suas descobertas.

Encerramos o ciclo de atividades com a equipe da 7ª edição PIBIC-EM/CNPq/Fundaj produzindo este relato para os Anais da 20ª JOIC Fundaj com a certeza que o trabalho realizado pela Iniciação Científica contribui sobremaneira para estimular a vocação científica de jovens e a despertar a curiosidade e o pensamento crítico.

Imagem 1 – Pôster com apresentação de resultados



Fonte: Produzido pelos bolsistas da 7ª edição PIBIC-EM/CNPq/Fundaj.

Pibic

Graduação

Resumos

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM PERNAMBUCO: legislações, práticas pedagógicas e fundamentos teóricos no novo currículo para o ensino médio

Anne Vitória Leite Xaves¹; Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo²

¹Estudante do Curso de Licenciatura plena em História - UNICAP; e-mail: anne.xaves@gmail.com;

²Pesquisador da Cecim-Dipes, docente do ProfSocio-Difor; e-mail: tulio.araujo@fundaj.gov.br

RESUMO: Este subprojeto analisou a presença das temáticas da “Educação das Relações Étnico-raciais” e do “Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena” (ERER), no Currículo do Ensino Médio de Pernambuco (2021). Recorrendo às metodologias da Análise Documental e de Conteúdo, a pesquisa traçou um panorama quanti-qualitativo acerca da presença de conteúdos férteis para desenvolvimento da ERER nos sistemas de ensino. Na segunda fase, investigou-se a implementação das diretrizes da ERER a partir do Plano Estadual de Educação (2015-2025), do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial (2016-2018) e de cinco edições do Relatório Anual de Indicadores Educacionais. Observou-se que, apesar da densidade crítica presente nos planos, persistem lacunas significativas na construção de uma educação antirracista.

Palavras-chave: ações afirmativas; currículo; educação; relações étnico-raciais; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo primário analisar a presença das temáticas da “Educação das Relações Étnico-raciais” e do “Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena” (ERER) no atual Currículo do Estado de Pernambuco voltado para o Ensino Médio. Considerando os componentes curriculares obrigatórios, como as Leis de nº 10.639/03 e 11.645/08, ambas responsáveis por alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, destaca-se aqui como a implementação efetiva de tais práticas remetem à execução de uma ação afirmativa no campo educacional.

Apesar do reconhecimento das referidas áreas como pertinentes para todos os campos do saber social, vide sua importância histórica para grupos etnicamente marginalizados (Gomes, 2012), buscou-se evidenciar como a normativa propunha o desenvolvimento da ERER no programa do Novo Ensino Médio (NEM), regulamentado pela Lei 13.415/17, elencando como recorte analítico a seção dos Organizadores Curriculares da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), ou simplesmente, a “grade curricular” das disciplinas. Pretendeu-se, assim, examinar como o estado de Pernambuco projetou tal compromisso na reformulação de seu currículo para o Ensino Médio, observando o alinhamento do documento ao projeto do NEM, e posteriormente se dirigindo a outras referências de suas ações no âmbito das políticas públicas educacionais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os recursos metodológicos empregados nesta pesquisa constituíram-se substancialmente da Análise Documental, tal qual prescrita por autores como André Cellard (2014), assim como da

Análise de Conteúdo, tendo como principal referência as contribuições de Laurence Bardin (1995) em obra homônima. O primeiro semestre da pesquisa foi reservado para exame do atual Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio, fonte primária do subprojeto. O resultado desta etapa foi um prognóstico qualitativo acerca da abordagem e conceituação da ERER no documento, e quantitativo no que tange ao volume de conteúdos voltadas para a temática, presente nos Organizadores Curriculares.

Na segunda fase da pesquisa elencou-se, como novos objetos de análise, o *Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial (2016-2018)*, e o *Plano Estadual de Educação (2015-2025)*. A fim de verificar a aplicação efetiva das propostas delineadas para a ERER nos referidos documentos, recorreu-se às informações prestadas em cinco Relatórios Anuais de Indicadores Educacionais, relativos às ações realizadas no período de 2018 a 2022, buscando examinar substancialmente a diversidade dos projetos implementados, assim como a estimativa dos profissionais da educação contemplados por eles.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Responsáveis por estabelecer os conteúdos programáticos a serem trabalhados obrigatoriamente em cada disciplina, acerca da estrutura organizacional dos Organizadores Curriculares, essa é composta da junção de três elementos: 1. Uma habilidade referente às seis competências da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tabeladas e codificadas na BNCC; 2. Uma ou mais habilidade(s) específica(s) do componente curricular, e 3. os Objetos de Conhecimentos (OBs) a serem trabalhados.

Por ser a seção responsável por determinar os assuntos, temáticas e conceitos científicos a serem trabalhados em cada bimestre, de forma progressiva e não cíclica, os OBs constituíram o principal critério de seleção a fim de mensurar se um componente do Organizador Curricular é voltado integral ou parcialmente às discussões engajadas pela ERER, ou não. Nesta atividade, foram constatados 68 conteúdos programáticos (CPs) estabelecidos para as CHSA, cujo montante é dividido entre: História, com 26 CPs no total, os quais foram distribuídos para as três séries do Ensino Médio; Geografia, com 17 CPs, também para os três anos; Filosofia, com 12 CPs e indicados apenas para a 1ª série; e Sociologia, com 13 CPs direcionados à 2ª série do ensino. Deste modo, após uma leitura analítica de cada componente, mensurou-se que cerca de 27,9% dos Organizadores Curriculares (pelo menos 19 CPs) das CHSA pautam temáticas voltadas para a ERER.

Destarte, o campo curricular caracteriza-se como uma das principais áreas de promoção da ERER, prescrito desde a concepção desta modalidade de política pública (Brasil, 2004). Contudo, para sua efetividade no meio educacional, essa é interdependente do investimento contínuo no

aperfeiçoamento de práticas, materiais e programas de profissionalização pedagógica. Nos planos, tais dimensões são abordadas no firmamento do compromisso de:

1. Assegurar o cumprimento do *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena*;
2. Aprimorar a qualidade técnico-científica dos cursos de graduação e pós-graduação, ressaltando-se a importância de avaliações contínuas do sistema educacional para esse propósito;
3. Promover a formação continuada de profissionais da Educação ao longo de todo ano letivo, voltadas a ERER e outras temáticas sociais de forma ampla (gênero, sexualidade, religião e classe), nas redes do Ensino Médio regular, da Educação para Jovens e Adultos (EJA) e Educação profissional;
4. “Fomentar e garantir a produção de material didático e o desenvolvimento de currículos” (Pernambuco, 2015, p. 43).

Nos RAIs, constatou-se cerca de 20 ações do governo de Pernambuco em prol da promoção da Educação para as Relações étnico-raciais, e da qualificação para o ensino das Histórias e Culturas Africana, Afro-brasileira e Indígena, empreendidas no período de 2018 a 2022. Na íntegra, estima-se que cerca de 2.989 profissionais da educação tenham sido beneficiados, entre docentes, gestores, educadores de apoio e bibliotecários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que pese a diversidade de fontes consultadas, sinteticamente, pode-se dizer que este trabalho adotou como propósito o exame do tratamento da Educação para as Relações Étnico-Raciais, assim como do ensino das Histórias e Culturas Africana, Afro-brasileira e Indígena, enquanto políticas de ação afirmativa executadas no estado de Pernambuco. São campos epistemológicos que até alcançarem certo estágio de consolidação acadêmica e escolar envolveram-se em uma série de dilemas políticos e sociais intrínsecos aos movimentos de formação curricular.

Nestas circunstâncias, a ERER se ergue como uma política reparatória à medida que usa dos conhecimentos científico, filosófico e artístico, como instrumentos de confronto às visões clássicas da cultura eurocêntrica e ocidentalizada, que durante muito tempo imperou sobre as produções científicas e saberes escolares. Portanto, não estimula apenas a desconstrução e refiguração cognitiva de discentes e não-discentes, como também incita novas formas de socialização, no intuito que o processo de instrução formal não retroalimente um ideário racista, já fortemente enraizado na sociedade brasileira, devendo então o sistema educacional aderir a uma posição explicitamente antirracista para o combate efetivo dessa e de outras formas de discriminação.

AGRADECIMENTOS

Sou grata à Fundação Joaquim Nabuco por toda oportunidade oferecida por meio do ingresso no programa de Iniciação Científica, das contribuições valorosas dos pesquisadores que se dedicaram a participar do programa, assim como do meu orientador Túlio Velho Barreto, pela possibilidade de pesquisar um tema muito caro para minha formação enquanto educadora.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

CELLARD, André. Análise Documental. In **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

PERNAMBUCO. **Plano Estadual de Educação (2015-2025)**. Secretaria de Educação de Pernambuco: Recife, 2015.

EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS POR RAÇA/COR EM PERNAMBUCO

Igor Nunes de Menezes e Sousa¹; Isabel Pessoa de Arruda Raposo²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas – UFRPE; e-mail: igor.sousa.eco@gmail.com ²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj– DIPES; e-mail: isabel.raposo@fundaj.gov.br

RESUMO: O artigo examina as desigualdades educacionais por raça/cor na rede pública de ensino de Pernambuco entre 2010 e 2019. Utilizando dados do SAEB e SAEPE, o estudo analisa os hiatos educacionais, propondo indicadores educacionais que revelam a extensão dessas desigualdades. A metodologia inclui análises estatísticas-descritivas que mapeiam a evolução das desigualdades, fatores socioeconômicos e localização geográfica. O trabalho destaca que alunos pretos e pardos apresentam desempenho inferior em relação aos brancos para a maioria dos casos observados, com um agravamento das desigualdades ao longo dos anos. A análise também explora como fatores socioeconômicos e contextuais, como localização das escolas e contexto familiar, estão interligados com essas disparidades. Os resultados sublinham a necessidade de políticas afirmativas para combater a reprodução dessas desigualdades e promover uma educação mais equitativa.

Palavras-chave: alunos; cor; desigualdades; educação; hiatos.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação básica no Brasil passou por uma significativa expansão de acesso, mas a melhoria na qualidade do aprendizado não acompanhou esse crescimento. Diversos estudos, como o de Soares e Alves (2021), mostram que a escola brasileira, sobretudo a pública, ainda é um ambiente de reprodução de desigualdades socioeconômicas e raciais. Além disso, pesquisas como a de Barbosa et al. (2023) destacam que o Índice de Equilíbrio Racial (IER) revela que as disparidades de desempenho entre alunos pretos e brancos aumentaram ao longo dos anos, com os alunos pretos frequentemente concentrados na faixa de aprendizado “insuficiente”, enquanto os brancos são sobre-representados no nível “avançado”.

O presente estudo tem como objetivo investigar as desigualdades educacionais por raça/cor na rede pública de ensino de Pernambuco, utilizando dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE). O foco está em compreender como essas desigualdades se manifestam e evoluem, principalmente entre os alunos autodeclarados pretos, pardos e brancos, considerando fatores socioeconômicos, localização geográfica e contexto familiar.

Este estudo se justifica pela necessidade de políticas públicas que possam mitigar essas desigualdades e promover um ambiente escolar mais equitativo, assegurando que os alunos de diferentes grupos raciais tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais. A investigação aqui realizada visa fornecer uma análise aprofundada sobre a trajetória das desigualdades raciais na educação básica pernambucana, contribuindo para o debate sobre inclusão e equidade racial no Brasil.

O principal objetivo desta investigação é analisar a evolução das desigualdades educacionais por raça/cor em Pernambuco, buscando identificar se essas desigualdades estão convergindo ou se aprofundando ao longo do tempo. O estudo também pretende contribuir para a formulação de políticas afirmativas e ações

governamentais que promovam a equidade racial na educação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi conduzida com base em um estudo estatístico-descritivo, utilizando os microdados secundários do SAEB e do SAEPE, referentes ao período de 2010 e 2019. A partir dessas bases de dados, foram levantadas as proficiências dos alunos em língua portuguesa e matemática, além de informações sobre taxas de reprovação, abandono escolar, e variáveis relacionadas ao contexto familiar dos alunos. As variáveis de interesse, como raça/cor dos alunos, foram extraídas dos questionários aplicados a alunos, professores e diretores.

O método central utilizado foi a aplicação de medidas estatísticas, como médias e cálculo dos hiatos de notas entre grupos raciais. Para avaliar as desigualdades por mesorregião do estado de Pernambuco, foram consideradas as notas dos alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, tanto em português quanto em matemática. Os dados foram organizados em tabelas e gráficos, facilitando a visualização da evolução das desigualdades educacionais.

Além disso, foram realizadas comparações entre os desempenhos dos estudantes de Pernambuco, do Nordeste (excluindo Pernambuco), e do Brasil, utilizando como base as notas padronizadas do SAEB, onde o Brasil tem média 0 e desvio padrão 1. Essa padronização permitiu uma análise mais robusta da posição relativa de Pernambuco em relação à região e ao país.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os resultados revelam que as desigualdades educacionais por raça/cor se mantêm acentuadas em Pernambuco, especialmente entre alunos pretos e brancos. Entre 2010 e 2018, foi observado um aumento no hiato de notas entre esses grupos, com os alunos pretos apresentando, em média, desempenhos significativamente inferiores aos brancos, tanto em português quanto em matemática.

No 5º ano do ensino fundamental, o hiato de notas entre alunos pretos e brancos aumentou de forma mais acentuada em Pernambuco do que no restante do Nordeste. Já no 9º ano, o padrão de desigualdade se mantém, mas o aumento do hiato foi menos expressivo. No 3º ano do ensino médio, por outro lado, houve uma redução das desigualdades, especialmente na Zona da Mata, sugerindo uma possível melhora na equidade do ensino médio na região.

A distribuição racial nas escolas públicas do Recife mostra que, enquanto a população de alunos autodeclarados brancos e pretos diminuiu, a proporção de alunos pardos aumentou, especialmente no 3º ano do ensino médio. Esse aumento, no entanto, não foi suficiente para alterar a dinâmica das desigualdades, uma vez que as disparidades de desempenho entre pretos e pardos também se ampliaram no período.

As análises por mesorregião indicam que as desigualdades educacionais são mais acentuadas nas regiões do Agreste e Sertão, enquanto a Região Metropolitana de Recife apresenta os menores hiatos. As condições socioeconômicas e geográficas dessas regiões desempenham um papel crucial na ampliação dessas desigualdades, visto que escolas em áreas urbanas geralmente oferecem melhores recursos e infraestrutura do

que as escolas rurais.

O estudo também estabeleceu relação entre o nível educacional dos pais e o desempenho escolar dos filhos. Os alunos cujos pais têm maior escolaridade tendem a apresentar melhores desempenhos, e essa diferença é mais evidente entre os alunos pretos. Em 2017, o nível médio de escolaridade dos pais de alunos pretos foi inferior ao de alunos pardos e brancos, o que pode explicar parte da disparidade de desempenho entre esses grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo conclui que as desigualdades raciais na educação básica de Pernambuco persistem e, em alguns casos, têm se intensificado ao longo dos anos. Alunos pretos e pardos continuam em desvantagem, com hiatos educacionais significativos em relação aos alunos brancos. Essas desigualdades são mais acentuadas no ensino fundamental, especialmente nas regiões do Agreste e Sertão.

Os resultados sugerem que a localização geográfica e o contexto familiar dos alunos desempenham um papel fundamental na perpetuação dessas desigualdades. Assim, é essencial que políticas públicas sejam implementadas para mitigar essas disparidades, com foco na melhoria da infraestrutura escolar em áreas rurais e na promoção da equidade racial no ambiente educacional.

Recomenda-se que futuras pesquisas investiguem mais profundamente o impacto de políticas afirmativas no desempenho dos alunos de diferentes grupos raciais e que sejam desenvolvidas ações voltadas para a redução do hiato educacional entre pretos, pardos e brancos. Essas iniciativas são fundamentais para garantir que a educação cumpra seu papel de promover a ascensão social e a inclusão, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao PIBIC e à FUNDAJ pelo apoio institucional e financeiro, essenciais para a realização deste trabalho. Agradecimentos especiais à minha orientadora, Isabel Pessoa de Arruda Raposo, por sua orientação incansável e preciosa. Agradeço também à Professora da UFRPE, Sônia Fonseca, por sua ajuda no tratamento dos dados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gerrio; FRANÇA, Michael; PORTELLA, Alysson. Desigualdade racial na educação básica. Texto para Discussão 14. Núcleo de Estudos Raciais do Insper, São Paulo, 2023.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G.; FONSECA, J. A. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 38, p. 1–21, 2021.

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DA LITERATURA

Lais Vitoria Alves Paulino da Silva ¹; Cibele Maria Lima Rodrigues²

¹Estudante do Curso de bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; e-mail: laisvic5@gmail.com; ²Pesquisador(a) da coordenação Geral de Estudos de Cultura, Identidade e Memória - CECIM da Diretoria de Pesquisas Sociais e-mail: cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente estudo examinou a produção acadêmica sobre os bolsistas vinculados aos programas de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil. Foram identificados oito trabalhos acadêmicos, dos quais dois adotaram a perspectiva do marxismo/materialismo histórico-dialético, dois utilizaram a teoria de Pierre Bourdieu, um analisou a temática a partir das ideias de Michel Foucault, e três seguiram uma abordagem eclética. De maneira geral, os resultados apontaram tanto os benefícios quanto às limitações das políticas de assistência estudantil nas IFES.

Palavras-chave: assistência estudantil; educação superior; PNAES

INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa, buscou-se analisar a produção acadêmica relacionada aos estudantes beneficiários de bolsas dos programas de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil. Entre os objetivos estão a compreensão das políticas educacionais e a identificação das políticas de assistência estudantil no contexto brasileiro. A pesquisa mapeia teses e dissertações sobre estudantes bolsistas e utiliza a metapesquisa para analisar criticamente os principais resultados e lacunas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O plano de trabalho foi baseado na metapesquisa, conforme os conceitos de Mainardes e Tello (2012), que destacam a importância de investigar a partir da perspectiva epistemológica dos trabalhos acadêmicos. Além dessa abordagem, buscou-se apontar os resultados obtidos e realizar uma leitura crítica das lacunas identificadas. O foco principal foi nas pesquisas sobre as trajetórias dos estudantes beneficiários de programas de assistência, como bolsistas e residentes, analisando seu acesso e permanência nas universidades e suas expectativas acadêmicas e profissionais (Charlot, 2000; Paiva, 2010).

Para isso, foi realizada uma pesquisa preliminar em bases acadêmicas, visando identificar estudos que tratassem de estudantes beneficiados por bolsas de assistência estudantil em instituições federais de ensino superior (IES) no Brasil, desde a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2007. A pesquisa se concentrou em teses e dissertações, com levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) e no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD),

utilizando termos-chave como "educação superior, IES e assistência estudantil". No total, foram selecionados oito trabalhos, todos na área de educação.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Em pesquisa nas bases de dados foram encontrados os trabalhos de Loeblin (2015), Nunes (2016), Braga (2016), Santos (2018), Silveira (2021), Souza (2021), Tavares (2021) e Lima (2022). Eles apresentam abordagens teóricas distintas que se enquadram no campo do marxismo, da teoria de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 2015), Michel Foucault (Foucault, 2003) e o ecletismo.

Essas dissertações abordam diretamente a temática da assistência estudantil no contexto das instituições de ensino superior (IES) brasileiras. Loeblin (2015) apresenta as desigualdades existentes no sistema educacional, e como esses estudantes se encontram em situação de desvantagem, sendo o PNAES essencial para permanência. Entretanto, o auxílio para muitos estudantes é insuficiente para cobrir suas necessidades. Tavares (2021) corrobora com esse resultado e apresenta as limitações das políticas de permanência, especialmente para estudantes de baixa renda na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Santos (2018) evidencia a percepção de inclusão parcial entre os alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os estudantes defendem o reconhecimento de suas demandas por parte dos professores e a simplificação dos processos burocráticos para permanência. Concomitantemente Nunes (2016), aponta para as contradições do neoliberalismo, destacando que a vulnerabilidade socioeconômica afeta tanto estudantes cotistas quanto os da ampla concorrência.

Lima (2022) analisa os impactos dos cortes de recursos nas políticas de assistência estudantil, observando a precarização do sistema após 2016. Seu estudo é comparado ao de Silveira (2021) e Souza (2021), que também criticam a fragilidade dessas políticas e a burocracia como impasse para permanência dos estudantes.

Para apresentação dos resultados, buscamos manter a fidelidade à análise realizada e aos dados obtidos. Contudo, a investigação apresenta algumas lacunas interpretativas, as quais não comprometem o valor geral do estudo. Ainda assim, os resultados apresentados fornecem um panorama sobre a implementação das políticas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises, pode-se observar que as pesquisas apontam a existência da vulnerabilidade econômica dos estudantes e como os Programas de Assistência Estudantil impactam nas suas trajetórias acadêmicas. De maneira geral, as pesquisas reforçam a importância do programa

de assistência estudantil para arcar com as despesas básicas. Por outro lado, apontam que ainda não é suficiente para garantir todas as condições de permanência. Esse contexto reflete o que Kuenzer (2002) chama de “inclusão excludente”, uma expansão das oportunidades educacionais que não resulta em uma verdadeira inclusão social, mantendo os processos de exclusão inerentes ao capitalismo.

AGRADECIMENTOS

Sou grata à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) pela oportunidade e acolhimento, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio. Agradeço aos professores (as) e pesquisadores da fundação pela disponibilidade, e, especialmente, à minha orientadora Cibele Rodrigues, que me ensinou, incentivou e acompanhou ao longo deste ano. Sua confiança em mim foi o que me manteve no caminho. Serei sempre grata por isso.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Graça Elenice dos Santos. **Processos identitários de jovens negros e negras do curso de licenciatura em pedagogia na UFRPE campus Recife**. 2016. 163 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira; Afrânio Catani, 16. Ed. Editora Vozes: Petrópolis, 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, trabalho e educação**, v. 3, p. 77-96, 2002

LIMA, Maria Janete. **Análise das Políticas de Assistência Estudantil: Pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade Neoliberal**. 04/12/2022 197 f. Doutorado em educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

LOEBLIN, Elaine Lucio. **A materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES para estudantes de graduação da UNIR JI-PARANÁ/RO.** 30/08/2015. Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

MAINARDES, Jefferson; TELLO, César. A pesquisa no campo da política educacional: Explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas. Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 75, mar. 2012.

FOUCAULT, Michel (1978 c) A “Governamentalidade” (4ª. Aula de “Segurança, Território e População”). In: Ditos e Escritos IV: **Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano. **Práxis**, Itumbiara, n.5, p.69-91, out./dez. 1995.

NUNES, Roseli Souza dos Reis. **A permanência dos estudantes que ingressaram por ação afirmativa: a assistência estudantil em foco**. 27/03/2016 189 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

SOUZA, Ivone De Oliveira Moraes. **Política de acesso e permanência na Universidade Federal do Acre: um estudo do programa Pró-inclusão'** 11/11/2021 127 f. mestrado em educação instituição de ensino: Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2021.

SANTOS, Elenice Cheidos. **Política de assistência estudantil para estudantes cotistas de baixa renda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS** 17/01/2018 152 f. mestrado em educação instituição de ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVEIRA, Ana Carolina Michelin. **Acesso e permanência na educação superior: uma análise das medidas de acessibilidade e inclusão em tempos de corte dos recursos públicos no período de 2016 a 2020**. 15/12/2021 111 f. Mestrado em educação na instituição de ensino: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

TAVARES, Marianna Carla Costa. **Políticas de permanência na graduação presencial na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010-2019)**. 08/12/2021 Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

AS RELAÇÕES ENTRE PESQUISADORES E MILITANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESQUISA-AÇÃO: Contribuições para pensar

Raphaely Elza Maria da Silva Lima¹; Maurício Antunes Tavares(a)²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais- UFRPE; e-mail: raphaelyelzaa@gmail.com; ²Pesquisador Maurício Antunes Tavares da Diretoria de Pesquisas Sociais da FUNDAJ – DIPES e Coordenação do Centro de Estudos de Cultura, Identidade e Memória; e-mail: mauricio.antunes@fundaj.gov.br

RESUMO: O subprojeto “As Relações Entre Pesquisadores e Militantes de Movimentos Sociais na Pesquisa-ação: Contribuições para Pensar”, faz parte do Projeto “Comunidades Educativas: Estudos dos Modos de Ensinar e Aprender o Saberfazer”, com a finalidade de explorar como as interações entre pesquisadores e movimentos sociais podem contribuir para o desenvolvimento coletivo. A pesquisa busca unir conhecimentos acadêmicos com saberes cotidianos e tradicionais oriundos de coletivos e movimentos sociais. A investigação se fundamenta nas experiências da disciplina Movimentos Sociais, Identidades e Cidadanias Interculturais, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades- PPGEI. Utilizando uma abordagem de pesquisa-ação e revisão de literatura, o estudo permite a construção colaborativa do conhecimento teórico e prático. As conclusões apontam que essas relações podem desafiar a dominância da racionalidade científica ocidental, promovendo uma nova abertura epistemológica que valoriza saberes populares diversos.

Palavras-chave: movimentos sociais; comunidades; pluriepistemologias.

INTRODUÇÃO

O projeto "Comunidades Educativas: estudos dos modos de ensinar e aprender o saberfazer" explora o potencial pedagógico das práticas das comunidades populares, enfatizando o "aprender fazendo" em atividades manuais de artesãos, artistas e participantes de expressões culturais populares, bem como em práticas do cotidiano (Antunes e Mesquita, 2024). Partindo dessa perspectiva, o subprojeto se baseou na possibilidade dos pesquisadores/as desenvolverem uma relação de troca de saberes com as comunidades educativas que constroem seus conhecimentos de forma colaborativa, contínua e processual. Autores como Larrosa (2012), Mariátegui (2008), Brandão (2007) e outros, revelam uma hierarquia que privilegia a racionalidade científica ocidental, marginalizando os saberes populares. O nosso enfoque permite que nos encontros com o outro, possamos destacar novas formas de educar, valorizando o intercâmbio de conhecimentos sem hierarquizar saberes científicos em relação às práticas culturais, modos de vida e experiências locais. Portanto, a pesquisa tem como objetivo geral, problematizar as relações entre pesquisadores e movimentos sociais nas experiências de pesquisa desenvolvidas na disciplina Movimentos Sociais, Identidades e Cidadanias Interculturais. Para alcançar esse objetivo, traçamos quatro objetivos específicos, (I) a revisão bibliográfica dos estudos que versam sobre a relação entre movimentos sociais e academia, especificamente na literatura

sobre Educação Popular, pesquisa-ação e pesquisa-participante; (II) o acompanhamento do trabalho de campo desenvolvido na disciplina MSICI; (III) análise dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes da referida disciplina publicados no blog www.movimentossociaiseduca.org; (IV) a realização de entrevistas com sujeitos que participam/participaram nas referidas experiências. Todo o processo da pesquisa demonstrou como é necessário valorizar os saberes populares ao destacar que a interação entre acadêmicos e movimentos sociais gera um aprendizado que beneficia ambos. A metodologia ativa da disciplina - Movimentos Sociais, Identidades e Cidadanias Interculturais - permitiu que os estudantes mesclassem teoria e prática, enriquecendo sua formação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho adotou métodos participativos com o objetivo de estabelecer contato direto com grupos, coletivos e militantes de movimentos sociais. Foram utilizados métodos como sistematização de experiências, pesquisa-ação e pesquisa participante, além de adentrar na educação não formal e educação popular. A metodologia foi fundamentada em autores como Brandão (2007), Fals Borda (2010), Oscar Jara (2021) e Thiollent (1999). Complementarmente, realizou-se uma revisão bibliográfica que abordou questões como as diferenças e hierarquias na racionalidade científica ocidental, bem como as sabedorias presentes no cotidiano, discutidas por autores como Canclini (2009), Larrosa (2012), Mariátegui (2008) e outros. Na pesquisa de campo, foram empregadas a observação participante, conversas para coleta de dados, registros audiovisuais e análise das publicações do blog "Movimentos Sociais, Educação e Identidades". O objetivo foi promover um aprendizado colaborativo, enfatizando a articulação entre a bolsista e os pesquisadores da disciplina "Movimentos Sociais, Identidades e Cidadanias Interculturais" do PPGECI. Essa disciplina buscou integrar discentes e movimentos sociais, fomentando um processo de aprendizado ativo que considerou as realidades sociais enfrentadas por diversas comunidades. O blog "Movimentos Sociais, Educação e Identidades" serviu como plataforma para publicar os resultados das pesquisas, com a intenção de compartilhar conhecimento com a comunidade acadêmica e a sociedade. A pesquisa de campo e a aproximação com os discentes ocorreram nos meses de setembro, outubro e novembro. Na disciplina, foram organizados quatro grupos, abordando temas como bibliotecas comunitárias, movimento indígena, movimento negro educador e o movimento negro nas artes cênicas. O acompanhamento dos grupos foi realizado conforme a conciliação das agendas dos discentes e da bolsista. A bolsista esteve mais presente na pesquisa de campo do grupo de bibliotecas comunitárias, realizando visitas a diversos locais, como a Biblioteca Multicultural Nasedouro (29 de setembro), o Centro de Estudos em Educação e Linguagem (9 de outubro), o Centro de Cultura Luiz Freire (10 de outubro) e a Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiães (17 de outubro). Além disso, participou

das rodas de diálogos realizadas nos dias 7, 14 e 16 de novembro na FUNDAJ do Derby, e esteve presente nas aulas realizadas nos dias 24 e 31 na FUNDAJ de Apipucos.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A análise da relação entre pesquisadores e os grupos sociais evidencia uma hierarquia presente na academia que valoriza a racionalidade científica ocidental. A predominância dessa perspectiva não só legitima a ideia de que a civilização ocidental representa o auge do desenvolvimento intelectual, mas também marginaliza culturas e saberes alternativos. Tratar as múltiplas culturas existentes como detentoras de saberes subdesenvolvidos leva a desvalorização das práticas tradicionais que são essenciais para a construção de identidades comunitárias. Ao utilizar métodos participativos para interagir com saberes populares, os pesquisadores têm a oportunidade de transcender a academia, estabelecendo um diálogo que transforma o conhecimento monoepistemológico em uma construção compartilhada (Brandão, 2007). Nesse contexto, a academia frequentemente sugere a necessidade de renunciar aos saberes tradicionais em prol de um aprendizado que respeite apenas a lógica científica. Essa abordagem não apenas ignora a diversidade de conhecimentos, mas também ameaça a verdadeira aceitação das diferenças, que deveriam ser vistas como elementos essenciais da identidade social. Em vez de buscar uma falsa igualdade, é crucial valorizar a pluralidade que enriquece nossas sociedades (Canclini, 2012). O questionário e as pesquisas de campo desenvolvidas pelos discentes, explicitam a importância de entrar em contato com outras realidades e de estarem abertos para vivenciar experiências, que vão além dos padrões acadêmicos. Isso demonstra como o cotidiano dessas comunidades educativas possui um campo rico de aprendizados, onde a empatia e a escuta ativa são essenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais conclusões do estudo destacam a relevância da integração entre saberes populares e acadêmicos permitindo a construção de um aprendizado coletivo, onde a teoria é aplicada à prática e vice-versa, gerando impactos significativos para ambas as partes. As pesquisas realizadas revelam a importância de valorizar as epistemologias próprias das comunidades, que muitas vezes preenchem lacunas deixadas pela ciência ocidental, especialmente em temas de resistência cultural e preservação de identidades. A interação entre acadêmicos e movimentos sociais promove um processo de aprendizado recíproco, permitindo que as experiências práticas dessas comunidades sejam reconhecidas e inseridas no campo do conhecimento formal. Em suma, o estudo reforça a necessidade de práticas educativas mais inclusivas e críticas, que respeitem e integrem saberes diversos.

AGRADECIMENTOS

A minha profunda gratidão ao Programa Institucional de Iniciação Científica da FUNDAJ e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que me proporcionaram essa experiência única. Além da incrível orientação realizada pelo professor Dr. Mauricio Antunes e a participação da turma MSICI, em especial o grupo de bibliotecas comunitárias.

REFERÊNCIAS

- CANCLINI, N. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2009.
- TAVARES, Mauricio Antunes; MESQUITA, Rui Gomes de Mesquita. Comunidades Educativas como lugar metodológico da experiência na construção social do conhecimento. **Reflexão e Ação**, 30(3), 53-68. 2022. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/17641>. Acesso em: 29 fev. 2024.
- LARROSA, Jorge. **NIETZSCHE e a educação**. Belo Horizonte, Autêntica. 2012.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues.; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v.6, p. 51-62, jan./dez. 2007.
- FALS-BORDA, Orlando. **Pesquisa-ação, ciência e educação popular nos anos 90**. Em D. Streck (ed.), *Fontes da Pedagogia Latino-Americana: uma ontologia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- JARA, Oscar. Sistematização de Experiências: Uma proposta enraizada na história Latino Americana. **Revista Estudos do Sul Global**, nº 2, p. 41-67, 2021.
- THIOLLENT, Michel. **Notas para o debate sobre pesquisa-ação**. In BRANDÃO, C. R. (Org.), *Repensando a Pesquisa participante*, São Paulo, Brasiliense, 1999, p. 82-102.

ANÁLISE DA DIMENSÃO RELATIVA ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE EM INSTRUMENTOS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nara Ferreira de Araújo¹; Patrícia Maria Uchôa Simões²

¹Estudante do Curso de psicologia na UNIFAFIRE; e-mail: naraferreiraaraujo@gmail.com;

²Pesquisador(a) da Diretoria de pesquisas sociais da Fundaj – DIPES; e-mail: patricia.simoese@fundaj.gov.br

RESUMO: Nesta pesquisa apresentamos uma análise da dimensão relativa às condições de trabalho docente em instrumentos e indicadores de avaliação e monitoramento da Educação Infantil que estão sendo utilizados em municípios brasileiros. Isso foi feito a partir de uma análise documental de quatro instrumentos avaliativos, os Indicadores de Qualidade da Educação (MEC 2009); Escala de Avaliação de Ambientes de Educação Infantil (crianças de 3 a 5 anos) - ECERS-3; Escala De Avaliação De Ambientes De Educação Infantil (crianças de 0 a 3 anos) - ITERS-3; ISQUEN (Indicadores e Escala da Qualidade Educativa da Creche). A análise revela que todos os instrumentos apresentam pelo menos um elemento de avaliação para condições de trabalho docentes, porém nenhum apresenta de forma completa todos os elementos necessários para a avaliação dessa categoria de qualidade.

Palavras-chave: avaliação; educação infantil; trabalho docente.

INTRODUÇÃO

A Avaliação em Educação Infantil é uma discussão que fala da qualidade dessa etapa educacional, ela passou a ser uma questão importante pois é a partir da avaliação que é possível compreender todos os aspectos que envolvem a qualidade da Educação percebendo o que é necessário melhorar nesse processo. As leis de garantia de acesso à Educação Infantil, sendo esse de responsabilidade dos Estados e Municípios do Brasil desde a Constituição de 1988, resultaram no aumento do acesso das crianças as instituições e com isso a necessidade de uma discussão de qualidade ficou mais evidente. O entendimento dessas ideias traz o papel do Estado na garantia do direito das crianças a uma educação de qualidade, que se realiza no estabelecimento de padrões de referência para avaliação da Educação Infantil, que discutem as condições de acesso e de oferta, garantindo um crescimento de qualidade (Sousa, 2014).

Existe uma forma de avaliação que muitos estudos afirmam como a que melhor contempla a Educação Infantil, essa é chamada de Avaliação de Contexto que se refere ao conjunto de fatores que influenciam a qualidade da educação nas dimensões pedagógica, administrativa e política. A avaliação da qualidade em contexto, é entendida como aquela que analisa criticamente a realidade e a partir dos dados gerados, assume o compromisso de trabalhar com vistas à melhoria dos cenários e práticas educativas, respeitando as especificidades próprias dos sistemas de ensino (Bhering et al.2021).

Na pesquisa fizemos uma análise comparativa da dimensão de condições de trabalho docente, nos instrumentos de avaliação em contexto, utilizados no Brasil. E para isso precisamos entender o que se trata esse tema. Segundo Vieira e Oliveira (2013) condições de trabalho docente é entendido como a estrutura física das unidades educacionais, as normas que organizam a dinâmica das interações na instituição, os recursos materiais disponíveis para a realização das atividades, as condições de emprego – cargo, função, vínculo de contratação, carga horária de trabalho, remuneração, plano de carreira, formação continuada, como também todas as experiências relacionais dos sujeitos envolvidos, além também das percepções e efeitos objetivos e subjetivos do conjunto desses fatores. O trabalho docente não vai se restringir as relações somente de ensino aprendizagem, nem se diz exclusivamente ao cargo de professor, vai juntar diversas funções, tarefas e especificidades, seja de educadores, monitores, estagiários etc.

Moraes (2018) em seu texto “Modelos de gestão, performatividade e intensificação do trabalho docente” nos apresenta alguns conceitos desenvolvidos pelo professor Stephen Ball que nos ajuda a compreender melhor a complexidade do trabalho docente. Primeiro o conceito de profissionalismo é utilizado para nomear as práticas utilizadas pelos profissionais na execução de seu trabalho que julga como corretas e que só é possível através da reflexão de suas relações com as coletividades do mundo social. Também utiliza o conceito de performatividade que se trata de uma tecnologia, cultura, e até mesmo um método de regulamentação que vai aplicar julgamentos e comparações como meio de controle, o foco vai ser sempre no desempenho de sujeitos individuais ou de organizações que servem como modelos de produtividade e resultados (Moraes, 2018). Ball também fala da influência da gestão no trabalho docente, em que a gestão das instituições profissionais irá criar os procedimentos administrativos que estigará os profissionais a fazerem aquilo que o sistema precisa para poder atuar satisfatoriamente (Moraes, 2018).

Utilizamos do trabalho desse autor, porque a partir desses conceitos podemos entender como o trabalho docente envolve muitas variáveis e é influenciado por várias questões e contextos, Ball apresenta essas problemáticas relacionadas ao fazer do docente, que é preciso ser sempre analisado e visitado para a garantia de uma qualidade no processo, por isso que esses pontos apresentados, nos faz entender melhor a necessidade de uma avaliação de contexto, uma avaliação que tenha como princípio de trabalho a observação e a reflexão, tendo sempre a participação de todo coletivo envolvido no processo, entendendo - o assim como parte da formação e da consolidação da identidade profissional e institucional que vai refletir no empoderamento do grupo e de seus agentes (Moro, 2017).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os instrumentos de avaliação analisados foram: os Indicadores de Qualidade da Educação

(MEC 2009); Escala de Avaliação de Ambientes de Educação Infantil (crianças de 3 a 5 anos) - ECERS-3; Escala De Avaliação De Ambientes De Educação Infantil (crianças de 0 a 3 anos) - ITERS-3; ISQUEN (Indicadores e Escala da Qualidade Educativa da Creche). O método utilizado foi a análise de conteúdo.

Os instrumentos de avaliação foram analisados em 4 dimensões, estas foram: Dimensão do espaço, materiais e mobiliários e refere-se aos aspectos espaciais das instituições que ofertam a Educação Infantil, analisando tamanho dos espaços, qualidade dos materiais, manutenção etc.; Dimensão de Formação Profissional refere-se aos aspectos de escolaridade e formação dos profissionais docentes. Dimensão das Condições Trabalhistas refere-se as condições em que esses profissionais estão submetidos, tanto materiais quanto aspectos mais subjetivos. Dimensão do Planejamento Institucional trata da participação dos profissionais na construção do projeto educacional das instituições.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Nos instrumentos de avaliação foram analisadas quatro dimensões, a primeira dela foi a dimensão de espaço, materiais e mobiliários em que os indicadores de qualidade do MEC, considera o espaço numa perspectiva do conforto, entendendo se os materiais e espaços ali fornecidos suprem as necessidades dos trabalhadores da instituição. A escala ECERS-R analisa o espaço numa perspectiva que enfatiza a questão física do local, sua funcionalidade, manutenção, a acessibilidade e conforto para aqueles que trabalham nesse espaço. O ISQUEN possui um foco maior nas crianças, mas traz algumas questões relacionadas ao espaço físico, sua manutenção e a segurança de forma generalizada o que também insere os profissionais. O ITERS faz uma análise focada no espaço físico, abordando mais o tamanho do espaço físico e questões de manutenção da infraestrutura como avaliar se o espaço amplo suficiente para os profissionais e crianças.

Na dimensão relativa a formação dos professores, os indicadores de qualidade do MEC contemplam as categorias do grau de escolaridade dos profissionais, o apoio para formação e estudo dentro e fora das instituições, a promoção de atividades de formação dentro das instituições, sendo um dos instrumentos mais completos quando se trata desse tema. O ECERS e o ISQUEN focalizam mais na questão da promoção e apoio para formações, o ECER-S foca em apoio e disponibilização de formações dentro e fora das instituições, já o ISQUEN aborda principalmente as formações dentro da instituição. O ITERS não traz esse tópico para sua avaliação.

Na dimensão de condições trabalhistas os Indicadores avaliam as condições de trabalho adequadas como por exemplo analisando o número certo de professoras a depender da quantidade de agrupamento de crianças, além de também discutir a garantia de remuneração correta para essas

profissionais. O ISQUEN traz a importância do plano de carreira, que deve ser conforme a norma nacional, e na análise das cargas de trabalho que garanta uma justa distribuição das tarefas e das funções de cada um para uma melhor qualidade do serviço. Os outros dois instrumentos não abordam essa questão.

Na dimensão de planejamento educacional tanto os indicadores de qualidade do MEC quanto o ISQUEN trazem nesse tópico a avaliação da participação e autonomia dos profissionais da instituição e da comunidade escolar no processo de planejamento institucional. As escalas do ECERS e ITERS não possuem essa dimensão em seu questionário avaliativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de toda a discussão apresentada vemos como esse tema de avaliação é amplo, complexo e envolve diversas questões desde aspectos mais práticos, quanto aspectos mais subjetivos dos indivíduos e a partir dessa análise podemos perceber que os instrumentos avaliativos, não contemplam de forma completa e ampla todos esses aspectos. Questões como a saúde mental dos professores, a remuneração, plano de carreira, formação, estando de fora de avaliações importantes como essas, é um alerta para a necessidade de olhar melhor para o trabalho desses profissionais. Estes são pontos muito importantes que precisam entrar na discussão de qualidade da Educação Infantil e o que a nossa pesquisa fez foi justamente trazer um olhar para essa questão explicitando a necessidade de se discutir e inserir esses tópicos nos processos avaliativos utilizados na Educação Infantil no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha orientadora Patrícia Simões, por ter me dado essa oportunidade, com paciência de me ensinar como se faz uma pesquisa e ser sempre um grande suporte nessa caminhada como pesquisadora. Ao CNPQ, por através da bolsa possibilitar que eu siga esse caminho e a minha família por me apoiarem nessa minha escolha.

REFERÊNCIAS

- BHERING, E. DIAS, J. OLIVEIRA, S. B. REBELO, A. H. M. SANTOS, M. H. Instrumentos De Avaliação Da Educação Infantil, Combate Às Desigualdades E Promoção Da Justiça Social 2021. Disponível em: em *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.230>
- MORAES, M. L. B. Modelos de gestão, performatividade e intensificação do trabalho docente. **Revista Thema**, v. 15, n. 2, p. 553 a 562, 2018.
- MORO. C. Avaliação de contexto e políticas públicas para a educação infantil. **Laplage em Revista**, v. 3, n. 1, 2017. ISSN: 2446-6220

SOUSA, S. Z. Avaliação Da Educação Infantil: Propostas Em Debate No Brasil. **Interacções** n. 32, p. 68-88, 2014.

VIEIRA, L. F. OLIVEIRA, T. G. As condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). **Revista Educação em Questão**, v. 46, n. 32, p. 131-154, 2013.

TENDÊNCIAS DO ENSINO SUPERIOR NO NORDESTE: INDICADORES E METAS

Carolina Melo Corrêa Lima¹; Darcilene Cláudio Gomes²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais na UFPE; e-mail: carolina.mclima@ufpe.br; ²Pesquisador(a) do Cecim/Dipes/Fundaj; darcilene.gomes@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente projeto acompanha a execução das Metas 12, 13 e 14 do vigente Plano Nacional de Educação (2014-2024), relacionadas ao ensino superior. Este trabalho tem como objetivo avaliar o cenário do sistema educacional no Nordeste, considerando as metas do Plano Nacional de Educação. Sendo assim, encontram-se aqui organizados os dados do Censo da Educação Superior e cálculos dos indicadores referentes às metas citadas (12, 13 e 14). São apresentados os indicadores e uma análise crítica acerca deles, em um formato de fácil visualização e compreensão para o público geral.

Palavras-chave: Ensino Superior no Nordeste; Indicadores e Metas; Plano Nacional de Educação.

INTRODUÇÃO

Um Plano Nacional de Educação (PNE) tem por finalidade determinar diretrizes, metas e estratégias para as políticas educacionais em um país. No Brasil, a confecção do plano está prevista no artigo 214 da Constituição Federal de 1988, que estabelece sua periodicidade como decenal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) menciona a formulação de um plano nacional capitaneado pela União, mas em regime de colaboração com os demais níveis governamentais.

Atendendo aos dispositivos legais, o primeiro PNE pós-redemocratização veio a público em 2001. Já o segundo foi aprovado em 2014, estando atualmente em vigência. O II PNE reúne dez diretrizes que desdobram-se em 20 metas.

Desde 2022 o Laboratório de Educação do Nordeste (Lenor), sediado na Fundação Joaquim Nabuco, acompanha a execução do II PNE na região Nordeste e no estado de Pernambuco. As equipes estão organizadas seguindo de modo aproximado o Quadro 1. Todavia, as equipes não avançaram na mesma velocidade e algumas metas ainda não foram analisadas, como são os casos do ensino profissional e superior.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou técnicas quantitativas e qualitativas de coleta e análise de dados (Gerhardt; Silveira, 2009). Os procedimentos adotados foram: 1) o levantamento bibliográfico; 2) cálculo de indicadores das metas do PNE; 3) a análise de dados secundários extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) e do Censo da Educação Superior (CES).

Por fim, foram feitas análises das informações confeccionadas e foram produzidos tabelas, quadros, gráficos, infográficos e mapas. Para a visualização dos dados utilizamos, em sua maioria,

software/plataformas livres ou gratuitas como: Philcarto, Florish, DataWrapper, entre outros.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

No Nordeste, durante o 3º Ciclo, todas as regiões registraram crescimento na Taxa Bruta de Matrícula (TBM) na maior parte do período entre 2012 e 2019. De 2016 para 2017, a região Nordeste apresentou uma queda na TBM - o que ocasionou uma queda também a nível nacional. Apesar da TBM ter voltado a crescer em todas as regiões de 2017 para 2018, a taxa voltou a apresentar queda no Nordeste e no Centro-Oeste.

No indicador 12B, no 3º Ciclo, em 2017, enquanto regiões como Centro-Oeste, Sul e Sudeste encontram-se com resultados acima da taxa calculada a nível Brasil (25,5%), sendo respectivamente 31,1%, 30,6% e 28,1%, a região Nordeste apresenta 19,5% na TLE, permanecendo com um valor cerca de 10 p.p. inferior aos das regiões de melhor desempenho (Centro-Oeste e Sul). Novamente, a região Nordeste - uma das mais populosas - registrou queda de 2016 para 2017 (17,6% para 16,8%).

No 3º Ciclo, neste indicador, a região Nordeste apresentou 15,5% de crescimento na participação da expansão do segmento público. Apesar de haver uma taxa positiva de expansão pública, ainda encontra-se muito abaixo de regiões como Centro-Oeste e Sudeste, tendo crescimento de 33,4% e 28,8% respectivamente.

Acerca da meta 13, em 2018, a região Nordeste apresentou uma taxa de 80,7% de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior, dados que aparecem no 3º Ciclo. Já no indicador 13B, na região Nordeste durante o 3º Ciclo, considerando o percentual de doutores em exercício na docência da educação superior, o Nordeste, em 2018, apresentou a taxa de 42,4%.

Já na Meta 14, durante o 1º Ciclo, o indicador 14A de 2004 a 2014, a região Nordeste concedeu 9502 títulos de mestre, sendo o crescimento percentual de 200,7%. No 3º Ciclo, na região Nordeste, a quantidade de títulos de mestrado concedidos em 2018 chegou a 12.630, com variação e crescimento de 16,3% entre 2016 e 2018. No indicador 14B, as IES localizadas na região Nordeste titularam 637 doutores em 2004, passando ao número de 2429 títulos em 2014 (crescimento de 3,8 vezes), dados apontados durante o 1º Ciclo de Monitoramento. No 3º Ciclo, no Nordeste, foram concedidos 3.523 títulos de doutorado em 2018, com aumento de 19,2% entre 2016 e 2018. É importante pontuar que tanto na meta 14A quanto na 14B, a maior parte dos estados da região Nordeste apresentou uma concentração de títulos por cem mil habitantes inferior à média nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto na análise dos dados, no que toca a meta 12, o indicador 12A, referente à Taxa Bruta de Matrícula na graduação brasileira, o crescimento médio entre 2016 e 2019 foi de 0,5 p.p. ao ano, o que corresponde a menos da metade do que foi entre 2012 e 2016. Nesse sentido, o indicador

12A não vai atingir a meta proposta de 50%, levando em consideração que 2024 é o último ano para o alcance da meta. No ano de 2019, último ano analisado, a meta do indicador 12A atingiu apenas 37,4%. Na região Nordeste, a distância da meta é ainda maior, sendo observado que na Paraíba e no Piauí que apresentaram os maiores índices, atingiram somente 29,8%.

Acerca do indicador 12B, que corresponde a Taxa Líquida de Matrícula, que leva em consideração apenas as matrículas de jovens da faixa etária de 18 a 24 anos, pretendia-se atingir o índice de 33%. Em 2019, último ano observado, a taxa apontou 25,5% no Brasil e, em 2017, 19,5% na região Nordeste. Como os índices seguem distantes do esperado, também é improvável que a meta seja alcançada ao fim do PNE em 2024.

No indicador 12C, acerca da participação do segmento público na expansão de matrículas, verificou-se um crescimento total de matrículas de 1.41 milhão entre 2012 e 2018. Nesse mesmo período apenas 180.1 mil das matrículas partiram do segmento público, ou seja, somente 12,7% da expansão total, sendo que a meta estabelecida pelo PNE era de 40%. Na região Nordeste, a expansão do segmento público nas matrículas foi de 15,5%, muito abaixo do PNE e muito abaixo de regiões como Centro-Oeste e Sudeste, que apresentaram 33,4% e 28,8% respectivamente.

Na meta 13, referente ao percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior, no indicador 13A, que engloba titulação de mestre e doutor, o percentual observado em 2018 foi de 81,3%, ultrapassando a meta estabelecida pelo PNE (75%). Na região Nordeste, também em 2018, o percentual foi de 80,7%. No indicador 13B, no período de 2012 a 2018, o percentual de docentes com doutorado alcançou 44,1%, superando a meta estabelecida pelo PNE (35%). Na região Nordeste, em 2018, a taxa apresentada foi de 42,4%. No entanto, acerca da Meta 13, é coerente questionar se somente o grau de titulação é suficiente para estabelecer o grau de qualidade do ensino superior brasileiro ou se outros pontos, como docentes com licenciatura - algo que não é obrigatório na maioria das UFs -, também poderiam ser observados.

A meta 14, que está subdividida entre dois indicadores: 14A e 14B, sendo respectivamente a quantidade de títulos de mestrado concedidos e a quantidade de títulos de doutorado concedidos. No que diz respeito aos índices, o número de títulos de mestrado (14A) entre 2017-2018 atingiu 64,4 mil títulos concedidos no último ano, superando a meta de 60 mil títulos anuais estabelecida pelo PNE. No Nordeste, em 2018, chegou a 12.6 mil títulos de mestrado concedidos. Já sobre o indicador 14B, o número de títulos de doutorado aumentou para 22,9 mil títulos concedidos em 2018, faltando apenas 2.1 mil títulos para atingir a meta estabelecida pelo PNE (25 mil). No caso da região Nordeste, em 2018, foram concedidos 3.5 mil títulos de doutorado. É importante pontuar que em ambos indicadores, a maior parte da região Nordeste apresentou uma concentração de títulos por cem mil habitantes inferior à média nacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à FUNDAJ pelo incentivo à minha pesquisa, que possibilitou a concretização dela. Agradeço à FACEPE pelo financiamento, que tornou o projeto viável. Expresso também gratidão à minha orientadora, Darcilene, que me acompanhou e me auxiliou em todas as etapas do projeto. Dedico este projeto à memória de meu pai, Ricardo.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Renata Ramos da Silva; OLIVEIRA, João Ferreira de. Expansão e qualidade da educação superior: um balanço das metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 2, p. 227-247, jul. 2022.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: Política de Estado para a educação brasileira**. Inep/MEC, 2016.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza; CRUZ, Julia Barros; SANTOS, Maria Carolina Correa dos; MENDONÇA, Thaisa Souza de; FERREIRA, Fernando Gonçalves. **Não é uma crise, é um projeto: a política de educação do governo Bolsonaro**. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, v. 16, n. 1, 2019.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **PNE, Políticas e Gestão da Educação: novas formas de organização e privatização**. ANPAE, 2020.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.
- GOMES, D. C.; FERNANDES, V. **Boletim da Meta 17 do PNE**. Recife, Lenor/Fundaj, nº 1, 2023.
- INEP/DIRED. **Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Linha de Base**. Brasília, 2015.
- INEP/DIRED. **Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das metas do PNE: Biênio 2014- 2016**. Brasília, 2016.
- INEP/MEC. **Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2020.
- INEP. Semana de Ação Mundial. **Balanço do Plano Nacional de Educação**. 2022. JARDIM, Caio Eduardo. A Expansão e o Financiamento da Pós-Graduação no Brasil e a Meta 14 do Plano Nacional de Educação. **Revista Fineduca**, v. 10, n. 2, 2020.
- MENEGUIN, Fernando B.; BEZERRA, Felipe Portela. **A evolução do FIES: uma avaliação de desenho sobre mudanças e continuidade do programa**. 2018.
- MINTO, Lalo Watanabe. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.
- SILVA, Sidartha Sória e; GOMES, Darcilene Cláudio. Notas sobre a política de educação superior

dos governos da década de 2000. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 24, p. 89- 115, 2018.

SILVA, Maurício Roberto da; PIRES, Giovani de Lorenzi; PEREIRA, Rogério Santos. Da “perfeição” perversa da antipolítica de Fora Temer à resistência ativa da “ocupação das escolas” pelos jovens da “Primavera Secundarista”. **Motrivivência**, v. 28, n. 49, p. 6-14, dez. 2016. Florianópolis.

VALORIZAÇÃO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA: Análise de políticas salariais para professores da educação básica

Camilla Vitor Casado¹; Verônica Fernandes Soares²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais - UFPE; e-mail: camilla.vitor@ufpe.br; ²Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES.; e-mail: veronica.fernandes@fundaj.gov.br.

RESUMO: A luta pela valorização docente está presente em todos os momentos da categoria, incluindo demandas como estrutura salarial, formação e aperfeiçoamento docente. Este trabalho teve como objetivo analisar estas lutas e os investimentos focados na valorização de docentes da Educação Básica pública na América Latina. Foram analisados cinco países: Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru. O texto inicia com os procedimentos metodológicos da pesquisa e segue com os resultados, organizados por país, explorando suas lutas e políticas de valorização docente. Como considerações, lutas e políticas, embora inseridas em realidades nacionais específicas, convergem em torno das lutas pelo reconhecimento social da profissão docente. Entretanto, as diferenças moldam as formas de organização, as estratégias dos sindicatos e governos, resultando em políticas próprias dos contextos nacionais.

Palavras-chave: organização docente; políticas educacionais; valorização docente.

INTRODUÇÃO

A América Latina é composta por 20 países que enfrentaram períodos históricos conturbados como ditaduras, descentralizações políticas e governamentais, bem como a escassez de investimentos em setores cruciais da sociedade como cultura, tecnologia e, especialmente, na educação. Diante desse contexto complexo, surge a necessidade de entender as lutas enfrentadas pelos professores como a busca pela valorização docente, melhoria das condições de trabalho e investimento nas políticas educacionais tornam-se pontos cruciais para transformar a realidade dos educadores. Portanto, nesta pesquisa, buscamos não apenas identificar as demandas e as lutas dos professores, mas também introduzir as políticas e os investimentos que respondem a essas demandas. A revisão de literatura realizada nesta pesquisa inclui autores que trabalham com as temáticas da docência e da profissão docente; remuneração, (des)valorização, formação, organização docente, entre outros.

Em seus estudos sobre as políticas educacionais, Dalila Oliveira (2007; 2016) fala sobre a docência no contexto das reformas educacionais na América Latina, especialmente no Brasil. Além disso, autores como Gregory Elacqua *et al* (2018) abordam os desafios e as oportunidades para melhorar a qualidade e a valorização da profissão docente na América Latina, sendo feitas análises das políticas públicas implementadas em vários países da região para atrair, preparar e selecionar professores eficazes, bem como para apoiar, avaliar e incentivar o seu desenvolvimento profissional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da pesquisa envolveu levantamento bibliográfico, documental: documentos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), nos sites dos ministérios e dos sindicatos dos países da América Latina, pesquisa em Bancos de Teses e Dissertações (BDTD) ou similares desses países.

Além disso, foram consultadas publicações de pesquisas promovidas pelo Banco Interamericano (BIRD), Fundação Carlos Chagas (FCG), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outras fontes focadas em países latino-americanos. Entretanto, apesar da vasta literatura, apontamos como dificuldade a escassez de dados recentes sobre a população docente dos países estudados. Para contornar as dificuldades encontradas, foram utilizados dados secundários de fontes confiáveis e informações disponíveis em relatórios e documentos oficiais.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os docentes da América Latina dos cinco países analisados, enfrentam desafios comuns como baixos salários, condições de trabalho precárias e falta de reconhecimento social (Oliveira, 2016; Elacqua, Gregory *et al*, 2018). Para defender seus direitos, eles se organizam em sindicatos, que muitas vezes enfrentam dificuldades para obter melhorias.

Nesta busca por mudanças, os sindicatos e professores pressionam os governos por políticas públicas que valorizem a profissão docente, como: Aumento salarial, para que os professores tenham uma remuneração justa e compatível com a importância de sua função, como no caso do Peru em 2023, o Ministério da Educação (Minedu), os professores receberam um novo aumento salarial; Melhoria das condições de trabalho, incluindo infraestrutura adequada nas escolas, redução de carga horária e oportunidades de formação continuada, que foi uma das lutas dos docentes do Chile (Montes, 2019); Reconhecimento social, para que a sociedade valorize a importância do professor na formação de cidadãos, como é no caso do Brasil e Colômbia, que inclusive promovem um intercâmbio com bolsa de estudos, pós e especializações no setor educacional para atrair profissionais para a área da educação e na formação continuada de professores (Gov, 2023). A pandemia da COVID-19 intensificou os desafios enfrentados pelos professores na América Latina. Um exemplo desses desafios é no caso do México, que implementou um sistema de ensino remoto, a Nueva Escuela Mexicana (NEM) em 2024. O sistema exige adaptações às novas modalidades de ensino, como capacitações dos docentes para lecionar on-line, o Ensino a Distância (EaD), além de evidenciar as desigualdades sociais, como por exemplo, alunos sem acesso à internet e aparelhos eletrônicos.

Portanto, a valorização da profissão docente na América Latina é uma luta constante, que envolve diversos atores e exige a união de professores, sindicatos e governos. Compreender essas

dinâmicas é essencial para propor soluções que promovam uma educação mais equitativa e de qualidade, alinhada às necessidades e potenciais de desenvolvimento de cada nação da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas salariais e das lutas pela valorização docente na América Latina revela um cenário complexo e desafiador, mas também repleto de possibilidades. A pesquisa evidencia que os docentes dos cinco países analisados enfrentam desafios comuns, como baixos salários, condições de trabalho precárias e falta de reconhecimento social, o que impacta diretamente na qualidade do ensino e no desenvolvimento educacional da região.

Além disso, a pesquisa sobre a valorização docente na América Latina revela a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes e de um maior investimento na educação. A valorização dos docentes é fundamental para garantir uma educação de qualidade. Professores bem remunerados, com condições de trabalho adequadas e em constante desenvolvimento profissional são mais motivados e capazes de oferecer um ensino mais eficaz. Esta pesquisa também pode contribuir para outras futuras pesquisas como: Qual a relação entre as políticas de valorização docente e os indicadores de qualidade da educação, como o desempenho dos estudantes em avaliações internacionais?

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundaj e ao CNPQ, e a minha professora orientadora, Verônica Soares pela oportunidade de desenvolver minhas habilidades acadêmicas e pesquisar sobre um assunto tão importante do setor educacional. Agradeço aos meus familiares e aos amigos da Casa Verde, pelo apoio e incentivo e agradeço a minha namorada, Ingrid.

REFERÊNCIAS

ELACQUA, Gregory. *et al.* **Profissão docente na América Latina**. 2018. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Profiss%C3%A3oprofessor-na-Am%C3%A9rica-Latina-Por-que-a-doc%C3%Aancia-perdeuprest%C3%ADgio-e-como-recuper%C3%A1-lo.pdf> . Acesso em 14 nov. 2023.

GOV. **Brasil e Colômbia assumem compromissos pela educação**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/brasil-e-colombiaassumem-compromissos-pela-educacao>. Acesso em 14 nov. 2023.

MINEDU. **Ley reforma magisterial**. 2013. Disponível em: <https://www.minedu.gob.pe/reforma-magisterial/pdf-ley-reforma-magisterial/ley29944.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MONTES, Rocío. **Mais de um milhão de pessoas protesta no Chile na maior marcha pós-Pinochet.** 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/24/internacional/1571937300_504889.html. Acesso em: 13 nov. 2023

OLIVEIRA, D.A. **Trabalho docente na América Latina. Identidade e profissionalização.** 2016. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2016/09/01-otrabalho-docente-na-am%C3%A9rica-latina.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

COMPLEXIDADE E SISTEMAS DINÂMICOS COMPLEXOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: Uma proposta do estado da arte e aplicações

Marcos Vinicius Santos de Almeida¹; Marcos Antonio Ramos Pereira de Lucena²

¹Estudante do Curso de Psicologia.- CFCH/UFPE; e-mail: marcosviniciussa163@gmail.com;

²Pesquisador da Diretoria de Pesquisas da Fundaj – DIPES CECIM; e-mail: marcos.lucena@fundaj.gov.br

RESUMO: As Teorias da Complexidade (TC) e Sistemas Complexos (SC) aplicam-se em diversas áreas do conhecimento. Este trabalho busca analisar, por meio de pesquisa bibliográfica exploratória, intersecções interdisciplinares entre estas teorias e diferentes campos do saber, construindo uma proposta de estado da arte. Construimos um Banco de Dados (BD) a partir da pesquisa bibliográfica exploratória, tabulando referências coletadas e analisando-as com o auxílio de aplicativos livres e proprietários. Os resultados demonstram que as Teorias da Complexidade e Sistemas Dinâmicos Complexos são de fato utilizadas em diversas áreas, estando presente nas ciências humanas, exatas, sociais, sociais aplicadas etc. Nosso Banco de Dados será um norte para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Complexidade; Sistemas Dinâmicos Complexos; Interdisciplinaridade; Banco de Dados

INTRODUÇÃO

Muitos problemas contemporâneos, por exemplo, socioeconômicos, ambientais etc., possuem natureza complexa, e suas abordagens conceituais, teóricas e experimentais, têm evoluído e incorporado, nos últimos anos, o arcabouço inovador da Ciência da Complexidade e Sistemas Dinâmicos Adaptativos Complexos. Essas novas Ciências são capazes de trazer grandes benefícios ao visualizar características interdisciplinares com aplicações em vários contextos. Buscamos contextualizar a área de Sistemas Complexos e Complexidade, suas intersecções interdisciplinares com diferentes áreas do conhecimento, e fazer uso desta metodologia para análise de dados de pesquisa. Por meio de pesquisa bibliográfica em mecanismos de busca de duas bases de dados conhecidas, mapeamos referências de diversas áreas do conhecimento que possuíam os termos foco do projeto. Os resultados dessa pesquisa foram tabulados e feitos fichamentos, para construção de um Banco de Dados (BD). Analisamos qualitativamente este BD gerando uma proposta do estado da arte da Ciência da Complexidade e dos Sistemas Complexos, com a finalidade de compreender como essas ciências vêm se desenvolvendo, e quais suas contribuições em diversas áreas do conhecimento. Estas interconexões teóricas, podem ser fundamentadas, nas Ciências Humanas, em especial na Educação e na Sociologia, através dos trabalhos de Luhmann (2017) e Morin (2007), que exploraram as Teorias de Sistemas e Complexidade. Nas Ciências Sociais os trabalhos de Byrne (2014) e Castellani (2009), trazem o estado da arte à época, de forma interdisciplinar com breve histórico das Teorias da Complexidade e Sistemas Complexos aplicadas. SC e TC são áreas de pesquisa inovadoras,

sendo importante sua contextualização, através da construção do estado da arte (Galhardi, 2011; Byrne, 2014).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotamos na pesquisa o estudo exploratório em bases de dados de pesquisa acerca do que tem sido pesquisado, em Sistemas Complexos e Complexidade, aplicados a diversas áreas científicas. O levantamento bibliográfico se deu por fichamento e compilação de referências, tais como artigos, livros, dados secundários, modelagens computacionais, gerenciais, e políticas públicas etc. Os resultados compilados formaram um BD analisado. Na pesquisa bibliográfica exploratória utilizamos a Lógica Booleana com seus operadores para coleta e compilação de dados, nas áreas de Complexidade e Sistemas Complexos, em duas bases de dados, a do “Periódicos CAPES” e a do “Google Acadêmico”. Todos os resultados obtidos passaram por análise prévia dos pesquisadores. Esse BD passou por análise de conteúdo com o uso de aplicativos livres e proprietários. Uma proposta de estado de arte nas áreas de Complexidade e Sistemas Complexos foi construída a partir da análise quali e quanti do BD construído.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Utilizamos os seguintes parâmetros de pesquisa nas bases de dados: ordem de relevância, qualquer idioma, qualquer tipo (para incluir livros e outros arquivos), período (2000-2024), fazendo assim um recorte geral do que compôs o BD da pesquisa. Em seguida, utilizamos a lógica booleana com o operador AND para refinar os resultados encontrados. Também usamos os termos em português e inglês, “Complexidade” AND “Sistemas Complexos” e “Complexity” AND “Complex Systems”, para ambas as bases de dados. Para cada um dos termos da pesquisa, selecionamos as 200 referências bibliográficas mais relevantes, seguindo os parâmetros de pesquisa descritos acima. Passaram pela análise inicial, título e resumo, ao todo 2.400 referências. Nas análises iniciais observamos se o título e o resumo de cada referência se enquadram na temática da pesquisa, dentre outros elementos. Destacamos que a curva média da distribuição de referências coletadas por ano do Google Acadêmico apresentou um padrão de distribuição normal, enquanto que a do Portal Capes apresentou um padrão exponencial, ou seja, o Portal Capes mostrou mais trabalhos concentrados nos últimos 5 anos. Há diferenças entre as duas bases de pesquisa devido aos critérios de relevância. Nas figuras 1 e 2, notamos uma diversidade na distribuição de trabalhos entre várias áreas do saber mostrando a potencialidade da TC e dos SC. Visualizamos predominância de pesquisas em português em áreas como: educação, saúde, administração, linguística, entre outras. A seleção por áreas de conhecimento se baseou na análise de títulos, resumos e temáticas dos periódicos das publicações.

Realizamos análise qualitativa, textual, de conteúdo no BD desta pesquisa, por meio de aplicativos livres e proprietários. A análise apresentou padrão significativo nos textos de termos e temáticas relacionadas, por exemplo, na área de Educação, resgatamos algumas mais pesquisadas, tais como currículo, formação, política, gestão e ensino-aprendizagem. Investigamos as temáticas mais relevantes e suas correspondências mais próximas, que juntas, geram classificações que nos permitem melhor compreensão de como essas temáticas interferem no ambiente educacional e no desenvolvimento de alunos e professores.

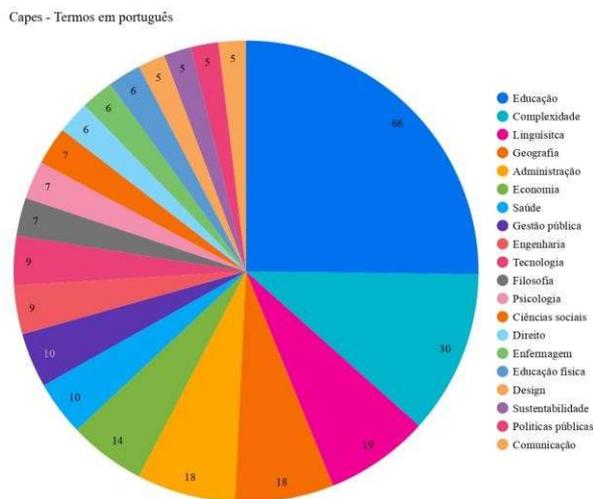


Figura 1 - Área do conhecimento-Periódicos Capes

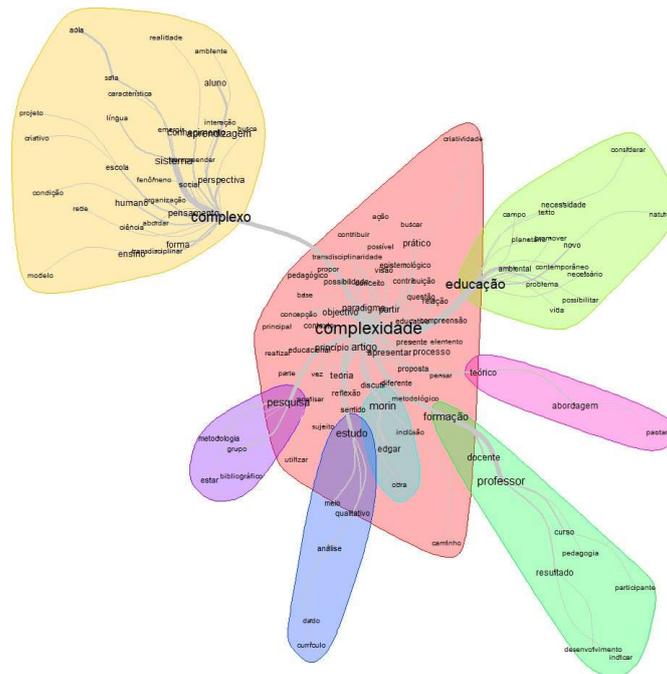


Figura 4 (análise de similitude)

Apresentamos, nas figuras 3 e 4, acima, a análise para o portal Capes, onde observamos como esses conteúdos demonstram correlação entre referências. Por exemplo, na Figura 4, o termo Complexidade está fortemente ligado à educação, formação, estudo, pesquisa e Morin. Algumas referências abordam temáticas mencionadas, como: Miranda et al (2017), considerando formas de aprendizagem e processos de gestão educacional; Rosado (2013) sobre aprendizagem de línguas à luz da TC. Extraímos, a partir do BD, de modo resumido, uma amostra da proposta de arte, conforme discutido até o momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta do estado da arte, nas áreas de TC e SC, se baseou nos modelos de estados da arte propostos por Galhardi (2011) e Byrne (2014), acrescido de robusta compilação, análise e discussões de BD construído, com as mais relevantes referências em áreas diversas, em especial nas de Educação e Complexidade, com maior número de artigos publicados em língua portuguesa. Da análise do BD vimos aplicações relevantes e crescimento exponencial deste inovador ferramental teórico-computacional. As análises buscaram, elucidar interseções interdisciplinares com diferentes áreas, objetivando compreender como estas incorporam o ferramental das Teorias da Complexidade e Sistemas Dinâmicos Complexos. Outras pesquisas devem atualizar e utilizar o BD construído, para compreensão dessas interseções e dos fenômenos contemporâneos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio do CNPq, SBPC e da Fundação Joaquim Nabuco.

REFERÊNCIAS

- BYRNE, D. et al. **Complexity and the Social Sciences: The State of the Art**. 2014. CASTELLANI, B., et al. **Sociology and Complexity Science**. Springer, 2009.
- GALHARDI, A. C., et al. Os Sistemas Dinâmicos e a Ciência da Complexidade: O Estado da Arte. **Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura**, v. 2, n. 4, 2011.
- LUHMANN, Niklas. **Education as a Social System**. Springer, 2017.
- MIRANDA, N. J. et al. Dos estilos aos compromissos de aprendizagem. **Revista de Estilos de Aprendizaje**, v. 10, n. 19, 2017.
- MORIN, Edgar et al. **Educação e Complexidade**. Editora Cortez, 2007.
- ROSADO, Nayibe. Instanciação da complexidade da aprendizagem de alunos e professores na sala de aula de inglês como língua estrangeira. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 399-436, 2013.

CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO: Análise das metas 3 e 6 do Plano Nacional de Educação (PNE)

Débora de Freitas Cândida da Silva¹; Ana de Fátima P. de Sousa Abranches²

¹Estudante do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas - SENAC; e-mail: deboracan20@gmail.com; Pesquisadora da Diretoria de Formação Profissional e Inovação da Fundaj – Difor/PROFSOCIO; e-mail: ana.abranches@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente relatório tem por fim analisar o cenário do sistema educacional público estadual em relação ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) no contexto do ensino médio em Pernambuco, com foco nas metas 3 e 6 do PNE. A meta 3 visa elevar o percentual de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola e o total de jovens cursando o ensino médio. A meta 4 objetiva aumentar o tempo de permanência dos estudantes nas escolas públicas, visando melhorar a qualidade da educação dos alunos. Com o intuito de compreender o cenário da educação e analisar a implementação das metas 3 e 6 do PNE e analisar a evolução dos indicadores necessários para avaliar as metas trabalhadas nesta pesquisa em Pernambuco, foram estudados textos oficiais, artigos científicos e autores específicos, especialistas na temática da educação e nas metas do PNE em questão. Além disso, foram analisados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua /IBGE (2012-2021).

Palavras-chave: educação; ensino médio; PNE; tempo integral.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio na rede estadual enfrenta desafios educacionais, apresentando disparidades entre escolas de diversos tipos e com destaque as jornadas diferenciadas. Desde 2014 a Secretaria de Educação de Pernambuco bateu a meta de uma Escola de Referência em cada município pernambucano. No entanto, é evidente que não basta ampliar a jornada, mantendo a carência de recursos educacionais, que fatalmente impactam na qualidade da educação. Desse modo, a meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE) busca universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%. Por sua vez, a meta 6 tem por objetivo implementar Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Atualmente o cenário da educação em Pernambuco é composto por 16 Gerências Regionais de Educação (SEE-PE) que atuam na operacionalização da política educacional, tendo suas sedes em cidades estratégicas das mesorregiões do estado. A rede possui 1.058 unidades de ensino, 579 funcionando com jornada ampliada, distribuídas em Escola de Referência em Ensino Médio (EREMs) de 35 horas semanais (Jornada Semi-integral) e de 45 horas semanais (Jornada Integral), Escolas de Referência em Ensino Fundamental e Ensino Médio (EREFEMs) e Escolas Técnicas Estaduais (ETEs).

De acordo com dados do Censo Escolar 2023, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC)

e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Pernambuco lidera o ranking nacional de alunos matriculados no ensino médio em tempo integral.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise do cenário da Educação em Pernambuco, considerando as metas 3 e 6 do PNE, foi realizada com base nos dados dos censos escolares produzidos e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação-INEP), ou seja, com dados secundários. Como também, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) divulgada pelo IBGE. Foram realizadas leituras e estudos dos textos oficiais, artigos científicos de autores específicos, especialistas na temática da educação e nas metas do PNE em questão. Sendo assim uma pesquisa bibliográfica/documental.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A Partir dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) divulgados pelo IBGE, realizamos estudos e análises dos dados que serão apresentados a seguir.

Análise da meta 3 em Pernambuco:

Meta 3 do PNE (2015-2020): Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

De acordo com dados do IBGE, o acesso escolar dos jovens de 15 a 17 anos em Pernambuco não foi universalizado até 2016, como preconiza a Meta 3 do PNE. Com 91,8% desses jovens frequentando a escola em 2020, o Relatório evidencia a exclusão de cerca de 480 mil jovens da escola e uma melhora lenta do indicador de cobertura dessa população nos últimos sete anos, sem redução expressiva das desigualdades regionais e sociais. Os dados apresentados pelo IBGE, ressaltam que a maior parte dos jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola ainda estão matriculados no ensino fundamental, o que mostra a forte retenção praticada nas escolas. Isso coloca Pernambuco longe da meta do PNE de, até 2024, ter pelo menos 85% da população de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio. Em 2020, esse indicador alcançou 68,2% dos jovens e apresentou expressivas desigualdades regionais e sociais.

Análise da meta 6 em Pernambuco:

Meta 6 do PNE (2015-2020): Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

É uma meta importante para garantir a formação humana integral, porém apresenta um alto risco de não ser alcançada. A meta reflete o objetivo de ampliar o tempo de permanência de crianças,

adolescentes e jovens matriculados nas escolas públicas, com ampliação de tempos, espaços, atividades educativas e oportunidades educacionais. Tudo isso, visando beneficiar a qualidade da educação dos alunos da educação básica.

De acordo com dados do IBGE, em Pernambuco, houve uma queda considerável das matrículas em tempo integral no período analisado (2015-2020). Em 2015, contabilizava-se 423.476 matrículas em tempo integral, ou seja, 27,5% do total de 1.537.172 matrículas. Já em 2020, foram registradas 242.867 matrículas em tempo integral, o que representa 16,4% do total de 1.479.129 matrículas – redução de 11,1 pontos percentuais (p.p.). Segundo dados do IBGE, em Pernambuco, entre 2015 e 2020, houve uma expressiva redução das escolas com ao menos uma matrícula em tempo integral. Em 2015, havia 2.423 escolas, ou seja, 35,4% das 6.838 escolas contabilizadas. Em 2020, registraram-se 863 escolas com ao menos uma matrícula em tempo integral, ou 14,3% das 6.016 escolas contabilizadas. Havendo uma redução de 1.560 no total de escolas em Pernambuco com matrículas em tempo integral, essa variação corresponde a 21,1 p.p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora Pernambuco tenha avançado em alguns aspectos da educação, a persistência das exclusões e as dificuldades em atingir as metas estabelecidas pelo PNE indicam a necessidade de ações mais efetivas e abrangentes. É crucial que políticas educacionais se concentrem não apenas em aumentar o número de matrículas, mas também em garantir a qualidade do ensino e a permanência dos alunos nas escolas. A implementação de estratégias que promovam a educação integral e reduzam as desigualdades regionais e sociais é fundamental para que o estado possa realmente alcançar os objetivos propostos pelo PNE até 2024. A mobilização de recursos, a formação de professores e o fortalecimento da infraestrutura escolar são passos essenciais para transformar esse cenário e garantir um futuro educacional mais equitativo para todos os jovens pernambucanos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação Joaquim Nabuco, e ao CNPq pela oportunidade. Agradeço também à minha orientadora Ana de Fátima P. de Sousa Abranches, por toda orientação, apoio e acolhimento.

REFERÊNCIAS

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano nacional de educação**: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, ANPAE, 2017.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Conferência Nacional de Educação 2024**. fne.mec.gov.br, [site]. Disponível em: <https://fne.mec.gov.br/noticias-fne/200-conferencia-nacional->

de-educacao-2024

MOLL, Jaqueline. O PNE e a educação integral: Desafios da escola de tempo completo e formação integral. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 369-381, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

BENITTES, Valéria Lima Andrioni. **A política de ensino médio no estado de Pernambuco**: um protótipo de gestão da educação em tempo integral. Repositório digital da UFPE, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11301>. Acesso em: 04 mar. 2024.

INICIATIVAS DE INOVAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: Ponderações a partir de uma revisão de literatura

Ana Luísa Campos Porpino¹; Carolina Beltrão de Medeiros²

¹Estudante do Curso de Ciência Política - CFCH/UFPE; e-mail: ana.porpino@fundaj.com.br;

²Pesquisador(a) do Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj; e-mail: carolina.medeiros@fundaj.gov.br

RESUMO: Este estudo investiga as conexões entre políticas públicas em educação básica no Brasil e iniciativas de inovação social que favorecem o acesso e a inclusão educacional. Utilizando uma abordagem descritiva, o estudo realiza um levantamento bibliográfico e documental, selecionando cinco políticas públicas e nove iniciativas de inovação social para análise. A análise qualitativa dos dados revela que essas iniciativas complementam as políticas públicas existentes ao promover acessibilidade, inclusão e a expansão do tempo de permanência escolar. A pesquisa destaca uma lacuna na literatura acadêmica sobre inovação social na educação básica, sublinhando a necessidade de mais estudos para fomentar práticas inovadoras que promovam uma educação de qualidade, inclusiva e justa. Conclui-se que a inovação social é fundamental para melhorar a educação básica e para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Palavras-chave: educação básica; inclusão; inovação social; políticas públicas; qualidade do ensino.

INTRODUÇÃO

A inovação social é um conceito complexo, compreendido como práticas organizacionais que resultam da cooperação entre diversos atores sociais (Voorberg et al., 2015). Ela ocorre quando uma rede de atores modifica seu modo de pensar e agir, gerando melhorias para a rede ou para a sociedade (Schubert, 2018). Originalmente tratada como "invenções sociais" voltadas para mudanças culturais, econômicas e sociais (Pacheco et al., 2018), a inovação social ganhou destaque nas décadas de 1960 e 1980 e se expandiu para incluir políticas sociais e ordenamento do território (André; Abreu, 2006).

Nos anos 1990, a inovação social cresceu com o desenvolvimento da economia social, tornando-se relevante em várias áreas de estudos (Moulaert et al., 2005). A partir de 2000, o conceito se fortaleceu globalmente, incluindo novas abordagens para resolver problemas sociais. Um exemplo recente é a rede DESIS, que utiliza metodologias de design para promover inovação social (Juliani, 2015).

Na educação, o estudo de políticas públicas envolve teorias que analisam a formulação e adaptação de políticas, como as propostas por Kingdon (1995), Putnam (1995) e Stone (1989). Essas abordagens fornecem fundamentos para entender como as políticas educacionais podem ser influenciadas por práticas inovadoras (Gatti, 2010; Araújo e Cassini, 2017; Gadotti, 2013).

A inovação social na educação visa desenvolver soluções criativas para melhorar o acesso e a qualidade do ensino, promovendo colaboração entre diversos atores (Mulgan, 2006). Este estudo tem

como objetivo geral identificar conexões entre políticas públicas em educação básica no Brasil e iniciativas de inovação social. Os objetivos específicos incluem pesquisar políticas públicas e iniciativas de inovação social que favoreçam o acesso e a inclusão na educação básica, e verificar as conexões existentes entre ambas. O relatório "Iniciativas de Inovação Social e Políticas Públicas em Educação" fornece uma base teórica para a análise e o desenvolvimento de soluções inovadoras.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é de natureza descritiva, com o objetivo de obter uma maior familiaridade com o tema de pesquisa a ser estudado. Neste trabalho, estudamos as políticas públicas voltadas para a promoção do acesso e inclusão à educação básica para realizar conexões com as iniciativas de inovação social também com foco em acesso e inclusão na educação básica. Foram selecionadas cinco políticas públicas e nove iniciativas de inovação social. As principais ferramentas de coleta de dados foram o levantamento bibliográfico e documental sobre políticas públicas em educação e iniciativas de inovação social no contexto do Brasil. A pesquisa utilizou análise qualitativa das informações sobre os construtos teóricos pesquisados.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

O Programa Brasil Carinhoso é uma iniciativa do Governo Federal voltada para a primeira infância, integrando o Plano Brasil Sem Miséria. Focado em famílias beneficiárias do Bolsa Família com crianças de até seis anos, busca melhorar a educação, saúde e renda, ampliando o acesso de crianças de baixa renda a creches públicas ou conveniadas através do repasse de recursos federais às prefeituras, incentivando o aumento de vagas e a melhoria do atendimento na educação infantil (MEC, 2023). O Programa Caminho da Escola visa melhorar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar nas redes estaduais e municipais, especialmente em regiões rurais, onde a distância entre escolas e famílias é significativa (MEC, 2023). O Programa Escola Acessível busca criar um ambiente mais inclusivo nas escolas públicas, promovendo acessibilidade física, didática e pedagógica, especialmente para alunos com necessidades especiais, utilizando recursos do PDDE Interativo (MEC, 2023). O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), instituído em 2004, assegura o acesso e a permanência de crianças residentes em áreas rurais, oferecendo transporte escolar gratuito por meio de convênios entre o governo federal, prefeituras e entidades sem fins lucrativos (MEC, 2024). O Programa Mais Educação, criado em 2007, promove o ensino integral e aumenta o tempo de permanência dos alunos na escola por meio de atividades socioeducativas realizadas no contraturno escolar, como educação ambiental, esportes e atividades culturais (MEC, 2024).

Entre as iniciativas de inovação social, o Programa Cisterna nas Escolas busca construir e manter cisternas para armazenamento de água em escolas públicas nas regiões afetadas pela seca, garantindo o uso de água para necessidades básicas de infraestrutura escolar (Medeiros, 2018). A Iniciativa de Bicicletas Compartilhadas oferece bicicletas para a população em pontos de encontro específicos, contribuindo para o transporte escolar (Santos, 2018). O Laboratório de Experimentação Remota da UFSC promove projetos como o GT-MRE, VISIR+, InTecEdu e TEIA, que utilizam tecnologias inovadoras para integrar ensino e aprendizagem e capacitar docentes (Silva, 2018). O Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne (CEMLM), em Florianópolis, promove a emancipação humana por meio de uma educação evangelizadora e articula fé, cultura e vida, incentivando a participação comunitária (Ramos, 2017). A Educação a Distância (EaD), por sua vez, elimina barreiras físicas e facilita o acesso de alunos com deficiência e outras restrições, utilizando recursos como intérpretes de Libras e leitores de tela (Weidle, 2023).

Essas iniciativas de inovação social complementam as políticas públicas existentes, preenchendo lacunas locais e fomentando práticas inovadoras na educação. O Programa Cisterna nas Escolas apoia o Programa Brasil Carinhoso ao melhorar a infraestrutura de creches em zonas rurais (Medeiros, 2018). As Bicicletas Compartilhadas reforçam os programas Caminho da Escola e PNATE, ampliando o acesso ao transporte escolar (Santos, 2018). Os projetos do Laboratório de Experimentação da UFSC contribuem para os programas Escola Acessível e Mais Educação ao melhorar a acessibilidade e o aprendizado de estudantes com necessidades especiais (Silva, 2018). A Educação a Distância está alinhada com os programas Escola Acessível e Mais Educação, facilitando a inclusão e a expansão do tempo de permanência escolar (Cunha, 2021; Alvarenga, 2022; Weidle, 2023). Por fim, o CEMLM pode servir de modelo para o Programa Mais Educação, ao implementar práticas de ensino integral e fomentar atividades socioeducativas para expandir o tempo de permanência dos alunos na escola (Ramos, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível observar a escassez de pesquisas e estudos acadêmicos voltados especificamente para as iniciativas de inovação social em educação básica, o que representa uma lacuna significativa no campo de estudos da inovação social. É fundamental ressaltar que a educação básica é o alicerce sobre o qual se constrói todo o sistema educacional, sendo essencial investir em práticas inovadoras que promovam a inclusão, a igualdade de oportunidades e a qualidade do ensino. A inovação social também pode desempenhar um papel fundamental nesse processo, estimulando novas abordagens, tecnologias e parcerias que possam transformar a forma como a educação básica é concebida e implementada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco pela oportunidade e à Carolina Beltrão, que além da oportunidade, nos ensinou com paciência, compreensão e maestria.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. C. de; CASSINI, S. A. Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 561-579, set./dez. 2017.

GADOTTI, M. Qualidade na educação: uma nova abordagem. **COEB 2013 – Congresso de Educação Básica: Qualidade na Aprendizagem**. Florianópolis: Rede Municipal de Ensino, 2013. p. 1-18.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, p. 1355-1379, 2010.

JULIANI, D. P. **Desenvolvimento de um framework conceitual para potencializar a inovação social nas universidades sob o enfoque da cultura organizacional**. 2015. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2. ed. New York: HarperCollins College Publishers, 1995.

MEDEIROS, C. B. de. **Expansão de iniciativas de inovação social: uma proposição adaptativa para análise de percursos**. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MULGAN, G. The process of social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, 2006.

PUTNAM, R. D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, jan. 1995.

RAMOS, J. L. **Gestão estratégica e inovação social: um estudo de caso em uma organização da sociedade civil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SANTOS, A. S. L. **Inovação social no campo da mobilidade urbana: um estudo com as bicicletas compartilhadas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SCHUBERT, C. Social Innovation. In: **Innovation society today**. Springer, 2018. p. 371–391.

SILVA, K. C. N. da. **Inovação social na educação básica: um estudo de caso sobre o Laboratório de Experimentação Remota da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2018. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Informação e Comunicação) – Universidade Federal de Santa Catarina,

Araranguá, 2018.

STONE, D. A. Causal Stories and the Formation of Policy Agendas. **Political Science Quarterly**, v. 104, n. 2, p. 281-300, 1989.

VOORBERG, W. H.; BEKKERS, V. J.; TUMMERS, L. G. A systematic review of co-creation and co-production: Embarking on the social innovation journey. **Public Management Review**, v. 17, n. 9, p. 1333–1357, 2015.

WEIDLE, S. G. H. **Inovação educacional: uma perspectiva acerca da visão dos professores sobre possíveis interferências em suas práticas pedagógicas**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS E GESTÃO ESCOLAR: Análise da aplicação de recursos do fnde em municípios do alto sertão do pajeú

João Henrique Belém de Amorim¹; Cátia Wanderley Lubambo²

¹Estudante do Curso de Ciência Política – UFPE; joao.amorim@fundaj.gov.br; ²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj; e-mail: catia.lubambo@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente estudo investiga os arranjos político-institucionais na utilização dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nos municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Quixaba e Triunfo, no Alto Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Teve-se como objetivo compreender como os fatores sociais e institucionais afetam o desempenho educacional municipal, considerando, especialmente, a gestão escolar e suas consequências sobre os resultados. O trabalho utilizou levantamento bibliográfico sobre Neoinstitucionalismo, Cultura e Poder, Ciclo de Políticas e Burocracia de Nível de Rua, além da análise de dados de execução do FNDE e de entrevistas realizadas com gestores educacionais. Os resultados sugerem que o desempenho educacional na unidade escolar não está diretamente associado ao valor do investimento, mas à qualidade da gestão na escola, como exemplificado pela Escola Tomé Francisco, em Quixaba. A Escola Tomé Francisco, ainda que dispondo de um recurso pequeno, obteve um desempenho acima da média. Após a análise dos dados, conclui-se que o perfil dos gestores vem sendo o responsável pelo bom desempenho das escolas, muito mais do que o valor aplicado, podendo-se dizer que aspectos da cultura local e a autonomia e o comprometimento do gestor possuem um papel decisivo na eficiência educacional.

Palavras-chave: Administração Pública; Ciência Política; Educação; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo investigar os arranjos político-institucionais adotados na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), incluindo-se a vinculação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em quatro municípios da microrregião do Alto Sertão do Pajeú, Pernambuco: Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Quixaba e Triunfo.

A intenção é compreender de que maneira a articulação de aspectos institucionais, fatores culturais e de gestão pública impactam sobre o desempenho educacional, em especial em ambientes onde se registram baixos investimentos em termos financeiros. Para tal, foi organizada uma revisão da literatura acerca do Neoinstitucionalismo, Cultura e Poder nas Organizações, Ciclo de Políticas Públicas e a Burocracia de Nível de Rua, complementada por uma análise de dados secundários e entrevistas com gestores educacionais, a fim de refletir sobre os obstáculos e potencialidades da gestão educacional no âmbito municipal.

Com base nas primeiras revisões da literatura, partimos do questionamento de que o montante de recursos aplicados pelo PDDE pudesse não ser o elemento determinante dos resultados escolares, mas, sim outros aspectos associados aos arranjos político-institucionais (presentes no município ou na unidade escolar) e assim teve sequência a pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais, por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa. Inicialmente, procedeu-se uma revisão de literatura sobre os temas: Neoinstitucionalismo, Cultura e Poder nas Organizações, Ciclo de Políticas Públicas e Burocracia de Nível de Rua, que serviu como base para a análise dos dados obtidos.

A segunda etapa se desenvolveu pela coleta e análise de dados secundários e entrevistas em profundidade com os gestores educacionais dos municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Quixaba e Triunfo, localizados no Alto Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Essa microrregião foi selecionada, pois abriga três dos 11 municípios do Estado que foram classificados no grupo “A” (Baixo investimento e bom resultado) pelas análises do FNDE.

Os dados secundários foram obtidos a partir de bases públicas como o Censo Escolar 2022, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de 2021, que foram utilizados para rastrear o desempenho educacional das escolas e os recursos recebidos via Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.

Ao total, foram selecionadas onze unidades escolares, distribuídas entre os quatro municípios citados para a realização do estudo. As entrevistas foram realizadas com os gestores das escolas selecionadas e o Gerente Regional de Educação do Alto Sertão do Pajeú e as visitas de campo ocorreram em outubro de 2023, a fim de entender o contexto local e as práticas administrativas que influenciam no desempenho escolar.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os resultados do estudo demonstram que o desempenho educacional dos municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Quixaba e Triunfo, no Alto Sertão do Pajeú, não é diretamente explicado pela transferência dos recursos financeiros recebidos através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Embora a existência dos recursos seja importante, fatores institucionais, sociais e, sobretudo, o perfil da gestão escolar têm maior importância para o êxito educacional. A análise das 11 unidades escolares, nos quatro municípios selecionados, mostrou que, mesmo com baixos investimentos, algumas escolas, como a Tomé Francisco da Quixaba, atingiram resultados acima da média estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Esse achado refuta a hipótese inicial de que o valor recebido do PDDE teria um efeito significativo sobre o desempenho das escolas. Conforme se observou na literatura revisada, especialmente na abordagem do Neoinstitucionalismo sociológico, as características culturais e institucionais locais têm um impacto substancial na implementação das políticas públicas em âmbito

local. Em Quixaba, a longa permanência do gestor comprometido na Escola Tomé Francisco, aliada ao suporte da comunidade, demonstra a importância da liderança escolar qualificada, conforme discutido por Michael Lipsky em "Burocracia de Nível de Rua".

Ainda que os resultados confirmem a importância da gestão da escola, existem necessidades fundamentais do ponto de vista econômico. O valor do PDDE é fixo e é utilizado, sobretudo, para a compra de material básico como papel e tinta de impressora, o que limita qualquer efeito direto que esse recurso pudesse desempenhar na melhoria da estrutura e/ou da tecnologia. Este aspecto verificou-se nas entrevistas realizadas, onde os gestores indicaram que o valor é insuficiente para cobrir as demandas amplas das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que o desempenho educacional nos municípios do Alto Sertão do Pajeú é mais relacionado à qualidade da gestão da escola do que ao volume de recursos financeiros do PDDE. A liderança e a participação da comunidade escolar são fatores prioritários e centrais para a obtenção do sucesso educacional, já que as políticas públicas, embora importantes, dependem da efetiva implementação e do engajamento local para que gerem resultados. Este resultado fortalece a literatura acerca do papel da burocracia de margem de rua: gestores escolares competentes com autonomia podem superar restrições financeiras e produzir boa educação.

As implicações destes resultados sugerem que as políticas educacionais devem priorizar a capacitação e a escolha de gestores escolares, tendo em vista que o seu perfil e a sua gestão impactam diretamente o desempenho das unidades. Por outro lado, a cultura local também aparece como uma variável relevante, indicando que programas voltados ao fortalecimento da participação da comunidade nas escolas podem ser uma estratégia de sucesso para a melhoria educacional.

Recomenda-se para futuras pesquisas a investigação mais aprofundada da relação entre cultura local e desempenho educacional e devem ser investigadas as práticas de gestão inovadoras que podem ser disseminadas entre as demais escolas. Os resultados alcançados neste presente trabalho ampliam o conhecimento sobre a implementação das políticas educacionais em contextos de baixo investimento e trazem informações importantes sobre como – e quais – estratégias educacionais devem ser ajustadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à minha orientadora, professora Cátia Wanderley Lubambo, pelo inestimável apoio e pelos ensinamentos ao longo deste Pibic. Expresso também minha gratidão ao professor Diogo Helal, pelo suporte oferecido e pela confiança depositada. Agradeço, ainda, à

Fundação Joaquim Nabuco pelo fomento e apoio imprescindíveis para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

FLEURY, Maria, T; FISCHER, Maria. R. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

HALL, Peter A; TAYLOR, ROSEMARY C. R. **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova, 2003, n.58, pp. 193-223.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**/ Michael Lipsky; tradutor, Arthur Eduardo Moura da Cunha - Brasília: Enap, 2019.

MAINAERDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

OS CENTROS COMUNITÁRIOS DA PAZ (COMPAZ) COMO LÓCUS DE ESTUDO EM PERNAMBUCO: Reflexões a partir de uma revisão de literatura

Maria Luísa Audet Guerra¹; Diogo Henrique Helal²

¹Estudante do Curso de Ciência Política- CFCH/UFPE; e-mail: luisa.audet@gmail.com,

²Pesquisador Titular da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES; e-mail: diogo.helal@fundaj.gov.br.

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo investigar a maneira pela qual os Centros Comunitários da Paz (COMPAZ) se relacionam com políticas públicas educacionais. Foi desenvolvida uma revisão de literatura de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, monografias e artigos que continham referência aos Centros. A partir disso foi possível investigar como as produções acadêmicas se comportaram ao longo da última década em relação ao COMPAZ. Para a parte qualitativa, inicialmente, foi confeccionada uma nuvem de palavras no Pro Word Cloud e depois foi realizado o aprofundamento de análise apenas das sete teses e dissertações que tratam de políticas públicas educacionais e do COMPAZ como parte do objeto de estudo. Conclui-se que há uma subutilização do COMPAZ na educação. Apesar de um ambiente propício para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais, sua potencialidade não é vislumbrada em seu máximo pela academia.

Palavras-chave: Centro Comunitário da Paz; políticas públicas educacionais; revisão de literatura

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as políticas públicas educacionais têm passado por diversas transformações, especialmente no que diz respeito à sua implementação e avaliação de resultados (Akkari; Santiago; Mesquida, 2018). A formulação de uma agenda educacional alinhada com os novos padrões e necessidades da sociedade é um passo inicial crucial para uma orientação estratégica inovadora (Mello, 1991).

As políticas educacionais não se limitam ao ambiente escolar; elas se entrelaçam com outras esferas e políticas públicas, ampliando seu impacto e alcance (Guará, 2009). Em Pernambuco, uma iniciativa de destaque nesse contexto são os Centros Comunitários da Paz (COMPAZ), que têm como objetivo integrar políticas de educação e promoção da paz, beneficiando diretamente as comunidades locais. Analisar o papel dos COMPAZ na educação é essencial para compreender como essas políticas são implementadas e seus resultados em Pernambuco.

O objetivo desta pesquisa foi realizar uma revisão sistemática da literatura sobre os COMPAZ, analisando artigos, teses, dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso. Esta revisão proporciona uma visão atualizada da produção acadêmica sobre o tema, destacando os principais achados, debates e lacunas ainda presentes na literatura.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa descritiva foi realizada em repositórios online¹, entre setembro e outubro de 2023, a partir de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, monografias e artigos a partir do uso dos termos “COMPAZ” e “Centro Comunitário da Paz” entre aspas nos campos de busca dos repositórios. Os critérios de inclusão e exclusão foram baseados na presença do COMPAZ no texto. Todos os dados recolhidos foram armazenados em uma planilha que identificou os textos dentro de determinadas categorias². Para categorizar as produções como centrais ou não centrais utilizou-se a métrica de que é tema central quando é problematizado ou quando é o espaço de estudo e é tema adjacente quando é associado apenas como exemplo durante o texto.

Para a segunda etapa, foi confeccionada uma nuvem de palavras através da extensão *Pro Word Cloud* para Word com as 40 teses e dissertações encontradas na pesquisa. Além disso, essa etapa realizou o aprofundamento de análise apenas das teses e dissertações que tratam de políticas públicas educacionais e estão associadas ao COMPAZ. Dessa maneira, foi feita uma separação de acordo com o propósito da obra entre “não trata diretamente de política pública”, “trata de uma política pública” e “trata de política pública educacional”. A inclusão em cada categoria foi feita por meio da procura em cada texto dos termos “política pública” e “políticas públicas”. Os 7 resultados que tratam de política pública educacional foram analisados em maior profundidade.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Obteve o resultado total de 57 itens correspondentes líquidos. Contudo, a busca no SciELO por artigos não obteve achados, logo, percebe-se que a concentração em teses e dissertações não chegou nos periódicos ainda. Os resultados apontam para a predominância das características apresentadas no quadro 1:

¹ UFPE, UFRPE, UPE, UNICAP, UNIVASF, Cesar School, BDTD, Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, Google Acadêmico e SciELO Brasil.

² Título, autor, orientador, nome do programa de pós-graduação ou curso de graduação, grande área CAPES, área de avaliação CAPES, classificação entre graduação, mestrado ou doutorado, nome da universidade, ano de publicação e se o COMPAZ era classificado como tema central da obra ou não.

Quadro 1- Características predominantes nos trabalhos que retratam o COMPAZ (2013-2023)

Categorias	Predominância
Nível	Pós-graduação
Tipo	Dissertação de Mestrado
Grande área	Ciências Sociais Aplicadas
Área de avaliação	Comunicação e Informação
Programa de Pós-graduação	Desenvolvimento Urbano
Curso de graduação	Arquitetura e Urbanismo
Universidade	UFPE
Ano	2022
Orientador(a)	Alcindo José de Sá, Livia Moraes Nóbrega, Lourival Pereira Pinto, Rosângela Cely Branco Lindoso, Yara Cristina e Labronici Baiardi

Fontes: Attena UFPE, BDTD, Catálogo CAPES, Repositório UFRPE e Google Scholar

Em seguida foi confeccionada uma nuvem de palavras com todos os resumos das 40 teses e dissertações encontradas na pesquisa. Dessa forma, nota-se que as palavras com maior ocorrência nos resumos foram: “bairro”, “estudo”, “espaço”, “institucional”, “processo” e “social”. Isso demonstra que o COMPAZ está ligado com o local em que ele é implantado e sua interferência com seu envolvimento, visto que palavras como “urbana”, “sociedade” e “Zumbi” (bairro da cidade do Recife) também apareceram com frequência.

Dentre os 40 resultados foi feita uma separação de acordo com o propósito da obra: “não trata diretamente de política pública”, “trata de uma política pública” e “trata de política pública educacional”. Obteve-se 7 resultados que tratam de política pública educacional, os quais foram separados entre três categorias de acordo com a maneira que o COMPAZ foi tratado: biblioteca enquanto espaço educativo, COMPAZ como lugar de inclusão e outras.

A primeira categoria trata da relação entre as bibliotecas e o COMPAZ ao abranger o âmbito educativo desses espaços: disseminação do conhecimento e cultura. A segunda aborda o COMPAZ como lugar de inclusão sob três perspectivas: direito ao lazer na infância, educação para pessoas com deficiência e tecnologias digitais. Por fim, a última categoria reuniu os dois textos que não se enquadram nas categorias anteriores nem se relacionavam entre si para formarem uma categoria específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da revisão sistemática da literatura sobre os COMPAZ, constatou-se que

essas estruturas possuem o potencial para desenvolver projetos voltados para a educação. No entanto, ainda não são amplamente reconhecidas pela academia com esse propósito. A escassez de publicações em periódicos indexados no SciELO sobre o COMPAZ reflete essa realidade. Das 40 teses e dissertações analisadas, apenas 7 abordam o COMPAZ como uma política pública educacional.

As universidades de Pernambuco foram as principais fontes de pesquisa sobre o COMPAZ, o que era esperado, dado que esta é uma iniciativa da Prefeitura do Recife e ainda não foi expandida para além dos limites da cidade. A pós-graduação, especialmente as dissertações de mestrado, dominou as produções acadêmicas, concentrando-se principalmente no programa de Desenvolvimento Urbano. Isso se deve ao fato de que o COMPAZ, além de atuar na área educacional, também é uma representação do desenvolvimento urbano recifense, já que sua localização é escolhida com base nos índices de violência da cidade. No nível de graduação, seguindo a mesma linha de análise, o curso com maior destaque foi Arquitetura e Urbanismo.

Embora o objetivo do COMPAZ seja louvável e internacionalmente reconhecido, sua atuação ainda não alcança seu potencial máximo nos bairros do Recife. Existe uma oportunidade para que o COMPAZ tenha um impacto mais significativo na vida das crianças e adolescentes que enfrentam a falta de infraestrutura adequada em suas escolas. A educação integral deve se estender além da sala de aula, integrando-se de forma mais efetiva na comunidade. Portanto, a pesquisa alcançou seu objetivo ao fornecer uma visão abrangente e atualizada sobre o papel e a percepção dos COMPAZ na educação, identificando as lacunas e oportunidades para futuras investigações e desenvolvimento de políticas públicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq, à FUNDAJ, e ao meu orientador Diogo.

REFERÊNCIAS

AKKARI, A.; SANTIAGO, M.; MESQUIDA, P. Políticas Públicas em Educação: tensões do contexto brasileiro. **Movimento-revista de educação**, v. 5, n. 8, p. 97-125, 2018.

GUARÁ, I. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. **Em Aberto**, v. 22, n. 80, p. 65-80, 2009.

MELLO, G. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**, v.5, n.13, p.7-47, 1991.

INOVAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICA PÚBLICA: Um panorama das moedas sociais em municípios brasileiros

Jamilly Vitoria Santos Monteiro da Silva¹; Carolina Beltrão de Medeiros²

¹Estudante do Curso de Ciência Política - CFCH/UFPE; e-mail: jamilly.silva@fundaj.gov.br;

²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPS; e-mail:

carolina.medeiros@fundaj.gov.br

RESUMO: O presente estudo propõe uma análise abrangente sobre o surgimento e a evolução das moedas sociais no Brasil, buscando compreender as diferentes dimensões de sua implementação e os impactos que geram nas comunidades locais. A pesquisa adota uma abordagem descritiva, com ênfase qualitativa e quantitativa, visando adquirir uma compreensão mais aprofundada do tema em estudo. O estudo busca apresentar um panorama das moedas sociais utilizadas em municípios brasileiros, abordando sua implantação e os efeitos nas comunidades locais. Inicialmente, foi realizado um levantamento das moedas existentes no país, mapeando 128 moedas sociais, sendo a maioria implementadas na Região Nordeste, seguida pela Região Sudeste. Em seguida, duas moedas sociais foram selecionadas para uma análise detalhada: as moedas Palmas e Mumbuca, nas quais foram destacadas suas principais características de implantação. A partir dos estudos realizados, percebeu-se uma modernização nas formas de implementação das moedas. A digitalização dessas iniciativas, como observado com o Palmas E-Dinheiro e a Mumbuca, representou um avanço significativo, facilitando a gestão financeira e ampliando o alcance dessas iniciativas.

Palavras-chave: Moeda Social; Inclusão Social; Inovação Social; Empreendedorismo Social

INTRODUÇÃO

Considerando os desafios enfrentados pelo Brasil, as desigualdades sociais se destacam como um dos principais problemas, resultando em situações de pobreza, evasão escolar e aumento da violência (Barbosa, 2023). Nesse contexto, a inovação social surge como uma alternativa para resolver problemas que ainda não foram solucionados pelo Estado ou pelo mercado. Por meio da participação e cooperação de diversos atores, o conhecimento aplicado às necessidades sociais gera soluções duradouras que beneficiam indivíduos, grupos, comunidades ou a sociedade como um todo (Ibáñez et al., 2021).

Uma das iniciativas de inovação social presentes em administrações municipais no Brasil é a utilização de moedas sociais, que têm como objetivo melhorar a qualidade de vida das comunidades locais envolvidas em sua implementação. Essas moedas desempenham um papel importante no desenvolvimento inclusivo, promovendo a inclusão financeira e fortalecendo a economia local (Soares, 2006). Nesse sentido, esta pesquisa visa fornecer embasamento teórico ao projeto "Análise e Desenvolvimento de Soluções, a partir de Estratégias e Práticas de Inovação Social, para Programas Selecionados" e tem como objetivo compreender a implementação dessa iniciativa nos municípios brasileiros, destacando suas características gerais e as diversas dimensões de sua implantação.

Compreender a implementação dessa iniciativa nos municípios é fundamental para o conhecimento relacionado às políticas públicas de desenvolvimento local, podendo contribuir para o aperfeiçoamento e redesenho de programas sociais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, cujo objetivo principal é explorar e familiarizar-se com o tema das moedas sociais em municípios brasileiros. A pesquisa bibliográfica incluiu a consulta a livros, trabalhos acadêmicos, artigos científicos e documentos oficiais disponíveis nos sites institucionais dos municípios. Para a coleta de dados, foram utilizados levantamentos bibliográficos e documentais sobre a utilização e a implementação de moedas sociais.

O trabalho foi organizado em duas etapas. Na primeira, foi realizado um levantamento de artigos sobre moedas sociais, empreendedorismo social e inovação social em políticas públicas a fim de construir um referencial teórico sólido. Além disso, foram realizadas buscas por dissertações e teses sobre moedas sociais no repositório da Capes, com recorte temporal de 2015 a 2023. Nessa fase, os dados coletados foram analisados por meio de análise categorial. Por fim, na etapa final, foram mapeadas todas as moedas sociais implementadas no Brasil e conduzidos dois estudos de caso focados nas moedas sociais de maior visibilidade, sendo escolhidas a Moeda Palmas e a Moeda Mumbuca devido ao impacto positivo e à consolidação dessas iniciativas em suas respectivas comunidades.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A análise bibliométrica mostrou que, apesar de ainda haver poucos estudos sobre moedas sociais, houve uma evolução gradual na produção acadêmica sobre o tema, com um aumento no interesse entre 2016 e 2019. Observou-se também uma queda dos trabalhos acadêmicos em 2020 - que pode ser atribuída à pandemia de COVID-19, que impactou diversas áreas de pesquisa. Este fenômeno sugere a necessidade de mais investigações sobre o impacto de eventos globais nas dinâmicas de pesquisa acadêmica.

O mapeamento das moedas sociais no Brasil evidenciou uma rica diversidade de iniciativas, totalizando 128 moedas, das quais a maioria está concentrada na região Nordeste (69). Essa distribuição pode ser explicada pelo sucesso do Banco Palmas, que serviu como um modelo inspirador para outras iniciativas. A trajetória de crescimento das moedas sociais no Brasil até 2008 demonstra uma fase de consolidação, com picos de expansão em 2008, 2011 e 2013. Contudo, a dificuldade em rastrear a continuidade de algumas moedas extintas indica uma lacuna nas informações disponíveis, sugerindo a necessidade de registros mais sistemáticos sobre o encerramento dessas iniciativas.

A análise por estado destacou o Ceará como líder em número de moedas - com 32, seguido pela Bahia, com 13 e São Paulo, com 12. Além disso, o surgimento de novas moedas com apoio de administrações municipais reflete a influência de políticas públicas e parcerias com o governo, que foram essenciais para a viabilidade de moedas sociais como o Banco dos Cocais e a moeda Mumbuca. A integração das moedas sociais a programas de transferência de renda também ampliou sua aceitação e potencializou o desenvolvimento local.

A moeda social Mumbuca foi introduzida em Maricá, RJ, em 2013, como parte de uma política pública para apoiar famílias de baixa renda, e incluiu programas como a Renda Mínima Mumbuca e o Crédito Popular Solidário (Oliveira, s.d). Já a moeda Palmas, em contraste, foi implementada em 2000 pelos moradores locais, em Fortaleza - CE, com o objetivo de estimular a economia local, reduzir a fuga de recursos para fora da comunidade e fortalecer o comércio local. A ideia era manter a riqueza circulando dentro do Conjunto Palmeiras (Cernev, Diniz, 2020).

As diferenças nas características e modelos de operação das moedas sociais revelam que a eficácia dessas iniciativas depende das especificidades locais. Enquanto a Mumbuca depende fortemente de políticas públicas e digitalização, a moeda Palmas se destaca pela autossustentabilidade e abordagem comunitária. Essas diversidades sugerem que não há um modelo único, mas sim uma multiplicidade de abordagens que podem ser eficazes em diferentes contextos.

Os estudos de caso sobre as moedas Palmas e Mumbuca mostraram que, apesar das variações territoriais e operacionais, todas compartilham o objetivo de promover a inclusão social e o desenvolvimento econômico. A digitalização dessas moedas, especialmente com a introdução do Palmas E-Dinheiro e a Mumbuca, representou um avanço, facilitando a gestão financeira e ampliando o alcance das iniciativas. Esta evolução tecnológica é um passo importante para a modernização da economia solidária e para a inclusão financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliométrica realizada sobre a produção acadêmica referente às moedas sociais evidenciou um crescimento gradual no interesse pelo tema entre 2016 e 2019, seguido por uma queda em 2020. Apesar da quantidade ainda reduzida de estudos, a evolução na produção científica indica um reconhecimento crescente da importância das moedas sociais como ferramentas para promover a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico. Essa análise ressalta a necessidade de aprofundamento nas investigações sobre o tema, estimulando novos estudos que possam explorar as lacunas existentes e contribuir para uma compreensão mais ampla das moedas sociais e seu impacto nas comunidades.

O panorama das moedas sociais brasileiras revelou uma diversidade de iniciativas,

identificando 128 moedas, das quais 69 estão na região Nordeste. Sugere-se que a predominância de moedas sociais no Nordeste pode estar relacionada ao fato de ser uma das regiões mais pobres do país, onde a necessidade de soluções inovadoras para promover a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico local é mais urgente. Espera-se que futuras pesquisas se aprofundem em identificar as variáveis influenciadoras dessa distribuição.

As experiências das moedas Palmas e Mumbuca demonstraram que, apesar das diferenças territoriais e operacionais, todas compartilham o objetivo comum de promover a inclusão social e o desenvolvimento econômico local. Observou-se que as moedas sociais, ao longo dos últimos vinte anos, não apenas se expandiram territorialmente, mas também se reinventaram em resposta às mudanças tecnológicas e às necessidades das comunidades. A digitalização dessas moedas, como observado com o Palmas E-Dinheiro e a Mumbuca, representou um avanço, facilitando a gestão financeira e ampliando o alcance dessas iniciativas.

Em resumo, as moedas sociais se mostraram eficazes para enfrentar desafios econômicos e sociais em comunidades marginalizadas, promovendo a circulação interna de recursos e fortalecendo a economia local. No entanto, a continuidade e expansão dessas iniciativas dependem de uma maior disseminação de informações sobre seus benefícios e impactos e de apoio de administrações governamentais ou políticas públicas. Sugere-se, por fim, que futuras pesquisas foquem nas regiões menos representadas, nos impactos regionais das moedas e nos casos de insucesso, buscando entender as principais razões para a falha na implementação de moedas sociais.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradeço ao CNPq e a à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) pelo fomento, apoio financeiro e consolidação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Além disso, agradeço a orientação da pesquisadora Prof.^a Carolina Beltrão.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. C. C. Utilização da moeda social como meio de desenvolvimento sustentável: estudo de caso da inovação social ocorrida em Maricá/RJ. RCD, n. 9, ano 5, jan./jun. 2023.
- CERNEV, A.; DINIZ, E. Palmas para o E-Dinheiro! A evolução digital de uma moeda social local. Revista de Administração Contemporânea, v. 24, n. 5, p. 487-506, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190390>.
- IBÁÑEZ, M. J. et al. Digital social entrepreneurship: the N-Helix response to stakeholders' COVID-

19 needs. The Journal of Technology Transfer, p. 1-24, 2021.

OLIVEIRA, B. M. A. A (r)evolução das Moedas Sociais: Do Palmacard ao E-dinheiro - Resgate de memória: Joaquim de Melo – Banco Palmas.

SOARES, C. L. B. Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo. 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

A POLÍTICA DOS CORPOS: Um estudo dos limites da vida na legislação brasileira

Fernanda Barreto de Moraes Pinheiro Rêgo¹; Alexandre Zarias²

¹Estudante do Curso de Licenciatura Plena em História – UNICAP; e-mail:

fernandabarreto.rego@gmail.com; ²Pesquisador da Diretoria de Estudos Sociais da Fundaj – Dipes; e-mail: alexandre.zarias@fundaj.gov.br

RESUMO: Este estudo analisa os projetos de lei sobre a cirurgia de redesignação sexual (CRS) e o impacto na vida de pessoas trans e intersexo no Brasil (2006-2023). A pesquisa examina projetos de lei, identificando avanços e retrocessos na garantia de direitos e acesso à saúde. A metodologia envolve análise de conteúdo de documentos oficiais e revisão bibliográfica. Os resultados revelam um cenário legislativo complexo, com propostas que buscam tanto ampliar o acesso à CRS quanto restringi-lo, refletindo as tensões sociais e políticas em torno da identidade de gênero. O estudo destaca a importância de políticas públicas que garantam a saúde integral e o exercício da cidadania para pessoas trans e intersexo, combatendo a discriminação e promovendo a igualdade.

Palavras-chave: cirurgia de redesignação sexual; direitos humanos; legislação; pessoas trans e intersexo; saúde integral.

INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a analisar projetos de lei relacionados à cirurgia de redesignação sexual (CRS) na Câmara dos Deputados, buscando avaliar sua influência na acessibilidade e na qualidade dos cuidados de saúde oferecidos à população trans e intersexo no Brasil entre 2006 e 2023. A pesquisa se insere no contexto do projeto "A política dos corpos", que investiga as fronteiras da corporeidade sob as perspectivas legal e extralegal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada envolve a análise de conteúdo de documentos oficiais, com suporte na produção bibliográfica relevante ao tema. A pesquisa se caracteriza por uma abordagem exploratória e qualitativa, utilizando o método de análise de conteúdo e a técnica de revisão integrativa da literatura e análise de documentos oficiais (projetos de lei), disponíveis no site da Câmara dos Deputados.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A análise da legislação brasileira sobre cirurgia de redesignação sexual (CRS) entre 2006 e 2023 revela um panorama de avanços e desafios. Impulsionada por movimentos sociais a legislação conquistou progressos significativos, como a Lei de Identidade de Gênero, que garante o direito à autodeterminação e ao acesso à saúde. No entanto, desafios como a desigualdade no acesso aos

procedimentos e a violência contra a população trans persistem evidenciando a transfobia e das desigualdades de gênero no país. A pesquisa também expõe um cenário marcado por preconceitos, valores morais e cristãos enraizados, que dificultam a garantia plena dos direitos de ser e existir da população trans e intersexo. A intensificação dos conflitos políticos e a influência de grupos conservadores cisheteronormativos reforçam a urgência de um debate público mais amplo e informado sobre o tema. Este estudo contribui para essa discussão ao analisar o impacto da legislação e estimular a sociedade civil na construção de políticas públicas mais justa. A construção de um futuro mais igualitário e respeitoso depende de um diálogo aberto e baseado em evidências científicas e no respeito aos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A politização dos corpos trans e intersexo, marcada legislação preconceituosa, exige um diálogo amplo e representativo para construir uma sociedade que os respeite. A sociologia do corpo evidencia como o gênero é uma construção social moldada por relações de poder, e a medicalização das identidades trans e intersexo limita sua autonomia. A dificuldade de acesso à cirurgia de redesignação sexual ilustra como o Estado impõe barreiras, em vez de garantir direitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade ao PIBIC/FUNDAJ, como também a orientação do professor Alexandre Zarias, todo o apoio e atenção dos funcionários da Fundaj, sobretudo com suas formações enriquecedoras e as dicas valiosas que levarei para toda a minha trajetória. Essa experiência foi fundamental para despertar minha paixão pela pesquisa e meu desenvolvimento para tal.

REFERÊNCIAS

Análise dos Projetos de Lei (PL 665/2006, PL 9742/2018, PL 2639/2019, PL 4966/2019, PL 3419/2019, PL 3396/2020, PL 78/2021, PL 3213/2021, PL 4553/2021, PL 1058/2023 e PL 1596/2023) **sobre identidade de gênero, direitos LGBTQIAP+, saúde e violência.** (Câmara dos Deputados). Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/en-us/office/vba/api/word.selection.information>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Dossiê Assassinato e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 22a.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. **Redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 10 ago. 2024.

COSTA, F. V.; SANTOS, R. C. L. e S. S. Intersexualidade: a mutilação cirúrgica de recém-nascidos e crianças frente aos direitos humanos. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, v. 30, n. 2, p. 175-202, 2022. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/1896>. Acesso em: 21 ago. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

GALLI, R. A., VIEIRA, E. M., GIAMI, A., SANTOS, M. A. dos. Corpos mutantes, Mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 4, p. 447-457, out. 2013.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan./abr. 2016.

MOURA, Maria Luiza. **O Registro civil de transgêneros em perspectiva comparada**. Curitiba: Appris, 2019

NASCIMENTO, Leticia. Transfeminismo. In: RIBEIRO, Djamila (coord.). **Feminismos Plurais**. São Paulo: Jandaíra, 2023.

NASCIMENTO, N. et al. Análise dos Números de Cirurgias de Redesignação Sexual do Sexo Feminino e Masculino Realizados no SUS Entre os Anos de 2015 e 2019. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 17258-17261, fev. 2021.

PRECIADO, Paul. Disforia Mundi. **O som do mundo desmoronando**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N.; NOGUEIRA, C. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.l.], v. 23, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/KfsPffJt3kBvPky8CVcSy5wL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2024

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. In: **Gênero e política da história**. Nova York: Columbia University Press, 1989. p. 27-53.

ZARIAS, A. A ordem pública do corpo humano e suas fronteiras legislativas no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 132-161, set./dez. 2019.

ZARIAS, Alexandre. Dimensões do corpo no debate legislativo brasileiro. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA, POLÍTICA, DIREITO E HISTÓRIA INTELLECTUAL, 2., 2021, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Editora Sociologia, Política e Cidadania, 2020. v. 2. p. 1066-1083.

NORMATIZAÇÃO DO CORPO: Um estudo dos dados legislativos brasileiros sobre a regulação do corpo humano (1946 - 2022)

José Victor de Oliveira Lima¹; Alexandre Zarias²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais - UFRPE; e-mail: victor.olima@ufrpe.br;

²Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES; e-mail:

alexandre.zarias@fundaj.gov.br

RESUMO: A pesquisa apresentada trata sobre a regulação do corpo no processo legislativo brasileiro, identificando tendências e a maneira como o corpo está circunscrito nos projetos de lei elaborados na Câmara de Deputados. O objetivo do projeto foi organizar e sistematizar os dados legislativos conseguidos através do portal da Câmara para uma análise dos projetos de lei que foram elaborados nos processos que tramitaram entre os anos de 1946 até o ano de 2022. Para a realização do trabalho foram utilizados, além do portal online, um banco de dados legislativos já organizado previamente, e para a esquematização sistêmica dos projetos e análise, foram elaboradas planilhas eletrônicas. Como base teórica para a pesquisa foram utilizados os estudos do corpo do sociólogo e antropólogo francês David Le Breton onde, através das análises realizadas, foi possível notar a maneira ambígua, dualista, conservadora e material que o corpo é concebido e tratado no processo legislativo brasileiro.

Palavras-chave: câmara; corpo; legislativo.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o corpo ganham amplitude, segundo o sociólogo e antropólogo francês David Le Breton (2007), no final da década de 1960, quando abordagens sociológicas passam a considerar, sob diversos ângulos, as modalidades físicas da relação do ator com o meio social e cultural que o cerca. Entretanto, a sociologia aplicada ao corpo só ganhou mais notoriedade e atenção dos pesquisadores nos últimos trinta anos, tornando-se então uma tarefa sistemática. Le Breton (2007) defende a ideia de que o corpo serve como um objeto tangível de investimento coletivo, funcionando como suporte para ações, significados, reuniões e diferenciações. Estes fatores emergem por meio das práticas e discursos que o corpo evoca. Nesta perspectiva, o presente estudo se propôs a organizar e analisar dados legislativos brasileiros pertinentes à percepção e regulação do corpo humano. A partir da coleta de Projetos de Lei no site da Câmara de Deputados, na aba de “Atividade legislativa”, utilizando palavras-chave como “aborto” e “barriga de aluguel”, foi analisado alguns projetos para uma descrição da maneira como o corpo é visto no ambiente legislativo brasileiro. O corpo em sua concepção é atravessado por duas esferas: a social e a política. No Brasil, existe uma série de projetos de lei voltadas ao corpo. No entanto, apesar das numerosas leis e regulamentações que abordam questões relacionadas ao corpo humano, persistem desafios significativos. Temas como aborto, barriga de aluguel, gravidez por substituição, doação de órgãos e de sangue e a eutanásia são alguns

dos assuntos elaborados e discutidos no âmbito legislativo: a investigação da ordem pública do corpo por meio de projetos de lei apresentados na Câmara e no Senado revela seus fragmentos, partes, usos e componentes (Zarias, 2019). Entre as discussões que envolvem o corpo, a questão social é inerente ao debate. Segundo Le Breton (2007), o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída. Portanto, a existência humana se realiza através da corporeidade, da relação do corpo com meio social no qual ele está inserido, sendo o corpo o marcador dessa existência. Para Le Breton (2007), corpo não é apenas um objeto biológico, mas também uma construção social, influenciada por normas, valores e práticas culturais. A realização deste trabalho habilita a execução de análises tanto diacrônicas quanto sincrônicas, ampliando o escopo de futuros estudos sobre a maneira pela qual a legislação reflete e influencia a percepção pública do corpo humano. Ademais, permitirá a exploração de como a legislação se correlaciona com aspectos da ciência, medicina, entendimentos populares e valores morais tanto seculares quanto religiosos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se, em primeiro lugar, de um estudo exploratório que utilizou como ferramenta o levantamento bibliográfico acerca da sociologia do corpo. A partir do aprofundamento teórico sobre o tema, o estudo lançou mão de técnicas de pesquisa para organização de dados em planilhas e de análise de conteúdo segundo a bibliografia e referência na área. Para a obtenção dos dados legislativos foi utilizado o site da Câmara de Deputados, onde, na aba Atividade Legislativa, foram utilizados os filtros PL, Saúde e Direitos Humanos para um recorte mais específico que pudesse proporcionar da melhor maneira o tipo de projeto de lei necessário para a realização das análises. Nas planilhas produzidas para a organização dos dados foram criadas categorias para uma melhor análise e identificação das tendências em relação aos discursos utilizados na literatura dos projetos de lei estudados. Destaca-se também que parte dos dados já estavam organizados em planilhas, colaborando para que esta pesquisa pudesse atingir os objetivos gerais e específicos anteriormente postos.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Da análise dos dados obtidos através do site da Câmara de Deputados se pode ver a maneira ambígua como o corpo é tratado no processo legislativo do Estado brasileiro. Em certos pontos ele é tratado em sua integralidade, em outros ele é tratado em suas partes, sendo praticamente desmembrado, onde cada parte possui uma legislação própria. Através das propostas em relação ao aborto, por exemplo, se tem a questão da vida, do momento em que ela é concebida e em que parte ela passa a ser considerada. Conforme Le Breton (2007), a ideia de corpo é um produto social. Portanto, é nessa esfera onde podemos encontrar as imbricações que estarão presentes no campo

político do corpo. Através da organização e sistematização dos projetos de lei é possível notar como a regulação do corpo no ambiente legislativo é atravessada por questões tanto social e cultural, como por convicções pessoais de quem escreve as proposições. O que é inegável é o caráter do corpo com uma espécie de bem material coletivo sujeito a aplicabilidades e suscetível a ordens e regulamentações determinadas pela esfera política. Por meio da observação da literatura dos projetos é possível estabelecer tendências presentes na elaboração das propostas. Em casos como aborto e eutanásia nota-se um inflexibilidade em relação ao tema com projetos que amordacam ainda mais as punições e que não evoluem tanto como no campo social. É possível notar também a movimentação de uma ala mais conservadora, como no caso do aborto, que produz uma grande quantidade de propostas contrárias ao procedimento utilizando de argumentos baseados em concepções religiosas. Com isso é possível notar que as tomadas de decisões são feitas por pessoas que muitas vezes não possuem a experiência sobre o que elas estão escrevendo e determinando. Isso também ocorre com os projetos que tratam sobre a gravidez por substituição. Nos demais temas vemos uma legislação que é formada a partir das funcionalidades e utilidades que podem ser extraídas do corpo humano. Nelas podemos ver como a utilidade das partes do corpo humano é de interesse público e, por este motivo, são resguardadas e mediadas pelo poder político como garantia e preservação de sua integralidade e valor simbólico, que se reflete no campo material. No geral, as propostas que dizem respeito ao corpo, em sua maioria, são elaboradas por partidos de centro-direita. Partidos políticos que concentram a ala mais tradicional e conservadora do meio político do país. Com isso, fica compreensível a maneira como o corpo é discutido e elaborado nesse ambiente. Esse grupo em questão entrelaça a política a ideários religiosos ultrapassados e conservadores, que não condizem mais com a realidade posta e trabalhada pela política. Com os últimos acontecimentos sociais e políticos do país, com a ascensão desse grupo, isso fica ainda mais evidente e perceptível. A regulamentação do corpo também está relacionada a questões de direitos humanos e, por este motivo, a legislação deve equilibrar os direitos individuais com as necessidades e preocupações da sociedade. Isso inclui garantir que as leis respeitem a dignidade e a autonomia das pessoas, enquanto consideram as implicações sociais e éticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de lei representam discussões que tiveram e têm grande repercussão no debate político e social acerca do corpo e que foram se modulando mediante a passagem do tempo para adequar-se à temporalidade e o debate que é feito sobre eles, embora inflexíveis em muitos casos, o que também acaba fazendo parte, dada a maneira que o corpo ainda é visto. Portanto, para se compreender a esfera política do corpo é necessário ter a compreensão do contexto social desse corpo,

pois as visões sobre ele vão se alterando conforme a mudança social. Os embates sobre determinados temas, os novos projetos que vão sendo implantados, mostram essa conotação ambígua. E esse é o objetivo da pesquisa, tratar e analisar a maneira como o corpo é visto, usado e também produzido através desse sistema.

AGRADECIMENTOS

Faço aqui os agradecimentos à Fundação Joaquim Nabuco e ao CNPq por me proporcionar a experiência de realizar a prática da pesquisa. Agradeço também ao pesquisador Alexandre Zarias por me escolher como orientando e me conceder a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

ZARIAS, A. A ordem pública do corpo humano e suas fronteiras legislativas no Brasil. **Sociologias**, v. 21, n. 52, p. 132–161, set. 2019.

ZARIAS, A. Dimensões do corpo no debate legislativo brasileiro. *In*: II Encontro Internacional de Sociologia, Política, Direito e História Intelectual, 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Editora Sociologia, Política e Cidadania, 2020. v. 2. p. 1066-1083.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA OBRA 'DIVA' DE JULIANA NOTARI: Uma análise sociológica da repercussão na imprensa e nas redes sociais

Maria Eduarda Rodrigues¹; Alexandre Zarias²

¹ Estudante do Curso de Ciências Sociais - DECISO/UFRPE; mariaeduarda.rodrigues@ufrpe.br; ² Pesquisador da Diretoria de Estudos Sociais da Fundaj – DIPES; alexandre.zarias@fundaj.gov.br

RESUMO: Este projeto apresenta uma análise da obra "Diva" de Juliana Notari, que se destaca como uma escultura monumental em forma de vulva. A pesquisa investigou as repercussões da obra na imprensa e nas redes sociais, revelando as tensões entre a representação do corpo feminino e as normas patriarcais vigentes. Através de uma revisão da literatura pertinente ao tema e uma análise não sistemática de casos paradigmáticos, se buscou compreender como a obra provoca debates sobre gênero, arte e poder, além de refletir sobre as desigualdades sociais e raciais que permeiam sua execução. O estudo destaca a importância de "Diva" como um símbolo de resistência e ativismo, contribuindo para a discussão sobre a política dos corpos no Brasil contemporâneo e a evolução da arte feminista, além de ser um importante campo de debate sobre as próprias contradições presentes na tentativa de subversão na arte.

Palavras-chave: arte; feminismo; gênero; política; sociologia do corpo.

INTRODUÇÃO

A obra "Diva" de Juliana Notari emerge como uma provocativa reflexão sobre a representação do corpo feminino na arte contemporânea, desafiando as normas patriarcais que tradicionalmente marginalizam a vulva. Ao monumentalizar esse símbolo frequentemente ocultado e estigmatizado, Notari não apenas reivindica a sexualidade feminina, mas também força a sociedade a confrontar as raízes históricas de sua desvalorização. Esta análise se propõe a explorar as complexas interseções entre gênero, raça e classe, considerando críticas ao feminismo no que se refere a sua falta de atenção às questões raciais e de classe. Assim, "Diva" se posiciona como um ponto de partida para um debate mais amplo sobre a objetificação do corpo feminino, suas implicações sociais e a urgência de uma abordagem feminista interseccional que reconheça a diversidade das experiências vividas pelas mulheres.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar a repercussão da obra "Diva" de Juliana Notari, a pesquisa foi conduzida em duas etapas principais. Na primeira etapa, foi realizada uma análise bibliográfica aprofundada, focando nas obras de David Le Breton no contexto da sociologia do corpo, essencial para entender as implicações simbólicas da escultura, assim como na leitura e análise bibliográfica de outros autores, de forma a complementar a visão de Le Breton acerca do corpo simbólico nos âmbitos da teoria feminista e de gênero. Na segunda etapa, foi realizada uma análise não sistemática de casos

paradigmáticos, que permitiu uma exploração qualitativa dos dados, concentrando-se em casos específicos que se destacaram na discussão pública sobre “Diva”, analisando as principais narrativas, temas recorrentes e controvérsias na cobertura da imprensa, o que proporcionou uma compreensão mais profunda das dinâmicas de recepção da obra.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A recepção negativa à "Diva" expõe a permanência de uma cultura patriarcal que relega o corpo feminino à marginalização e ao tabu, revelando como, historicamente, a vulva foi transformada em símbolo de ausência e inferioridade. Tais reações ressoam com o pensamento de Santo Agostinho, que enxergava o corpo feminino, e particularmente a vulva, como a antítese do divino, associando-a ao pecado e à fraqueza moral, visão que contrasta fortemente com culturas mais antigas, onde a vulva era reverenciada como símbolo de fertilidade, criação e poder, uma dimensão sagrada que foi progressivamente apagada com o advento do cristianismo e da filosofia ocidental. Autores como Sartre e Freud, ao reduzirem o corpo feminino à falta do falo, contribuíram para a perpetuação dessa perspectiva, reforçando a inferiorização do feminino ao longo da história. Assim, "Diva" desafia diretamente essa lógica ao monumentalizar o corpo feminino em um espaço público, mas a reação negativa à obra revela a dificuldade de uma sociedade, ainda profundamente enraizada no simbolismo fálico, de aceitar representações que subvertem essa hegemonia. Teóricas como Louro (1997) e Scott (1995) ajudam a entender esse fenômeno como parte da perpetuação da dominação masculina onde a exaltação do falo e a marginalização da vulva continuam a moldar a forma como o corpo feminino é entendido e representado. Portanto, "Diva" não apenas confronta a tentativa histórica de ocultar a vulva, mas também expõe as tensões históricas e culturais que sustentam a inferiorização simbólica das mulheres na sociedade contemporânea, trazendo a vulva para o espaço público de forma monumental e questionando as bases do imaginário patriarcal.

Além disso, a complexidade da obra também se manifesta nas críticas relacionadas ao seu processo de produção e às implicações éticas e sociais envolvidas. O fato de a escultura ter sido construída com mão de obra predominantemente masculina e negra gerou um debate sobre as hierarquias de classe e raça reproduzidas na execução da obra. Apesar de sua intenção de desafiar o patriarcado, a obra foi acusada de reforçar desigualdades estruturais, especialmente em um contexto de profundas disparidades sociais no Brasil. O uso de mão de obra racializada em uma escultura criada por uma artista branca durante um período de crise social e sanitária levanta questões sobre as interseções entre raça, classe e gênero que, por vezes, são ignoradas pelo feminismo branco. Essa crítica evidencia a necessidade de uma abordagem feminista interseccional que considere as múltiplas dimensões de opressão, como argumentam teóricas como Kimberlé Crenshaw e Bell Hooks. Fora

isso, a obra também gerou controvérsias sobre o possível genitalismo da representação e as implicações para a comunidade trans, questionando a inclusão nas narrativas sobre o corpo feminino, ao reforçar ideias binárias de gênero. Nesse sentido, "Diva" se torna um reflexo das contradições e desafios enfrentados pela arte contemporânea ao tentar subverter estruturas de poder, mas inadvertidamente reproduzir algumas dessas mesmas dinâmicas de opressão. A obra, portanto, não apenas provoca debates sobre o corpo feminino, mas também se torna um ponto de partida para discussões mais amplas sobre a relação entre arte, poder e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela a complexidade das representações do corpo feminino na sociedade contemporânea. A escultura "Diva" desafia normas patriarcais ao destacar a vulva, promovendo a celebração da sexualidade feminina e confrontando questões sociais enraizadas. No entanto, as reações negativas e a interpretação da obra como uma reificação da visão binária de gênero, junto à discussão racial em sua produção, destacam a necessidade de uma análise multifacetada. Autoras como Simone de Beauvoir e Bell Hooks já alertaram sobre a objetificação do corpo feminino como um instrumento de dominação masculina, e a obra de Notari se insere nesse debate. Dessa forma, a controvérsia gerada por "Diva" evidencia a persistência das estruturas patriarcais, mas também traz à tona dinâmicas de poder relacionadas à raça e classe, promovendo uma reflexão crítica essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação Joaquim Nabuco e ao CNPq pela oportunidade extraordinária de colocar em prática tudo aquilo que antes era só teoria. Ao meu orientador, Alexandre Zarias, por todos os ensinamentos e contribuição, e a minha irmã e meu namorado por todo o apoio e incentivo.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. Descentrando a Interseção entre Raça e Sexo: Uma Crítica Feminista Negra à Doutrina Antidiscriminação, Teoria Feminista e Políticas Antirracistas. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, p. 139-167, 1989.
- HOOKS, Bell. *Olhar Feminista: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2019.
- HOOKS, Bell. *Teoria Feminista: Da Margem ao Centro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- HOOKS, Bell. *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. South End Press, 1981.
- JULIANA NOTARI. Página inicial. Disponível em: <<https://www.juliananotari.com/>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.
- LOURO, G. L. *Gênero, Sexualidade e Educação: Encontros e Desencontros*. Papirus Editora, 1997.
- OLIVEIRA, Cláudia de; GUERRA, Paula. Procurando Diva no Sul Global: feminismo, arte e política. *ARS (São Paulo)*, v. 19, p. 749-808, 2021.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.
- STROMQUIST, Liv. *A Origem do Mundo*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.
- ZARIAS, A. A ordem pública do corpo humano e suas fronteiras legislativas no Brasil. *Sociologias*, v. 21, n. 52, p. 132–161, set. 2019.

INTERSEÇÕES ENTRE CORPO, ARTE E POLÍTICA: Uma análise de discurso de vídeo- artes

Maria Sávia Giuseppe Moreira Nascimento¹; Alexandre Zarias²

¹ Estudante do Curso de Ciências Sociais (Bacharelado) CFCH/UFPE. E-mail: mariasavia.nascimento@ufpe.br; ² Pesquisador(a) da Diretoria de Formação Profissional e inovação da Fundaj – DIFOR; E-mail: alexandre.zarias@fundaj.gov.br

RESUMO: Este estudo tem como objetivo principal conduzir uma análise detalhada do discurso presente em vídeo-artes selecionadas do acervo da Fundação Joaquim Nabuco. A investigação foca em identificar e interpretar o Discurso Artístico nas performances que utilizam o corpo como principal meio de expressão. A partir da metodologia proposta, analisamos a luz da Análise de Discurso, com enfoque no Discurso Artístico (Orlandi, 2005). Buscamos sintetizar intersecções teóricas entre corpo, arte e política. Coletamos, do acervo próprio da FUNDAJ, atuações artísticas filmadas, das quais selecionamos cinco para a análise. Em cada uma delas, trabalhamos conceitos-chave como incorporação, excorporação e corporeidade, com o intuito de interpretar o uso do corpo não apenas como um veículo de expressão artística, mas também como uma matéria significativa e politizada. Os resultados revelam como o corpo, dentro dessas performances, assume um papel central na construção de discursos que dialogam com questões sociopolíticas. A conclusão do estudo aponta para a importância do corpo na arte contemporânea como um meio de resistência e expressão política, ampliando o entendimento das relações entre corpo, arte e sociedade.

Palavras-chave: análise de discurso; corporeidade; performance; política; sociologia do corpo.

INTRODUÇÃO

Este relatório analisa vídeo-artes sob a perspectiva da sociologia do corpo, articulando os conceitos de incorporação, excorporação e corporeidade na relação entre corpo, arte e política, com foco na politização e representação do corpo. A análise será baseada em produções bibliográficas relevantes ao tema e em cinco vídeo-artes do acervo FUNDAJ, centradas em performances que utilizam o corpo como principal meio de expressão. A metodologia adotada envolve a análise de discurso para examinar o discurso artístico nas performances, utilizando como referência os estudos de metodologia de Eni Orlandi sobre análise de discurso focado no discurso artístico. Além das análises teóricas e empíricas, foi desenvolvido um projeto de "cine-debate", em colaboração com o orientador Alexandre Zarias. Esse projeto, em andamento, visa discutir corpo e cinema a partir da exibição de curtas-metragens do acervo FUNDAJ, alinhando-se com os objetivos iniciais da pesquisa. Modificações substanciais ocorreram durante o desenvolvimento do estudo, com a transição do foco em revisão de literatura para uma análise sociológica das performances, exigindo ajustes metodológicos e a mudança do título para refletir os novos objetivos

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste estudo combina a revisão de literatura com a análise de discurso de vídeo-

artes performáticas, focando no corpo como elemento central da expressão artística. Utilizando a Análise de Discurso de matriz francesa Pêcheuxiana, fundamentada nos conceitos de Eni Orlandi, a pesquisa examina as construções discursivas e propostas ideológicas nas cinco obras do acervo da FUNDAJ. Os conceitos de incorporação e excorporação, baseados na corporeidade de Le Breton, são interdependentes e guiam a interpretação das performances, destacando sua significação e conexão com questões políticas, onde o corpo se torna um canal de expressão de marcas ideológicas e históricas.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

O corpo é uma construção semântica que reflete interações sociais e culturais. Le Breton discute como, na sociedade contemporânea, o corpo é visto como um adereço flexível e transitório, moldado por normas culturais. Os conceitos de incorporação e excorporação são essenciais nessa análise. A incorporação envolve a internalização de normas sociais, evidenciando a vulnerabilidade do corpo às imposições externas. Em contraste, a excorporação representa a expressão e resistência do corpo, simbolizando transformação e emancipação. O conceito de excorporação vai além da mera reprodução de gestos sociais, inserindo-se em um campo discursivo onde a estética e a performance utilizam a materialidade humana. Foucault complementa essa discussão ao investigar o controle político sobre os corpos, destacando como normas sociais moldam comportamentos. A gestão de si proposta por Foucault mostra que o autocontrole é uma forma de poder, enquanto Le Breton sugere que, apesar do controle, o corpo pode ser um meio de resistência e reivindicação de autonomia. As performances de Letícia Parente, Joan Jonas e Marina Abramović exemplificam uma forte resistência corporal e uma crítica incisiva às normas sociais. Em "Marca Registrada", Parente utiliza seu corpo como um objeto de dor para criticar as violências e censuras impostas durante a ditadura militar no Brasil. Sua obra transforma o corpo em um vetor de insatisfação, refletindo a dor de ser "made in Brazil" e denunciando as dominações simbólicas da época. Joan Jonas, em "Vertical Roll", aborda a desumanização do corpo feminino nas representações midiáticas, utilizando a fragmentação como uma crítica contundente às normas sociais que definem a identidade feminina. Sua performance destaca a maneira como o corpo é frequentemente reduzido as partes desconectadas, desprovidas de agência e identidade. Marina Abramović, com "Art Must Be Beautiful, Artist Must Be Beautiful", ao transformar um ato comum de autocuidado, como pentear os cabelos, em uma expressão de autoagressão, Abramović revela a violência nas expectativas de beleza que a sociedade impõe aos corpos femininos. Essa transformação ilustra como a normatividade de gênero se manifesta de maneiras sutis, mas poderosas. A análise das obras, à luz da perspectiva de Eni Orlandi, mostra que a produção discursiva do corpo é politicamente determinada, sujeita a dinâmicas de desigualdade e

contradição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o discurso em vídeo-artes do acervo da FUNDAJ, focando em performances que usam o corpo como meio de expressão. A pesquisa revelou que, nas cinco performances examinadas, o corpo vai além do papel artístico, interagindo com questões sociopolíticas. Ao se engajar na excorporação, os artistas expressam subjetividades e desafiam estruturas de poder, ressaltando o corpo na arte contemporânea como um meio de resistência e transformação. A utilização da arte como matéria de politização oferece uma possibilidade de dissidência, a expressão de insatisfação atua como engajamento de mudança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) pela oportunidade de participar do PIBIC graduação, pela estrutura e apoio oferecidos. Agradeço especialmente ao meu orientador, Alexandre Zarias, por seu incentivo e orientação valiosos ao longo deste projeto.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVIC, Marina. **Art must be beautiful, artist must be beautiful**. Realizada no Museu de Arte Contemporânea, Belgrado, 1975.
- AZEVEDO, Aline Fernandes de. **Sentidos do corpo: metáfora e interdiscurso** Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, SC, v. 14, n. 2, p. 321-335, maio/ago. 2014. BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.
- FERREIRA, Vítor Sérgio. **Resgates sociológicos do corpo: esboço de um percurso conceptual**. Análise Social, v. 48, n. 3, p. 494-528, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Poder-corpo****. In: **FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 35. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.
- JONAS, Joan. **Vertical roll**. 1972. [Mídia], [Acervo Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)].
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- LE BRETON, David. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. Campinas (SP): Papyrus, 2013.
- LE BRETON, David. **Sinais de identidade: tatuagens, piercings e outras marcas corporais**. Lisboa: Miosótis, 2004.
- OPPENHEIMER, Michael. **Nail sharpening**. , 1977.
- OPPENHEIMER, Michael. **Stage transfer drawing**. Conjunto de vídeos. [Acervo Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)], 1971-1973.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2016. ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PARENTE, Leticia. **Marca registrada**. YouTube, 30 de mai. de 2011. Disponível em: Marca Registrada - Leticia Parente. Acesso em: 04 de jan. 2024.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Pontes, [1975] 2009.

SALLES, Atilio Catosso. **Corpo-em-Arte: sujeito, presença e performance**. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Porto Alegre, 2017.

VIRGINE, Lea. **Body art and performance: the body as language**. Rizzoli International Publications, 2000.

ZARIAS, A.; LE BRETON, David. **Corpos, emoções e risco: vias de compreensão dos modos de ação individual e coletivo**. Sociologias, v. 21, n. 52, p. 20-32, 2019. DOI: 10.1590/15174522-97680. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/15174522-97680>. Acesso em: 25 fev. 2024.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MUNICÍPIOS COSTEIROS DO NORDESTE BRASILEIRO: Uma análise de governança

Wesley Vinicius da Silva Vieira Santiago¹; Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas com ênfase em Ciências Ambientais - CB/UFPE; e-mail: wesleysantiago.academico@gmail.com; ²Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj - DIPES e Centro de Estudos de Cultura, Identidade e Memória - CECIM; e-mail: beatriz.mesquita@fundaj.gov.br

RESUMO: As Unidades de Conservação (UCs) são instrumentos de resposta às pressões antrópicas, intensas no litoral nordestino, como adensamento populacional, turismo, produção industrial/energética, para proteção da biodiversidade e beleza cênica. São territórios delimitados, protegidos legislativamente e com características naturais relevantes. Objetivou-se compreender a gestão das UCs costeiras do Nordeste e sua relação com o território local. Foram discutidas complementaridades, conflitos socioambientais e apontados caminhos fortalecedores a partir de Análise de Conteúdo, aplicada às entrevistas semiestruturadas com gestores de 16 UCs, componentes dos 53 municípios da pesquisa “Participação e Governança Ambiental e Municipal: Territórios Costeiros”, dados secundários e revisão sistemática de literatura, que disponibilizou 17 artigos coincidentes às categorias e subcategorias das falas. Observou-se motivações de criação diversas, ademais à conservação, interesses políticos; interferências no gerenciamento, carência de recursos financeiros e humanos; conflitos socioambientais, violação de áreas. Oportunidades foram catalogadas, como atores ambientalmente sensíveis. Concluiu-se que UCs são essenciais para gestão costeira e manutenção da sociobiodiversidade, mas carecem de investimento, atenção e reconhecimento. É mister identificar os problemas e mitigá-los para potencializar sua gestão.

Palavras-chave: áreas protegidas; gestão local; governança ambiental compartilhada; impactos socioambientais; territórios litorâneos.

INTRODUÇÃO

Gerir impactos de atividades antrópicas e, conseqüentemente, perda de biodiversidade é um desafio, demandando uma complexa rede de governança ambiental, englobando questões sociodemográficas e econômicas. Em 2017, o litoral do Nordeste gerou 54% do Produto Interno Bruto (PIB) regional, o equivalente a 7,8% do PIB nacional (Magalhães; Gonçalves; Oliveira, 2021), destacando sua alta densidade demográfica, logo, neste território, concentram-se o uso de recursos naturais, geração de resíduos e atividades turísticas. Justifica-se, portanto, uma maior atenção direcionada ao território costeiro e à utilização de instrumentos de gestão ambiental eficientes. Essa responsabilidade incide nas três esferas de governo (Brasil, 1988). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) estabelece normas e critérios destinados à criação, implantação e gestão de territórios delimitados com características naturais relevantes, as Unidades de Conservação (UCs), um dos principais instrumentos de gestão ambiental no Brasil, agrupadas em: [Unidades de Proteção Integral](#) (UPIs), às quais admitem apenas o uso indireto, e [Unidades de Uso Sustentável](#) (UUSs), que aceitam o uso direto e indireto dos recursos naturais (Brasil, 2000).

Para o alcance das finalidades do SNUC, é indispensável a participação da população e dos gestores de UCs. A inclusão na gestão se dá a partir de conselhos, sociedade civil e gestores públicos atuantes, sendo o diálogo a chave para a conservação da sociobiodiversidade (MMA, 2015). Acordos envolvendo as comunidades locais e tradicionais próximas às UCs favorecem a boa governança (Jeronymo; Silva; Tanizaki-Fonseca, 2021).

Inserido no projeto “Participação e Governança Ambiental e Municipal: territórios costeiros”, o estudo busca compreender a relação entre as UCs costeiras do Nordeste do Brasil e questões locais dos territórios, discutindo perguntas como: Quais os motivos de criação e ameaças às UCs Costeiras? Como é a dinâmica ambiental nos territórios que sediam UCs? Como se dá a gestão compartilhada entre UC e entes locais? A dimensão das UCs e as sobreposições entre elas e os municípios que as abrigam são um desafio de governança? Para responder a essas questões, analisou-se documentos, políticas ambientais e entrevistas com gestores de UCs. Pretende-se contribuir, propondo caminhos, para uma gestão ambiental eficiente nas UCs, capaz de atender às demandas humanas e ambientais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa de campo, aprovada pelo Comitê de Ética e pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio), foi realizada em [53](#) municípios, conforme uma amostra aleatória (Bolfarine; Bussab, 2005), entre 2022 e 2024. Desses, [seis](#) foram descartados por não sediarem UCs em seu território. O universo amostral considerou os municípios costeiros (Brasil, 2021), excluindo os grandes (censo 2010) e incluindo o 1º município contíguo aos defrontantes com o mar. Entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a gestores de [16](#) UCs, cujas falas foram gravadas, transcritas e submetidas à Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). A revisão sistemática de literatura empregada nas plataformas *Web of Science* e *Scopus*, utilizando [palavras-chave](#), [filtros](#) e [critérios de inclusão e exclusão](#), disponibilizou [17](#) artigos correspondentes à categorização das falas. Dados secundários de [sites](#) governamentais e não-governamentais também compõem o estudo. Resultados, dados e outras informações estão disponíveis nos *hiperlinks* em destaque ao longo do texto.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Na área de estudo, foram levantadas [64](#) UCs, 21 UPIs e 43 UUSs, desconsiderando as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), por serem de dominialidade privada. O maior número de UUSs justifica-se pela tolerância ao uso direto dos recursos naturais que corrobora com as exigências econômicas e sociais. Analisou-se 25% das UCs ([16](#) UCs): sete da esfera federal e nove da estadual. A falta de retorno às solicitações das entrevistas aos gestores das UCs, ou a ausência deles, impossibilitou a investigação de 75% das UCs. Por exemplo, as [11](#) UCs municipais, em sua

maioria, carecem de gestão, e as quatro [Reservas Extrativistas](#) (Resex) do Maranhão têm gestão única centralizada no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de São Luís/MA, ambas ainda não foram entrevistadas pelo projeto; o Parque Estadual Mata do Xém-Xém/PB permanece sem instrumento legal de criação ou gestão, como o Parque Estadual Marituba/SE sem gestor e conselho; os sete [Refúgios de Vida Silvestre](#) (Revis) da Ilha de Itamaracá/PE não têm gestor próprio, e as sete [Áreas de Proteção Ambiental](#) (APAs) estuarinas de Pernambuco são meramente documentais, comprometendo as metas de conservação do SNUC.

A análise gerou [três categorias e 38 subcategorias](#). O Quadro 1 resume os principais resultados da categorização, segundo a alta frequência de citação por UC analisada e a complementaridade entre as subcategorias selecionadas.

Na Categoria 1, constatou-se que os interesses sociais, políticos e econômicos competem com as necessidades conservacionistas no estímulo à concepção de UCs, também que as UCs atuam como barreira de contenção contra as ações antrópicas, e instrumento de gestão e manutenção dos recursos naturais, em destaque os recursos hídricos. Na Categoria 2, observou-se déficit na alocação de recursos financeiros e humanos para a gestão dessas áreas, cujas ferramentas correspondentes revelaram-se defasadas/inadequadas. A sobreposição entre UCs e a dimensão da unidade geraram conflitos, em reflexo à vasta área de monitoramento imposta, equipes diminutas, e especificidades de cada UC. Os Conselhos atuaram como agentes integradores de atores locais, promovendo a cobrança de direitos e servindo como um importante meio de inclusão da sociedade civil, a qual mostrou-se vantajosa, mas ainda carece de estratégias adicionais para aumentar o engajamento. Assim, nem sempre a participação garantiu uma gestão satisfatória. A flexibilização legislativa e o difícil diálogo entre gestores de UCs e a gestão pública não beneficiam o meio ambiente. Na Categoria 3, são estressores centrais das UCs: atividades econômicas, como o turismo que realizado desordenadamente compromete os propósitos das UCs, especialmente os Parques Nacionais que visam à educação ambiental ao possibilitar o ecoturismo em sua área, tópico que requer reavaliação; produção energética, incluindo as energias renováveis, que demandam o uso de espaços verdes/naturais; e urbanização, especialmente a crescente especulação imobiliária e ocupação irregular, pois corroboram para a destruição ambiental e disputam pelo uso do território. O saneamento básico é um gargalo e, como esperado, impacta negativamente as UCs, afetando, sobretudo, os corpos d'água que motivam o estabelecimento de muitas áreas protegidas. O plano de contenção de desastres intenciona minimizar danos, entretanto, sua inexistência ou deficiência de implementação por parte da gestão local, em destaque a falta de preparo para enfrentá-los, conduzem a incorporação de atitudes errôneas/equivocadas. Assim, resta às UCs a função de remediação, as quais desempenharam um papel primordial em ações/orientações.

Quadro 1 - Principais Resultados da Categorização das Entrevistas

Subcategoria	Trecho relevante
Categoria 1 - Motivos da criação de UCs e ideologias sobre o “uso” de seu território	
1.4. Manutenção de recursos/serviços	“ <i>A água é o motivo das UCs.</i> ” (Parna Marinho de Abrolhos/BA - Resex de Cassurubá/BA).
1.8. Interesses políticos	“[...] Criação da Resex [Rio Formoso], <i>o governo federal não quis</i> , aí foi pro Estado [Semas] [...] <i>resolveu que não era viável.</i> ” (APA de Guadalupe/PE).
1.10. Turismo	“[...] <i>criação de outras tantas no litoral, via Prodetur.</i> ”(APA de Guaibim/BA).
1.12. Proteção da biodiversidade X pressão antrópica	“ <i>Proteger os recursos ambientais do único Delta das Américas [...], espécies ameaçadas da região, [...]</i> e os recursos hídricos dos impactos associados a <i>efluentes de esgoto e carcinicultura.</i> ” (APA Delta do Parnaíba/MA-PI).
Categoria 2 - Gestão de UCs, suas potencialidades e entraves	
2.1. Sobreposição entre municípios	“[...] <i>é muito grande. Ela pega muitos municípios [...]</i> é uma APA que a gente tem refletido muito [sobre] a <i>possibilidade de desafetação.</i> ” (APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança/BA).
2.2. Sobreposição entre UCs/ áreas protegidas	“[...] <i>o Núcleo de Gestão Integrada (NGI) [Resex e Flona da Restinga de Cabedelo] [...] foi modelo imposto, [no dia a dia], na prática, a gente não consegue agir pelas duas unidades.</i> ” (Resex Acaú-Goiana/PB-PE).
2.5. Equipe técnica	“ <i>Só tem eu, a gestora e o apoio relativo, não direto e não cotidiano</i> do escritório da sede do Inema de Salvador.” (APA da Baía de Camamu/BA).
2.6. Gestão Compartilhada	“[...] a manutenção [da] <i>participação efetiva</i> e [do] processo de <i>gestão compartilhada</i> [do SNUC] <i>é um desafio.</i> ” (Resex de Cassurubá/BA); “ <i>É difícil o] diálogo com a atual gestão [pública].</i> ” (APA Litoral Norte/BA).
2.7. Recursos financeiros	“ <i>Falta recurso financeiro [...], pouco apoio turístico [...], falta servidores para a demanda [...].</i> ” (Parna dos Lençóis Maranhenses/MA).
2.8. Infraestrutura	“[...] <i>baixa infraestrutura de acordo com a demanda turística.</i> ” (Parna dos Lençóis Maranhenses/MA).
2.12. Participação e conselho	“[...] <i>Conselho novo e têm muitos conselheiros imbuídos de exigir do Estado a elaboração do Plano de Manejo.</i> ” (APA da Baía de Camamu/BA).
2.13. Atuação da sociedade civil	“[...] <i>a Associação de Moradores e ONGs auxiliam no monitoramento [...].</i> ” (APA da Lagoa da Jijoca/CE).
2.14. Documentos regulatórias e leis	“[...] municípios, [destacando Tamandaré], [alteraram] a <i>lei de uso do solo para aprovar [qualquer] empreendimento, [ciente] CPRH.</i> ” (APA de Guadalupe/PE).
2.15. Plano de Manejo e projetos	“ <i>Criado em 2006 e [ainda sem] atualização, [hoje] não atende as demandas [da UC], [...] [feito baseado no modelo de] UPI.</i> ” (APA de Marituba do Peixe/AL).
Categoria 3 - Problemas e conflitos socioambientais	
3.1. Atividades econômicas	“[1º lugar] <i>Petróleo</i> , são mais de 500 no RN [...]. [2º] <i>Solar</i> [gera supressão vegetal], [3º] <i>Eólicas não trazem emprego [...].</i> ” (APA Dunas do Rosado/RN).
3.2. Compensação ambiental	“[...] <i>a compensação ambiental da duplicação da BR 101 Sul e de outras obras [é para] Plano de Manejo [das APAs de AL].</i> ” (APA de Marituba do Peixe/AL).
3.6. Destruição ambiental	“[No leilão de petróleo] <i>venderam dentro da APA a área</i> , mas a APA [se colocou contra].” (APA de Piaçabuçu/AL).
3.7. Saneamento básico/recursos hídricos/ qualidade do ar	“ <i>Tudo depende do recurso hídrico</i> [turismo, pesca]. [...], infelizmente, o <i>lançamento de esgoto [contamina] o recurso hídrico.</i> [...] o que tinha de <i>lixo [que] a Maré trouxe.</i> ” (APA de Santa Cruz/PE); “[Alteração] na <i>qualidade do ar</i> [proveniente da indústria têxtil].” (APA Delta do Parnaíba/MA-PI).
3.9. Turismo	“[...] <i>Turismo gera [...] resíduos [...], lixo [na UC].</i> ” (Parna de Jericoacoara/CE).
3.10. Urbanização/ ocupação irregular	“[O grande desafio] <i>é o fundiário, são mais de 200 imóveis em área inapropriada.</i> ” (APA Dunas do Rosado/RN).
3.11. Desastres ambientais	“[Chegada do óleo de 2019] [...] <i>prefeitura, junto com funcionários [não eram] bem-preparados [...], [UC agiu para contornar erros].</i> ” (APA de Guaibim/BA).

Fonte: Autor (2024).

Quatro subcategorias não coincidiram com as referências bibliográficas (17 artigos), indicando novos embates para as UCs nordestinas, os quais são: sobreposição entre municípios que compartilham a mesma UC, a qual provou ser um desafio de gestão na tentativa de unificá-los em prol da unidade, considerando a individualidade governamental de cada cidade (Subcategoria 2.1); ausência de conhecimento sobre o histórico de gestão da UC, questão que resulta em novos esforços para o levantamento de dados, desencadeando estagnação/atraso e custos adicionais (Subcategoria 2.3); mudança de categoria/desafetação, apontada como solução para barreiras e conflitos vinculados à gestão, poderá repercutir negativamente nos âmbitos social, econômico e ecológico, em virtude da necessidade de adequação à nova categoria (Subcategoria 2.4); compensação ambiental, por vezes, mostrou-se insuficiente, mas fundamental para as UCs (Subcategoria 3.2).

A gestão de UCs não é solitária, ela está inserida em uma teia de governança ambiental muito extensa, sendo preciso familiarizar-se com as relações adjacentes para seu progresso. Segundo Ekersley (1992), considerar as UCs como "ilhas", intocadas pelas pressões do entorno, é, ecologicamente, uma concepção fadada ao fracasso. Dessa forma, a proximidade entre os gestores de UCs, a sociedade civil e os atores locais é essencial para potencializar a gestão do meio ambiente e alcançar os desígnios conservacionistas nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As UCs mostraram-se proativas em seus territórios, integrando atores ambientais. Todavia, apresentam complexidades de gestão desde os motivos de sua criação, até as diferentes ideologias sobre o “uso” de seu território, assim, as UCs são espaços de relações e interesses diversos. Constatou-se a interdependência entre UC e gestão local, visto que a UC movimentou o setor ambiental do território durante a inatividade ou ineficiência da gestão local. Administrar essa conjuntura demonstrou-se um obstáculo, a ser contornado, à luz da primazia da governança compartilhada, tendo em vista as dimensões das áreas e a diversidade de indivíduos usuários das UCs. Fortalecer as ações de licenciamento, monitoramento, fiscalização e a união dos atores locais; suscitar a valorização das UCs e transparência das ações; e promover a capacitação, a comunicação e pesquisas são caminhos para solidificar os pilares da gestão ambiental. Contudo, há empecilhos como: carência de gestores, gestão e registros legais de criação; desatualização de instrumentos de gestão; escassez e desigualdade de insumos humanos e financeiros; baixo apoio do governo; e presença de leis flexíveis, autoridades públicas contrárias e interesses econômicos. As novas subcategorias não correspondentes nos 17 artigos utilizados indicam que além das características, potencialidades e entraves comuns às UCs, novos fatores influenciam a sua gestão, evidenciando seu dinamismo. É mister pesquisas que identifiquem caminhos que levem a eficácia, eficiência e valorização das Ucs.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus; à minha orientadora, pela paciência, atenção e incentivo; aos meus pais, os quais são a minha base; aos meus familiares e amigos pelo apoio; à Fundaj/MEC pela oportunidade e à sua equipe; e ao CNPq pela colaboração para realização do estudo.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70^a ed., 1977.
- BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de amostragem**. 1^a ed. São Paulo: Blucher, p. 293, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/const/1988/constituicao1988.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 19 set. 2024.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria MMA nº 34, de 2 de fevereiro de 2021**. Aprova a listagem atualizada dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira brasileira. Disponível em: <https://sema.ce.gov.br/portaria-mma-no-34-de-2-de-fevereiro-de-2021-dou-Imprensa-Nacional.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.
- EKERSLEY, R. **Environmentalism and Political Theory: Toward an Ecocentric Approach**. New York: University of New York Press, 1992.
- JERONYMO, C. A. L.; SILVA, E. R. DA; TANIZAKI-FONSECA, K. **Good governance and social participation: a critical reading of public policies for Nature Conservation Units in Brazil**. *RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise*, v. 50, p. 107–135, 2021.
- MAGALHÃES, J. P. R.; GONÇALVES, R. R.; OLIVEIRA, C. R. **Estrutura econômica da região costeira nordestina: uma abordagem do tipo insumo-produto**. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 2021, Remoto. Anais... [s.l.: s.n.], 2021.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE [MMA]. **A unidade de conservação e o território: reconhecendo o contexto socioambiental e geopolítico**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2015. Série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação, caderno 1. 76 p, 2015.

O PAPEL DOS MANGUEZAIS NOS MUNICÍPIOS COSTEIROS DE ITAMARACÁ E BARREIROS, DIANTE DO CENÁRIO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Adrienny Daniely Gomes da Silva¹; Edneida Rabêlo Cavalcanti²

¹Estudante do Curso de Ciências Biológicas com ênfase em Ciências Ambientais - UFPE; e-mail: adrienny.silva@fundaj.gov.br; ²Pesquisadora da da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – Dipes, Cedist; e-mail: edneida.cavalcanti@fundaj.gov.br

RESUMO: Este estudo faz parte de uma pesquisa sobre governança ambiental em municípios costeiros de Pernambuco, e tem como objetivo discutir a importância ambiental dos manguezais diante das mudanças climáticas e o papel da gestão ambiental municipal para sua proteção. Trata-se de ecossistema crucial em termos de biodiversidade e também para produção de alimentos, principalmente a partir da atividade da pesca artesanal, mas que encontra-se ameaçado por um conjunto de atividades que pressionam e comprometem sua conservação, e também pelas mudanças climáticas que trazem alterações importantes em seu funcionamento. A pesquisa problematiza sobre como as políticas locais podem afetar, protegendo ou não esse ecossistema diante das pressões socioeconômicas. Os principais desafios enfrentados incluem poluição, urbanização acelerada, turismo insustentável e mudanças climáticas. O estudo está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reforçando a necessidade de medidas que promovam a resiliência e a conservação, integrando a participação comunitária.

Palavras-chave: comunidades costeiras; desenvolvimento sustentável; governança ambiental; manguezais; mudanças climáticas.

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a importância dos manguezais como ecossistemas estratégicos para a biodiversidade, a proteção costeira e o sustento de comunidades locais em regiões vulneráveis do Nordeste brasileiro, com foco nos municípios de Barreiros e Ilha de Itamaracá, em Pernambuco. A pesquisa é vinculada ao projeto "Participação e Governança Ambiental Municipal – territórios costeiros", com ênfase na análise da gestão ambiental e sua influência na conservação dos manguezais e no bem-estar das comunidades ligadas à pesca artesanal. O estudo explora a estrutura e a função ecológica dos manguezais, destacando suas espécies vegetais e animais, como o Mangue-vermelho, caranguejos e camarões, além dos serviços ecossistêmicos fornecidos, como segurança alimentar, proteção contra desastres naturais e sequestro de carbono. A relevância legal, por meio do Código Florestal brasileiro e do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, é ressaltada como essencial para a preservação desses ecossistemas diante dos desafios das mudanças climáticas. O trabalho conclui que a integração entre políticas públicas e práticas sustentáveis é fundamental para garantir a conservação dos manguezais e a resiliência das comunidades costeiras.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa qualitativa focou na análise das políticas ambientais dos municípios de Ilha de

Itamaracá e Barreiros, em Pernambuco, com ênfase na gestão dos manguezais. A abordagem adotada foi bibliográfica e documental, com destaque para a análise dos Planos Diretores municipais, que orientam o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental. A investigação se concentrou em verificar as diretrizes voltadas à proteção dos manguezais e outros ecossistemas costeiros, além de avaliar as políticas de adaptação às mudanças climáticas e a recuperação de áreas degradadas. A pesquisa também incluiu a análise das Unidades de Conservação (UCs) presentes nos municípios, além de entrevistas que forneceram insights sobre a percepção dos gestores locais quanto à preservação dos manguezais. A metodologia buscou oferecer uma visão detalhada sobre a governança ambiental desses ecossistemas e fornecer subsídios para futuras ações de conservação.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A pesquisa abordou os aspectos legais e políticos relacionados à proteção dos manguezais no Brasil, fundamentados em tratados internacionais, como a Convenção de Ramsar, e legislações nacionais, incluindo o Código Florestal e o Gerenciamento Costeiro (GERCO). Também considera as metas da Agenda 2030 da ONU, como os ODS 6, 13 e 14, voltados para a conservação dos ecossistemas costeiros e a mitigação das mudanças climáticas. Analisou-se os Planos Diretores dos municípios de Itamaracá e Barreiros, que apresentam diretrizes ambientais desatualizadas, com o Plano de Barreiros focado no turismo e o de Itamaracá abordando questões ambientais mais amplamente, mas ambos carecem de revisões urgentes. A pesquisa também discutiu o papel das Unidades de Conservação na proteção dos manguezais, com destaque para as APAs que cobrem grande parte dos manguezais brasileiros, incluindo as de Itamaracá e Barreiros. Conclui-se que a atualização dos planos diretores, o fortalecimento das UCs e a conscientização ambiental são fundamentais para proteger os manguezais frente às mudanças climáticas e à pressão urbana. A pesquisa revelou que, apesar das leis e tratados internacionais para proteger os manguezais, como a Convenção de Ramsar e o Código Florestal, os Planos Diretores de Itamaracá e Barreiros estão desatualizados e não priorizam adequadamente a conservação. A pressão urbana e a falta de atualização das políticas locais comprometem a proteção dos manguezais, e o fortalecimento das Unidades de Conservação e a conscientização ambiental são essenciais para enfrentar as mudanças climáticas e preservar esses ecossistemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais destacam a importância dos manguezais de Itamaracá e Barreiros para a conservação da biodiversidade e a segurança alimentar das comunidades locais, especialmente em face das mudanças climáticas. A análise dos Planos Diretores evidenciou a necessidade urgente de revisão e atualização das estratégias de conservação. Embora existam Unidades de Conservação, há

desafios na implementação de políticas eficazes. As recomendações incluem a revisão dos Planos Diretores com foco na adaptação climática e na participação comunitária, além do fortalecimento do manejo sustentável dos manguezais, equilibrando preservação ambiental e atividades econômicas tradicionais. Esses resultados são essenciais para orientar políticas públicas e gestão sustentável dos manguezais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação Joaquim Nabuco pela abertura de espaço para o Pibic voluntário e a todas as pessoas que contribuíram para a realização das atividades do plano de trabalho. Agradeço também à minha orientadora por toda paciência e aos meus familiares pelo incentivo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Atlas dos manguezais do Brasil**. Brasília, 2018. Disponível em: https://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/4592/mod_data/content/14085/atlas%20dos_manguezais_do_brasil.pdf Acesso em: 14 de fev. de 2024.
- GERENCIAMENTO COSTEIRO. **O que é GERCO?** Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/gerco/o-que-e-gerco/>. Acesso em: 14 de fev. de 2024.
- ASSIS, Davison. **O efeito das mudanças climáticas e das atividades econômicas na perda de biodiversidade e serviços ecossistêmicos dos manguezais**. *Reflexões em Biologia da Conservação*, v. 2, p. 155-162, 2019. Acesso em: 14 de fev. de 2024.
- NANNI, Henrique, et al. "II SIMPÓSIO INTERNACIONAL de CIÊNCIAS INTEGRADAS DA UNAERP CAMPUS GUARUJÁ. **A Importância Dos Manguezais Para O Equilíbrio Ambiental**." Acesso em: 14 de fev. de 2024.
- RICHERI, S. M. de M. **AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS NOS MANGUES TROPICAIS**. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais (RBCIAMB)*. Disponível em: https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/453.
- CASARIL, K. B. P. B.; CASARIL, C. C. **A fome para Josué de Castro e a discussão sobre a segurança alimentar no Brasil**. *Revista Faz Ciência*. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7979>.
- NEVES, Claudio. **Vulnerabilidade, impactos e adaptação a mudanças do clima: a zona costeira**. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/aguasinteriores/wp-content/uploads/sites/36/2014/05/3_artigo_cgee_zona_costeira.pdf. Acesso em: 14 de fev. de 2024.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; CÂMARA DO VALE, C.; CINTRÓN, G. **Monitoramento do**

ecossistema manguezal: estrutura e características funcionais. Acesso em: 18 de fev. de 2024.

GILMAN, Eric L., et al. “**Threats to Mangroves from Climate Change and Adaptation Options: A Review.**” *Aquatic Botany*, vol. 89, no. 2, Aug. 2008, pp. 237–250, <https://doi.org/10.1016/j.aquabot.2007.12.009>. Acesso em: 18 de fev. de 2024.

WALTERS, Bradley B., et al. “**Ethnobiology, Socio-Economics and Management of Mangrove Forests: A Review.**” *Aquatic Botany*, vol. 89, no. 2, Aug. 2008, pp. 220–236, <https://doi.org/10.1016/j.aquabot.2008.02.009>. 2019. Acesso em: 19 de fev. de 2024.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara e CINTRÓN, G. **Guia para estudo de áreas de manguezal ; estrutura, função e flora.** . São Paulo: Caribbean Ecological Research. . Acesso em: 17 jun. 2024. , 1986. Acesso em: 20 de mar. de 2024

ONU. “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável|As Nações Unidas No Brasil.” *Brasil.un.org*, 2023, brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 20 de mar. de 2024

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. et al. Mudanças climáticas em florestas de mangue e pântanos salgados. **Revista Brasileira de Oceanografia** , v. 64, n. spe2, p. 37–52, 2016. Acesso em: 05 de mai. de 2024

OLIVEIRA RABELO, T.; MARQUES SANTOS, N.; FÉLIX DA SILVA COSTA, D.; LEITE DO NASCIMENTO, M. A.; CARVALHO LIMA, Z. M. A Contribuição da Geodiversidade na prestação dos Serviços Ecossistêmicos do manguezal. **Revista de Geociências do Nordeste**, [S. l.], v. 4, p. 281–297, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/16110>. Acesso em: 8 ago. 2024.

COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; FARBER, S.; GRASSO, M.; HANNON, B.; LIMBURG, K.; The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, v. 1, p. 3 - 15, 1997. Acesso em: 8 ago. 2024.

O que são Unidades de Conservação. Dicionário Ambiental. ((o)) **Eco**, Rio de Janeiro, abr. 2013. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

ILHA DE ITAMARACÁ. **Meio Ambiente – Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá.** Disponível em: <https://ilhadeitamaraca.pe.gov.br/meio-ambiente/>. Acesso em: 29 de ago. 2024.

CENÁRIO RECENTE DA MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA UNIÃO EUROPEIA

Lara Pirro Gomes da Silva¹; Wilson Fusco²

¹Estudante do Curso de Ciências Sociais - DECISO/UFRPE; larapiro99@gmail.com, ²Pesquisador da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES; wilson.fusco@fundaj.gov.br

RESUMO: Este projeto tem como objetivo examinar a emigração de brasileiros para países da União Europeia (UE), com ênfase no contexto vivido por esses migrantes em Portugal. A pesquisa busca ampliar o conhecimento sobre o processo recente de migração de brasileiros, empregando metodologias quantitativas e qualitativas. A análise quantitativa foi realizada com base nos dados do Eurostat, o Gabinete Estatístico da UE, e em em dados censitários de Portugal; enquanto a qualitativa foi conduzida por meio de questionários aplicados remotamente aos imigrantes. Os resultados indicam um aumento na população brasileira residente em Portugal, predominantemente feminina e que ocupa empregos de baixa qualificação. Contudo, também foi observado um crescimento na porcentagem de brasileiros com ensino superior. Além disso, foi identificado um crescimento nas denúncias de discriminação, destacando a nacionalidade brasileira como a que mais sofre em termos discriminatórios. Por fim, também foi observado um cenário de desafios relacionados à crise habitacional em Portugal, afetando desde os nativos até os imigrantes.

Palavras-chave: brasileiros; migração; Portugal.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, o Brasil observou um processo intenso de emigração impulsionado pela crise econômica (Baeninger; Patarra, 2006). Neste período, os principais destinos dos migrantes brasileiros foram os Estados Unidos e o Japão (Fusco, 2009). Atualmente, o Brasil caracteriza-se enquanto um país de emigração e imigração, evidenciando a complexidade dos fenômenos migratórios. Segue sendo necessário o estímulo à produção científica sobre os brasileiros na União Europeia (UE), especialmente os migrantes em situação irregular, que evitam participar de levantamentos estatísticos (Fusco, 2009).

Os movimentos migratórios internacionais no século XXI reforçaram a formação de áreas de migração, demandando abordagens variadas para sua compreensão (Baeninger, 2014). Sendo assim, a análise dos fluxos migratórios deve considerar fatores como as redes sociais, os indicadores de gênero e as dinâmicas do mercado de trabalho.

O Gabinete Estatístico da UE³, Eurostat, oferece a plataforma Census Hub⁴, ferramenta valiosa para a obtenção de dados estatísticos. Esta investigação debruça-se então nos dados obtidos através do Eurostat e do censo português.

O principal objetivo é ampliar o conhecimento sobre o movimento migratório de brasileiros para os países da UE. Entre os objetivos específicos, destaca-se a análise da participação proporcional

³ Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat>

⁴ Disponível em: <https://ec.europa.eu/CensusHub/selectHyperCube?clearSession=true>

dos países de destino em termos de fluxo e estoque de migrantes, além da observação das origens desses migrantes em relação ao local de residência dos retornados. Examinam-se as características socioeconômicas e demográficas dos migrantes brasileiros na UE e suas mudanças ao longo do tempo, visando contribuir para esta produção de conhecimentos.

As redes sociais têm um papel relevante na inclusão social dos migrantes (Fusco, 2009), influenciando tanto a decisão de migrar quanto a permanência no destino, como observado nos grupos de apoio formados por brasileiros no exterior, que facilitam o processo migratório e ajudam a reduzir a complexidade das experiências vividas (Fusco, 2009).

A intensificação da emigração de brasileiros para a Europa está associada à demanda por mão de obra pouco qualificada. No entanto, essa população também enfrenta uma significativa discriminação, como demonstrado pelo "Relatório Anual de 2021 sobre a situação da Igualdade e Não Discriminação Racial e Étnica"⁵ — documento produzido pela Comissão para Igualdade e contra a discriminação Racial (CICDR), que aponta os brasileiros como o grupo mais afetado por xenofobia em Portugal, com 26,7% das queixas. O relatório de 2022⁶ confirma essa tendência, com 34,2% das denúncias relacionadas à nacionalidade brasileira, e destaca a discriminação múltipla envolvendo nacionalidade e cor da pele.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, foram utilizadas técnicas qualitativas e quantitativas, com base na obtenção e análise de dados secundários sobre migração, extraídos de outras pesquisas e relatórios governamentais. A análise documental foi essencial para contextualizar os dados quantitativos obtidos na plataforma CENSUS HUB do Eurostat e nos censos de Portugal. Concentrou-se em informações sobre brasileiros (por nascimento ou cidadania) residentes nos países da UE, analisando principalmente indicadores como idade, gênero e ocupação. Devido à falta de dados do censo de 2021 para toda a UE, a análise focou-se nos dados de Portugal, principal destino dos migrantes brasileiros, comparando os cenários de 2011 e 2021.

Além da análise quantitativa, foram aplicados questionários remotos via Google Forms a migrantes brasileiros na UE para coletar dados qualitativos. As entrevistas estruturadas, de caráter exploratório, abordaram a experiência migratória e, apesar de não serem o foco principal do estudo, trouxeram contribuições. A manipulação dos dados quantitativos foi realizada com o uso de Google Sheets, Excel e SPSS, proporcionando uma análise relevante para os objetivos da pesquisa.

⁵ Disponível em: <https://www.cicdr.pt/-/relatorio-anual-sobre-a-situacao-da-igualdade-e-nao-discriminacao-racial-e-etnica> Acesso: 26 fev. 2024.

⁶ Disponível em: <https://www.cicdr.pt/documents/57891/0/Relatório+Anual+CICDR+2022.pdf/589b161f-05d8-471f-bf12-f3857bfad171> Acesso: 26 fev. 2024

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Através dos dados censitários de 2011 obtidos no Census Hub do Eurostat, foi possível observar que Portugal se destaca como o país com mais brasileiros, acumulando 25,2%. A respeito dos brasileiros residentes em Portugal, no ano de 2011, às faixas etárias com maior número de brasileiros eram as de 30 a 34 anos, seguida pela de 25 a 29 anos; enquanto em 2021 esse cenário muda e a faixa etária predominante passa a ser de 40 a 44 anos, seguida pela de 35 a 39 anos.

Revelou-se um aumento significativo no número de migrantes brasileiros em Portugal, com predomínio de mulheres em trabalhos de baixa qualificação. Apesar de serem a maior comunidade de imigrantes no país, os brasileiros lideram as denúncias de discriminação, representando 34,2% das queixas registradas pela CICDR. A xenofobia foi identificada como o tipo mais comum de discriminação, especialmente em situações de arrendamento de imóveis. Os dados censitários de Portugal apontam que a violência e violações de direitos é o principal motivo de entrada dos brasileiros no país.

Embora tenhamos um grande salto na porcentagem de brasileiros com ensino superior, os dados censitários de Portugal apontam que as 5 principais profissões desempenhadas pelos brasileiros são ocupações que têm baixa qualificação necessária. Em 2011, as três principais ocupações dos brasileiros residentes em Portugal eram as de trabalhadores da limpeza, vendedores e trabalhadores dos serviços pessoais. Em 2021, o censo aponta para um cenário muito semelhante: a ordem entre as três ocupações mudou, mas ainda mantêm-se como as três principais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise das informações do banco de dados supracitado, é possível observar que há um envelhecimento da população de brasileiros do sexo feminino residentes em Portugal. Embora o principal motivo entrada dos brasileiros em Portugal seja a violência e violações de direitos, uma parte significativa relata sofrer discriminação em Portugal.

Aponta-se a necessidade de maiores investigações sobre os brasileiros que retornam ao Brasil, dado que em 2023, 78% dos retornos voluntários do programa ARVoRe VIII foram brasileiros⁷. Organizações como A Casa do Brasil propõem soluções para combater a discriminação, incluindo melhores canais de denúncia e maior valorização da contribuição econômica dos migrantes⁸. O fenômeno migratório deve ser compreendido não apenas pelos desafios enfrentados, mas também pelos ganhos culturais e econômicos gerados pelos migrantes nos países de destino.

⁷ Disponível em: <https://archive.ph/zdEda> Acesso: 22 ago. 2024.

⁸ Disponível em: <https://casadobrasildelisboa.pt/relatoriosatividades/> Acesso: 22 ago. 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação Joaquim Nabuco, a CAPES e ao CNPq pela oportunidade de contribuir para a ciência brasileira e aprimorar os meus conhecimentos. Agradeço também ao Professor Wilson Fusco por toda orientação, confiança e, sobretudo, por sempre acreditar no meu potencial.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Migrações Internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. In: VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población. Anais...Lima- Perú, agosto de 2014.

FUSCO, W. Capital social e os fluxos migratórios internacionais de brasileiros. Travessia (São Paulo), v. 65, p. 47-58, 2009.

FUSCO, W. Migração e Redes Sociais: a distribuição de brasileiros em outros países e suas estratégias de entrada e permanência. In: **I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior–Brasileiros no Mundo**: Textos. p. 259-278. 2009.

CENÁRIO RECENTE DA MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA A UNIÃO EUROPEIA

Jessica Camilla Delfino Barbosa¹; Wilson Fusco²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFPE; e-mail: jessica.barbosa@fundaj.gov.br, ²Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES; e-mail: wilson.fusco@fundaj.gov.br.

RESUMO: Esta pesquisa investiga a dinâmica da migração de brasileiros para a União Europeia, com foco em Portugal, visando compreender as características socioeconômicas e demográficas dos imigrantes e suas estratégias de inserção no mercado de trabalho. Adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, combinando dados dos Censos Demográficos de 2011 e 2021 e entrevistas semiestruturadas com migrantes brasileiros. Os resultados evidenciam que, apesar da alta qualificação, muitos brasileiros enfrentam desafios significativos, como disparidades salariais e informalidade. A feminização da imigração é notável, com mulheres buscando maior autonomia, embora ainda enfrentem discriminação. A análise revela uma evolução nas ocupações dos imigrantes, mas também insatisfação com as condições de trabalho. As conclusões ressaltam a necessidade de políticas públicas que abordem a interseccionalidade das experiências migratórias, promovam a igualdade de gênero e incentivem a inclusão social, fundamentais para garantir direitos e oportunidades equitativas aos brasileiros em Portugal.

Palavras-chave: Migração; Portugal; trabalho.

INTRODUÇÃO

A migração de brasileiros para a União Europeia, especialmente para Portugal, tem se intensificado nas últimas décadas, refletindo a busca por melhores condições de vida e a inclusão em um novo mercado de trabalho (Baeninger, 2014). Esse fenômeno é amplamente discutido na literatura contemporânea, onde autores como Fusco *et al.* (2018) e Marques e Góis (2015) destacam as motivações que impulsionam essa mobilidade, incluindo fatores econômicos, sociais e políticos. Além disso, pesquisas realizadas por Gomes (2013) revelam que, apesar da alta qualificação dos imigrantes brasileiros, muitos enfrentam desafios significativos na adaptação ao mercado de trabalho português, como discriminação e subemprego (Marques; Góis, 2015).

Diante desse contexto, a presente investigação busca analisar a inserção dos brasileiros no mercado de trabalho em Portugal, com ênfase nas características socioeconômicas e nas estratégias de adaptação. O objetivo central deste estudo é compreender como essas experiências são moldadas por fatores como gênero, etnia e nível educacional, além de explorar as redes de apoio que os migrantes constroem em seu novo ambiente.

A importância deste estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre as condições de vida e trabalho dos brasileiros em Portugal, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e eficazes que promovam a igualdade de oportunidades. Assim, esta pesquisa não apenas amplia o conhecimento sobre a realidade dos imigrantes brasileiros, mas

também busca oferecer subsídios para a formulação de iniciativas que garantam uma integração mais equitativa e digna.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi conduzida com uma abordagem quali-quantitativa, visando investigar a dinâmica da migração de brasileiros para a União Europeia, com foco específico em Portugal. Esta metodologia permitiu a análise abrangente, combinando dados estatísticos com informações qualitativas. Na vertente quantitativa, os dados foram coletados a partir dos Censos Demográficos de Portugal de 2011 e 2021, realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Esses censos forneceram uma base de dados extensa sobre a população residente, permitindo uma análise demográfica e socioeconômica detalhada. Variáveis como sexo, idade, escolaridade e qualificação profissional foram consideradas, categorizadas para possibilitar uma análise descritiva aprofundada.

A abordagem qualitativa foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, aplicadas entre janeiro e março de 2024, em diversas localidades de Portugal, incluindo Lisboa e Porto. As entrevistas foram projetadas para explorar as experiências e percepções dos participantes sobre o processo migratório. A escolha da amostra seguiu o modelo bola de neve, onde os primeiros participantes, selecionados com base em critérios como tempo de migração e envolvimento em redes de apoio, indicaram novos indivíduos que também se encaixavam nos critérios do estudo.

Para a análise dos dados quantitativos, utilizou-se o software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Os dados dos censos foram importados para o SPSS, no qual foram realizadas análises descritivas, que incluíram estatísticas básicas, tabelas de frequência e gráficos, permitindo a interpretação dos resultados. O tratamento dos dados incluiu a verificação de valores ausentes e inconsistências, além da transformação de dados conforme necessário.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa oferecem uma visão abrangente da inserção dos brasileiros no mercado de trabalho em Portugal, abordando as questões apresentadas na introdução. A análise revelou que, apesar da alta qualificação dos imigrantes brasileiros, muitos enfrentam barreiras significativas para se adaptarem ao mercado, o que está em linha com os desafios identificados na literatura sobre migrações internacionais (Baeninger, 2014).

A predominância feminina entre os entrevistados (68%) evidencia uma feminização da imigração brasileira, corroborando estudos anteriores que discutem a busca por autonomia e melhores condições de vida (Cardoso, 2014; Gomes, 2013). Contudo, a insatisfação com as condições de trabalho e a insegurança profissional ressaltam a urgência de políticas públicas voltadas para a

equidade de gênero e a melhoria das condições laborais (Fusco *et al.*, 2018; Marques; Góis, 2015).

Os dados coletados indicam uma reorientação nas áreas de atuação dos imigrantes, com maior presença em setores como saúde e educação. No entanto, a informalidade, identificada em 45% das respostas, revela a vulnerabilidade desses trabalhadores e a necessidade de estratégias para promover a formalização do emprego (Marques; Góis, 2008; Padilla, 2006). Além disso, muitos participantes relataram experiências de discriminação em função de sua nacionalidade, gênero e etnia, o que dificulta sua integração plena, corroborando as teorias de identidade coletiva que enfatizam a importância de um ambiente receptivo para migrantes.

Embora a amostra da pesquisa possa não ser representativa de todos os brasileiros em Portugal, os dados quantitativos dos censos e as narrativas qualitativas fornecem uma base sólida para compreender as dinâmicas migratórias em questão. Portanto, as implicações dos achados sugerem que as políticas públicas devem considerar a interseccionalidade das experiências migratórias e as desigualdades de gênero (Marques; Góis, 2011), além de incentivar estudos futuros sobre as experiências de imigrantes brasileiros em outras regiões da Europa e o impacto das políticas públicas na integração migratória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidencia a complexidade da inserção dos brasileiros no mercado de trabalho em Portugal, destacando tanto as dificuldades quanto as potencialidades enfrentadas por esse grupo. Apesar da alta qualificação, muitos imigrantes enfrentam barreiras relacionadas a gênero, etnia e informalidade, o que ressalta a necessidade de políticas públicas interseccionais que promovam condições dignas de trabalho.

Recomenda-se a realização de estudos futuros sobre a experiência de brasileiros em outras regiões da Europa e a evolução das políticas de imigração. Esta pesquisa contribui para o entendimento das condições laborais e das experiências dos brasileiros em Portugal, enfatizando a importância de um enfoque integrado para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida e à FUNDAJ pelo suporte acadêmico. Minha gratidão ao Professor Wilson Fusco, meu orientador, pela orientação e apoio. Agradeço também às colegas de pesquisa pela colaboração e aos meus familiares pelo incentivo e apoio incondicional durante a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Migrações Internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. In:

VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población. **Anais...**Lima- Perú, agosto de 2014.

CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, 22(3), 2014, p. 965-986.

FUSCO, W.; MOREIRA, M. M.; OJIMA, R.; MALHEIROS, J. S. M.; PEIXOTO, J. (Org.). Edição temática: Migrações em Países Lusófonos. **Cadernos de Estudos Sociais**. 2. ed. RECIFE: Massangana, 2018. v. 33.

GOMES, M. S. O imaginário social “Mulher Brasileira”; em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. **Dados**, 56(4), 2013, p. 867–900. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400005>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MARQUES, J. C.; GOIS, P. Processo de integração dos imigrantes brasileiros na sociedade portuguesa. In: PEIXOTO, J.; PADILHA, B.; MARQUES, J. C.; GOIS, P. (Eds.). **Vagas atlânticas: migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI**. Lisboa: Mundo Sociais, 2015.

IMPACTO DA PANDEMIA PELA COVID-19 NOS PADRÕES ESPACIAIS E TEMPORAIS DA MORTALIDADE INFANTIL EM PERNAMBUCO

Matheus Vinícius Santos da Paz¹; Cristine Vieira do Bonfim²

¹Estudante do Curso de medicina - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); email: matheus.vspaz@ufpe.br, ²Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Estatísticas Sociais do Centro Integrado de Estudos Georreferenciados para a Pesquisa Social Mário Lacerda de Melo da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco
e-mail: cristine.bonfim@fundaj.gov.br

RESUMO: Objetivo: analisar o perfil epidemiológico, a distribuição espacial e a tendência temporal da mortalidade infantil no estado de Pernambuco, no período de 2010 a 2022. **Métodos:** Estudo ecológico que teve como unidade de análise espacial os municípios do estado e a temporal os meses. Na análise espacial, utilizou-se a autocorrelação espacial de Moran. Para a análise temporal aplicou-se o método de regressão *Joinpoint*. **Resultados:** Foram registrados 23.262 óbitos infantis, sendo 12.600 óbitos (54,17%) neonatais precoces. A principal causa de morte foram as afecções perinatais (n=13.337; 57,33%). Na análise espacial, no período pré pandêmico, foram identificados quatro *clusters* de municípios prioritários nas Regiões de Saúde-RS V, X, VII, III, II, e IX. No período pandêmico, houve redução para três *clusters*, localizados nas RS V, VI, X, III, VIII, I, XII, VII e IX. Houve tendência de aumento de 0,063/mês (p=0,006) e 0,050/mês (p=0,004) para as taxas de mortalidade infantil e pós neonatal, no período pandêmico. **Conclusão:** No período pandêmico, houve redução do número de agrupamentos e de municípios prioritários. Tendências de aumento da taxa de mortalidade infantil e pós-neonatal.

Palavras-chave: COVID-19; mortalidade infantil; série temporal; análise espacial; estatísticas vitais

INTRODUÇÃO

A mortalidade infantil é um problema global de saúde pública, pois reflete o efeito dos fatores socioeconômicos, ambientais, o acesso e a qualidade dos serviços de saúde materno infantil (Esmailzadeh *et al.*, 2021). A taxa de mortalidade infantil-TMI é dada pelo número de óbitos em menores de um ano sobre o de nascidos vivos, por 1.000. A pandemia pela COVID-19 levou a mudanças nas estruturas sociais em todo o mundo e exerceu impacto sobre a mortalidade infantil. Embora a mortalidade por COVID-19 seja baixa entre crianças, esse grupo pode sofrer devido à desorganização dos serviços de saúde, especialmente em países de baixa e média renda. Muitos desses países interromperam ou reduziram programas de saúde pública (Ludvigsson, 2020).

O conhecimento dos padrões e tendências da mortalidade infantil e dos seus componentes pode auxiliar na identificação das áreas geográficas prioritárias e no monitoramento da tendência temporal. Este plano de trabalho de iniciação científica objetivou analisar o perfil epidemiológico, a distribuição espacial e a tendência temporal da mortalidade infantil no estado de Pernambuco, no período de 2010 a 2022.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A área do estudo foi Pernambuco, que possui uma extensão territorial de 98.067,877 km², com 185 municípios. A população estimada foi de 9.058.931 habitantes. Trata-se de um estudo ecológico que teve como unidade de análise espacial os municípios do estado. A unidade de análise temporal foram os meses (156 observações).

A população do estudo foi os óbitos infantis de mães residentes em Pernambuco, registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade-SIM. O ano inicial da série foi selecionado por ser aquele no qual foi instituída obrigatoriedade da vigilância do óbito infantil e fetal no Brasil. O ano de 2022 era aquele com dados finalizados no SIM. A fonte de dados foi constituída pelo SIM e pelos nascidos vivos registrados no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos-Sinasc, contabilizados por mês/ano, disponíveis no DATASUS. As variáveis foram: sexo, faixa etária, raça/cor da pele e causa básica.

A TMI foi calculada pela razão entre óbitos de menores de um ano e nascidos vivos de mães residentes em Pernambuco. A taxa de mortalidade neonatal e pós-neonatal seguiram o mesmo padrão da razão, utilizando os óbitos entre 0-27 dias (neonatais precoce e tardio), e os óbitos entre 28-364 dias, respectivamente, em relação aos nascidos vivos no estado.

Para a caracterização do perfil epidemiológico dos óbitos infantis empregou-se a distribuição de frequências. Na análise espacial, o método utilizou-se a autocorrelação espacial de Moran. Para analisar as séries mensais, aplicou-se a regressão *Joinpoint*, utilizando regressão linear como modelo base (Muggeo, 2003). O período avaliado teve início em janeiro/2010 (ou apenas 2010 para as séries anuais) e teve fim em dezembro/2022 (2022).

O estudo foi dispensado de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, por utilizar dados de domínio público, com dados agregados que não possibilitam a identificação individual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram registrados 23.262 óbitos infantis no SIM, a maior parte ocorreu no sexo masculino, com 12.733 óbitos (54,74%). Tal fato pode ser explicado por fatores biológicos de maior vulnerabilidade para este sexo (Alkema et al., 2014).

A maior parte dos óbitos ocorreu em crianças da raça/cor da pele parda, com 15.866 óbitos (68,21%). Resultados semelhantes foram encontrados em capitais brasileiras e percebe-se que esse padrão tem se mantido ao longo do tempo, refletindo as desigualdades raciais enraizadas no país (Maia; Souza; Mendes, 2020). A principal causa de morte foram as afecções perinatais (n=3.337;57,33%), que são consideradas evitáveis. Os óbitos neonatais precoces responderam por mais da metade do total de óbitos infantis. Prematuridade e baixo peso ao nascer, que são fatores evitáveis e podem ser identificados/prevenidos durante o pré-natal, estão associados a essa

mortalidade (Bernardinho *et al.*, 2022).

A análise espacial da TMI demonstrou a existência de autocorrelação espacial. O período pré-pandêmico mostrou quatro *clusters* de municípios prioritários, localizados nas regiões de saúde-RS (V, X, VII, III, II e IX). No período pandêmico houve redução do número de clusters, bem como do número de municípios prioritários, com um total de três *clusters* localizados nas RS (V, VI, X, III, VIII, I, XII, VII e IX). Houve uma interiorização, para locais com menor Índice de Progresso Social-IPS. Estudo que analisou o comportamento da mortalidade infantil em Pernambuco, entre 2009-2018, evidenciou que as mesorregiões mais distantes do Recife concentravam as maiores taxas de mortalidade (Silva, 2023).

Verificou-se que a série temporal da TMI apresentou tendência de queda de $-0,025/\text{mês}$ ($p < 0,001$) até o ponto de inflexão em setembro de 2020. Após essa data, houve uma mudança no padrão da reta para uma tendência de $0,063/\text{mês}$ ($p=0,006$), 2,5 vezes maior que a anterior, configurando um padrão de ascensão. O estudo evidenciou que, caso essa tendência persista, a TMI pode retornar aos níveis correspondentes ao início da década de 2010 em quatro anos. Esse padrão de retrocesso de uma década nos indicadores já foi mostrado por Wagner *et al.*, (2023) em estudos de séries temporais sobre a mortalidade infantil realizados na Índia, Madagascar, Camboja, Nepal e Filipinas.

A série temporal da taxa de mortalidade pós-neonatal obteve uma tendência de queda de $-0,011/\text{mês}$ ($p < 0,001$) até que apresentou um ponto de inflexão em novembro de 2020, mudando a tendência para $+0,050/\text{mês}$ ($p = 0,004$) (4,5 vezes maior que a anterior). Na série temporal, dentre os componentes da mortalidade infantil, o pós-neonatal foi o único que teve um ponto de inflexão, e durante a pandemia apresentou picos semelhantes aos do início da década (Fernandes *et al.*, 2023). Esse é o resultado mais preocupante, já que os óbitos pós- neonatais representam a maior parte da redução dos óbitos infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo mostraram que um padrão de distribuição espacial bem definido, com as áreas prioritárias situando-se em municípios com menor Índice de Progresso Social. As taxas de mortalidade infantil e a taxa de mortalidade pós-neonatal apresentaram tendência de crescimento durante o período pandêmico. Por sua vez, a taxa de mortalidade neonatal apresentou uma tendência de estabilidade.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a Deus e à minha orientadora, Cristine Vieira do Bonfim, por todo o

apoio e orientação na análise e elaboração dos dados. Agradeço, também, à professora Gabriella Morais Duarte Miranda pela minha indicação ao trabalho; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico agradeço pela bolsa de iniciação científica, à Fundação Joaquim Nabuco por todo o suporte e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (APQ-0389-4.06/20), agradeço o fomento ao projeto ao qual se vincula o meu plano de iniciação científica.

REFERÊNCIAS

- ALKEMA, L. et al. National, regional, and global sex ratios of infant, child, and under-5 mortality and identification of countries with outlying ratios: a systematic assessment. **The Lancet Global Health**, v. 2, n. 9, p. e521–e530, 2014.
- BERNARDINO, F. B. S. et al. Tendência da mortalidade neonatal no Brasil de 2007 a 2017. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 567–578, 2022.
- ESMAEILZADEH, F. et al. The comparing of infant mortality rate in different World Health Organization regions during 1990–2017. **Egyptian Pediatric Association Gazette**, v. 69, n. 1, 2021.
- FERNANDES, QEREN HAPUK R. FERREIRA et al. Tendência temporal da prevalência e mortalidade infantil das anomalias congênitas no Brasil, de 2001 a 2018. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 28, n. 4, p. 969-979, 2023.
- LUDVIGSSON, J. F. Systematic review of COVID-19 in children shows milder cases and a better prognosis than adults. **Acta Paediatrica**, 109:1088–95, 2020.
- MAIA, L. T. et al. Determinantes individuais e contextuais associados à mortalidade infantil nas capitais brasileiras: uma abordagem multinível. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 2, 2020.
- MUGGEO, V. M. R. Estimating regression models with unknown break-points. **Statistics in Medicine**, v. 22, p. 3055–3071, 2003.
- SILVA, A. V. et al. Infant mortality in a Brazilian Northeast State between 2009 and 2018: a temporal space approach. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 23, p. e20220032, 2023.
- WAGNER, Z. et al. Infant and Neonatal Mortality During the Covid-19 Pandemic: An Interrupted Time Series Analysis From Five Low- and Middle-Income Countries. **medRxiv** (Cold Spring Harbor Laboratory), 8 ago. 2023.